

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

PAULO EDUARDO RIBEIRO

**EDUCAÇÃO MUSICAL POR MEIO DA PERCUSSÃO CORPORAL PARA
ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

PONTA GROSSA

2022

PAULO EDUARDO RIBEIRO

**EDUCAÇÃO MUSICAL POR MEIO DA PERCUSSÃO CORPORAL PARA
ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

Music education through body percussion for teens deprived of liberty

Dissertação apresentada para qualificação ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Eloiza Aparecida Silva Avila de Matos

Coorientador: Prof. Dr. Moacir Avila de Matos Junior.

PONTA GROSSA

2022



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Esta licença permite download e compartilhamento do trabalho desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem a possibilidade de alterá-lo ou utilizá-lo para fins comerciais. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



PAULO EDUARDO RIBEIRO

**EDUCAÇÃO MUSICAL POR MEIO DA PERCUSSÃO CORPORAL PARA ADOLESCENTES EM
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciência e Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Ciência, Tecnologia e Ensino.

Data de aprovação: 23 de Setembro de 2022.

Dra. Eloiza Aparecida Silva Avila de Matos, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Antonio Carlos Frasson, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Marcia Regina Mocelin, Doutorado - Unifaf - Centro Universitário

Dr. Moacir Avila de Matos Junior, Doutorado - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 26/09/2022.

Dedico este trabalho, sobretudo a Deus, a minha esposa Jamila, a nosso filho Asher Benjamim, a meus pais Elóy e Ângela, a meus irmãos Orlando e Angélica, a meus cunhados, a minha orientadora, a meu coorientador e aos amigos que me incentivaram e me compreenderam nos momentos de ausência.

AGRADECIMENTOS

Certamente estes parágrafos não irão atender a todas as pessoas que fizeram parte dessa importante fase de minha vida. Portanto, desde já peço desculpas àquelas que não estão presentes entre essas palavras, mas elas podem estar certas de que fazem parte de meu pensamento e de minha gratidão.

Agradeço a minha orientadora e Coordenadora do Mestrado (PPGECT) Profa. Dra. Eloiza Aparecida Silva Avila de Matos e a meu coorientador Prof. Dr. Moacir Avila de Matos Junior (UEPG) pela sabedoria com que me guiaram nesta trajetória; aos meus colegas de sala do PPGECT; aos Professores do Mestrado Profissional do PPGECT, ao Prof. Dr. Danislei Bertoni e aos demais membros do CEP UTFPR e profissionais da UTFPR, por me oportunizarem o ressignificar. Minha gratidão ao Núcleo Regional de Educação - NRE Ponta Grossa - por intermédio da Profa. Ms. Sandra Mara Dias Pedroso da Coordenação de Articulação Acadêmica – CAA; à Diretora do Centro de Socioeducação Dom Bosco - CENSE Ponta Grossa, Gabrieli do Nascimento, estendendo o agradecimento a todos os Diretores de todos os CENSEs do PR, a todos os Professores, Pedagogas, Agente Educacional II, ao administrador e demais profissionais da socioeducação do CENSE Ponta Grossa. Além desses, estendo a todos os profissionais que compõem a SEJUF-PR, por meio do DEASE e sua Divisão Psicossocial, Divisão de Formação Educacional e Profissional. Ainda nesse contexto, sou grato à SEED-PR, mediante a Coordenação da Educação de Jovens e Adultos - CEJA, na pessoa da Técnica Pedagógica responsável pela EJA - PROEDUSE socioeducação, Profa. Maria do Socorro Ferreira de Moraes e ao apoio de Edimara Alves Fagundes, membro da Equipe CEJA e ao Tecnólogo em Produção Publicitária Lucas Willian Correa Machado. Além disso, agradeço aos caríssimos professores de Arte atuantes nos CENSEs do estado do Paraná que aceitaram participar e contribuir de forma voluntária para esta pesquisa. Agradeço ao povo brasileiro por viabilizar meus estudos numa Instituição de Ensino Superior pública de excelência, a UTFPR Campus Ponta Grossa - Paraná - Brasil.

Ainda, destaco minha mais profunda admiração pelos membros da minha banca, na pessoa do Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson (UTFPR) e a Profa. Dra. Márcia Regina Mocelin pelas preciosas contribuições, apoio nessa pesquisa e em minha vida acadêmica.

Gostaria de deixar registrado também, meu reconhecimento a minha esposa Jamila, pais Elóy e Ângela, irmãos Orlando e Angélica, sogros, cunhados e sobrinhos, pois acredito que sem a compreensão pelos muitos momentos de ausência e sem o apoio desses, seria muito difícil vencer esse desafio. E, sobretudo, agradeço a Deus por todas as bênçãos recebidas durante o processo e desenvolvimento desta pesquisa.

Enfim, a todos os que por algum motivo contribuíram e contribuem para a realização desta dissertação.

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta.

(MANDELA, 2012).

RESUMO

O presente trabalho coloca em tela um estudo sobre a Educação Musical por meio da Percussão Corporal para adolescentes que estão em privação de liberdade. Para isso, entende-se que educar, musicalmente, é compreender os saberes musicais básicos do estatuto epistêmico da música de forma teórica, bem como pela apreciação, vivência estética musical e pelo fazer sensível e consciente do material sonoro. Portanto, recorre-se ao corpo humano enquanto instrumento musical para trabalhar os saberes musicais a partir do modelo C(L)A(S)P de Swanwick (1979). Nesse sentido, esse modelo é traduzido como Criação/Composição, Estudos Literários, Apreciação, Aquisição de Habilidades técnicas (S) e Performance. A partir do objeto de estudo Educação Musical teve-se como objetivo geral perquirir os limites e as possibilidades de aportes teóricos metodológicos em Educação Musical voltados para professores de Arte, tendo em vista o protocolo de segurança de CENSE. O aporte teórico embasou-se em Freire (1980; 1983 e 2015), Silva (1998; 2018) e Swanwick (1979; 2003; 2014). O percurso metodológico desta investigação foi de natureza aplicada e a forma de abordagem, a qualitativa. Como instrumentos para coleta de dados, foram aplicados dois questionários semiestruturados e a avaliação do produto educacional, mediados pelo Método *Delphi* (MARQUES; FREITAS, 2018), a partir de um protocolo de avaliação pela escala de *Likert*. O material didático pedagógico musical elaborado pelo pesquisador é destinado aos professores da disciplina de Arte atuantes com jovens que estão em privação de liberdade em Centro de Socioeducação CENSEs do Paraná - PR. O protótipo de material didático de Educação Musical foi apresentado a 11 professores da disciplina de Arte atuantes em CENSEs no PR - Brasil via *on-line*, sendo-lhes solicitada sua avaliação sobre o material como recurso didático pedagógico e a efetividade para o ensino de música. A análise de dados foi baseada na metodologia Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2020) a partir das devolutivas dos participantes. Após a avaliação do material didático pedagógico versão preliminar por Professores de Arte que atuam nos CENSEs do Paraná; dos aspectos de conteúdo; aplicabilidade em sala de aula; *design do e-book* com videoaulas, enquanto material e recurso tecnológico, também foram realizados os redimensionamentos necessários para uma versão final do produto educacional *e-book* com videoaulas, o qual se pretende que seja disponibilizado publicamente para os CENSEs. Por fim, o produto educacional – *e-book* com videoaulas foi validado por expertise.

Palavras-chave: socioeducação; educação musical; percussão corporal; ensino de música; privação de liberdade.

ABSTRACT

This work presents a study on Music Education through Body Percussion for teenagers who are deprived of liberty. For this, it is understood that to educate, musically, is to understand the basic musical knowledge of the epistemic statute of music in a theoretical way, as well as by appreciation, musical aesthetic experience and by making sensitive and conscious of the sound material. Therefore, the human body is used as a musical instrument to work on musical knowledge based on Swanwick's C(L)A(S)P model (1979). In this sense, this model is translated as Creation/Composition, Literary Studies, Appreciation, Acquisition of Technical Skills (S) and Performance. From the object of study Musical Education, the general objective was to investigate the limits and possibilities of methodological theoretical contributions in Music Education aimed in Art teachers, in view of the security protocol of CENSE. The theoretical contribution was based on Freire (1980; 1983 and 2015), Silva (1998; 2018) and Swanwick (1979; 2003; 2014). The methodological route of this investigation was applied nature and the form of approach, qualitative. As instruments for data collection, two semi-structured questionnaires and the evaluation of the educational product were applied, mediated by the Delphi Method (MARQUES; FREITAS, 2018), based on an evaluation protocol using the Likert scale. The musical pedagogical teaching material prepared by the researcher is intended for teachers of the discipline of Art who work with teenagers who are in deprivation of liberty in Centros de Socioeducação CENSEs do Paraná - PR. The prototype of Music Education didactic material was presented online to 11 teachers of Art who work in CENSEs in PR - Brazil, and they were asked to evaluate the material as a pedagogical didactic resource and its effectiveness for teaching music. Data analysis was based on the Discursive Textual Analysis methodology (MORAES; GALIAZZI, 2020) based on the participants' feedback. It was verified that through body percussion, it is possible to educate musically and teach the knowledge of the epistemic status of music to the students who are in socio-educational condition. After the evaluation of the preliminary version of the pedagogical didactic material by Art Teachers who work in the CENSEs of Paraná; content aspects; applicability in the classroom; design of the e-book with video lessons, as a material and technological resource, the necessary resizing were also carried out for a final version of the e-book educational product with video lessons, which was validated by expertise and will be publicly available to the CENSEs in the RIUT of UTFPR.

Keywords: socioeducation; musical education; body percussion; music teaching; deprivation of liberty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Rede de Atendimento Socioeducativo do Paraná - CENSEs	81
Figura 2 - Legenda de notação musical percussiva convencionada neste trabalho para vivência de gêneros musicais diversos	117
Figura 3 - Escrita musical percussiva convencionada para vivência da pulsação musical e ritmo musical em 08 toques	120
Figura 4 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical <i>Techno</i> (música eletrônica).....	122
Figura 5 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical <i>Rock</i>	124
Figura 6 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical <i>Reggae</i>	126
Figura 7 - Escrita musical percussiva convencionada para vivência da pulsação musical e ritmo musical em 10 toques	128
Figura 8 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical <i>RAP</i> - Ritmo e Poesia	130
Figura 9 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical <i>Pop Rock</i>	132
Figura 10 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical <i>Funk N. A.</i>	134
Figura 11 - Escrita musical percussiva convencionada para vivência da pulsação musical e ritmo musical em 12 toques	136
Figura 12 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical <i>Jazz</i>	139
Figura 13 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical <i>Funk Brasileiro</i>	141
Figura 14 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical <i>Baião 1</i> (variável 1).....	142
Figura 15 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical <i>Baião 2</i> (variável 1).....	144
Figura 16 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical <i>Samba</i>	148
Figura 17 - Escrita musical percussiva convencionada para vivência da pulsação musical e ritmo musical em 14 toques	151

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Percute o pé direito (A). Percute o pé esquerdo (B). Percute no peito do lado direito (C). Percute no peito do lado esquerdo (D). Percute na coxa direita (E). Percute na coxa esquerda (F). Percute na barriga do lado direita (G). Percute na barriga do lado esquerdo (H). Bate palma (I). Bate palma (J). Estalo dos dedos da mão direita (K). Estalo dos dedos da mão esquerda (L). Percutida na bochecha do lado esquerdo (M). Percutida na bochecha do lado direita (N) 113

Fotografia 2 - Bate palma (A e B). Bate na barriga do lado direito (C). Bate na barriga do lado esquerdo (D). Bate na coxa direita (E). Bate na coxa esquerda (F). Bate o pé direito (H). Bate o pé esquerdo (I) 119

Fotografia 3 - Bate no peito (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Bate no peito (C). Bate palma (D). Bate no peito (E). Estalo dos dedos da mão direita (F). Bate no peito (G). Bate palma (H) 121

Fotografia 4 - Bate no peito (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Bate as mãos (C). Estalo dos dedos da mão direita (D). Bate no peito (E). Bate no peito (F). Bate as palmas das mãos (G). Estalo dos dedos da mão direita (H) 123

Fotografia 5 - Bate no peito do lado direito (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Estalo dos dedos da mão esquerda (C). Bate as mãos (D). Estalo dos dedos da mão direita (E). Estalo dos dedos da mão esquerda (F) 125

Fotografia 6 - Estalo dos dedos da mão direita (A). Estalo dos dedos da mão esquerda (B). Bate palma (C). Bate palma (D). Bate na barriga do lado direito (E). Bate na barriga do lado esquerdo (F). Bate na coxa direita (G). Bate na coxa esquerda (H). Bate o pé direito (I). Bate o pé esquerdo (J) 126

Fotografia 7 - Bate na coxa direita (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Bate as mãos (C). Bate na coxa direita (D). Estalo dos dedos da mão direita (E). Bate na coxa direita (F). Bate as mãos (G) 129

Fotografia 8 - Bate o pé direito (A). Bate as mãos (B). Bate o pé direito (C). Bate o pé direito (D). Bate as mãos (E) 131

Fotografia 9 - Bate o pé direito (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Estalo dos dedos da mão esquerda (C). Bate as mãos (D). Bate o pé direito (E). Estalo dos dedos da mão direita (F). Bate o pé direito (G). Bate as mãos (H) 133

Fotografia 10 - Bate na bochecha do lado direito (A). Bate na bochecha do lado esquerdo (B). Estalo dos dedos da mão direita (C). Estalo dos dedos da mão esquerda (D). Bate palma (E). Bate palma (F). Bate na barriga do lado direito (G). Bate na barriga do lado esquerdo (H). Bate na coxa direita (I). Bate na coxa esquerda (J). Bate o pé direito (K). Bate o pé esquerdo (L) 134

Fotografia 11 - Bate no peito do lado direito (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Estalo dos dedos da mão esquerda (C). Bate as mãos (D). Bate no peito do lado direito (E). Bate no peito do lado direito (F). Estalo dos dedos da mão direita (G).

Estalo dos dedos da mão esquerda (H). Bate as mãos (I). Bate no peito do lado direito (J)	138
Fotografia 12 - Bate no peito do lado direito (A). Bate as mãos (B). Bate no peito do lado direito (C). Bate no peito do lado direito (D). Estalo dos dedos da mão direita (E). Estalo dos dedos da mão esquerda (F). Bate as mãos (G).....	140
Fotografia 13 - Bate no peito do lado direito (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Estalo dos dedos da mão esquerda (C). Bate no peito do lado direito (D). Estalo dos dedos da mão direita (E). Bate palma (F)	142
Fotografia 14 - Bate o pé direito. (A) Estalo dos dedos da mão direita (B). Estalo dos dedos da mão esquerda (C). Bate o pé direito (D). Estalo dos dedos da mão direita. (E). Bate palma (F).....	143
Fotografia 15 - Bate no peito do lado direito (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Estalo dos dedos da mão esquerda (C). Bate no peito do lado direito (D). Bate na coxa direita (E) Estalo dos dedos da mão direita (F). Estalo dos dedos da mão esquerda (G). Bate no peito do lado direito (H).....	145
Fotografia 16 - Bate no peito do lado direito (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Estalo dos dedos da mão esquerda (C). Bate no peito do lado direito (D). Bate na coxa direita e o pé direito juntos (E). Estalo dos dedos da mão direita (F). Estalo dos dedos da mão esquerda (G). Bate no peito do lado direito (H)	147
Fotografia 17 - Bate na bochecha do lado direito (A). Bate na bochecha do lado esquerdo (B). Estalo dos dedos da mão direita (C). Estalo dos dedos da mão esquerda (D). Bate palma (E). Bate palma (F). Bate no peito do lado direito (G). Bate no peito do lado esquerdo (H). Bate na barriga do lado direito (I). Bate na barriga do lado esquerdo (J). Bate na coxa direita (K). Bate na coxa esquerda (L). Bate o pé direito (M). Bate o pé esquerdo (N)	149
Fotografia 18 - Boca, Língua, Lábio, Bochecha e Mãos.....	152
Fotografia 19 - Ombro, Escápula, Peito e Barriga.....	154
Fotografia 20 - Coxa, Mãos (dianteira e/ou traseira) e Quadril.....	157
Fotografia 21 - Mãos (Dianteira e/ou Traseira - Abertas e/ou Fechadas – Esfregadas/Friccionadas).....	161
Fotografia 22 - Dedos das Mãos	167
Fotografia 23 - Pés e Mãos	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Habilidades a serem desenvolvidas em Música do 1º ao 5º ano do EF I - Anos iniciais	25
Quadro 2 - Habilidades a serem desenvolvidas em Música do 6º ao 9º ano do EF II - Anos finais.....	25
Quadro 3 - Linguagens e suas Tecnologias no Ensino Médio: algumas Competências Específicas e Habilidades	26
Quadro 4 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidas em Música no Paraná no 1º ano do EF I - Anos iniciais	28
Quadro 5 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidas em Música no Paraná no 2º ano do EF I - Anos iniciais	28
Quadro 6 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidas em Música no Paraná no 3º ano do EF I - Anos iniciais	29
Quadro 7 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidas em Música no Paraná no 4º ano do EF I - Anos iniciais	30
Quadro 8 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidas em Música no Paraná no 5º ano do EF I - Anos iniciais	31
Quadro 9 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidas em Música no Paraná no 6º ano do EF II - Anos finais	32
Quadro 10 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidas em Música no Paraná no 7º ano do EF II - Anos finais	33
Quadro 11 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidas em Música no Paraná no 8º ano do EF II - Anos finais	34
Quadro 12 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidas em Música no Paraná no 9º ano do EF II - Anos finais	35
Quadro 13 - Modelo C(L)A(S)P de Swanwick adequado para uso na socioeducação	43
Quadro 14 - Etapas de implementação do Método <i>Delphi</i>	86
Quadro 15 - Critérios da Escala de <i>Likert</i> de cinco pontos para o Protocolo de avaliação	87
Quadro 16 - Identificação da População	92
Quadro 17 - <i>Feedback</i> síntese do 1º questionário	95
Quadro 18 - Características das salas de aulas.....	96
Quadro 19 - Rendimento Escolar	96
Quadro 20 - Características comportamentais	96

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APED Especiais	Ações Pedagógicas Descentralizadas Especiais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAA	Coordenação de Articulação Acadêmica
CDCA	Conselho Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente
CE	Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos
CEDCA	Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEJA	Coordenação da Educação de Jovens e Adultos
CENSE	Centros de Socioeducação
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos
CMDCA	Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNE/CEB	Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEASE	Departamento de Atendimento Socioeducativo
DEDUC	Diretoria de Educação
EB	Educação Básica
ECA	Estatuto da Criança e Adolescentes (1990)
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (1970)
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (1964)
Funk N. A	<i>Funk</i> Norte Americano
IASP	Instituto de Ação Social do Paraná
IES	Instituição do Ensino Superior
LA	Liberdade Assistida
LD	Livro Didático
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC-BR	Ministério da Educação do Brasil
MP	Ministério Público

NRE	Núcleo Regional de Educação
NUCRIA	Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes
ONGs	Organizações Não Governamentais
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPGECT	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia
PR	Paraná
PROEDUSE	Programa de Educação na Socioeducação
RAP	Ritmo e Poesia
RIUT UTFPR	Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
SEED-PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SEJUF-PR	Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Governo do Paraná
SINASE	Sistema Nacional de Socioeducação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	EDUCAÇÃO MUSICAL.....	24
3	PERCUSSÃO CORPORAL	40
3.1	Educação musical por meio da percussão corporal para adolescentes que estão em privação de liberdade	49
4	SOCIOEDUCAÇÃO	62
4.1	Código de Menores de 1927	67
4.2	Revisão do Código de Menores em 1979	71
4.3	Estatuto da Criança e Adolescentes - ECA 1990	72
4.4	Sistema Nacional de Socioeducação - SINASE 2012	73
4.5	Diretrizes Nacionais para Atendimento Escolar de Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - 2016	74
5	METODOLOGIA	80
6	ANÁLISE DOS RESULTADOS	91
6.1	Contribuição dos professores no 1º questionário.....	91
6.2	Contribuição dos professores no 2º questionário.....	95
6.3	Contribuição dos professores no protocolo de avaliação.....	105
7	PRODUTO EDUCACIONAL	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
	REFERÊNCIAS.....	176
	APÊNDICE A - Levantamento dos professores de arte dos CENSES do Paraná	186
	APÊNDICE B - Questionário 1	188
	APÊNDICE C - Questionário 2	191
	APÊNDICE D - Protocolo de Avaliação pela Escala <i>Likert</i>	193
	ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	195
	ANEXO B - Parecer favorável e deferidos da pesquisa pelo Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa.....	201
	ANEXO C - Parecer favorável e deferidos da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP UTFPR	203
	ANEXO D - Parecer interinstitucional favorável e deferidos da pesquisa pela Divisão Psicossocial em conjunto com a Divisão Educativa e Profissional do DEASE da SEJUF-PR e pela CEJA da SEED-PR	207
	ANEXO E - Ficha de validação do produto educacional.....	222

1 INTRODUÇÃO

A música além de ser um fenômeno universal presente no cotidiano da sociedade com diversas “funções”¹, exerce grande relação com o ser humano por toda a vida. Diante disso, é fundamental oportunizá-la em seus múltiplos significados e significações, de uma forma que faça sentido, possibilitando desenvolver sensibilidade, compreensão e vivência estética desse fenômeno, com vistas a ampliar seu capital cultural. Por isso, é essencial propiciar a Educação Musical a todos, visando a uma formação humana integral e humanizadora.

Aliado ao exposto, uma das possibilidades de abordar a Educação Musical é por meio da Percussão Corporal, que se apropria do corpo humano enquanto suporte e converte-o em instrumento musical. Partindo-se dessa alternativa, é um caminho para trabalhar os saberes do estatuto epistêmico da música e oportunizar a vivência estética musical.

Nesse sentido, é necessário lembrar que a música está contemplada legalmente na estrutura da educação escolar brasileira em todos os níveis e modalidades, dentre elas a Educação de Jovens e Adultos que estão em privação de liberdade. Sendo assim, os adolescentes que praticaram ato infracional e estão apreendidos tem assegurada a escolarização, como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento e, portanto, garantido o direito a atividades pedagógicas e culturais.

Assim, cada estado tem seu programa de educação escolar para alunos internos em Centros de Socioeducação (CENSEs), no Paraná, por exemplo, para cumprimento do estabelecido, há um programa socioeducativo para esses alunos, intitulado “Programa de Educação na socioeducação (PROEDUSE²)”, que atende à demanda de escolarização dos adolescentes apreendidos, por meio das “Ações Pedagógicas Descentralizadas Especiais (APED Especiais)”, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos CENSEs.

¹ Para conhecer um estudo sistematizado das “funções” da música na sociedade, vide Merriam (1964).

² Esse programa é organizado pelo Sistema Socioeducativo paranaense, mediante um termo de cooperação técnica entre duas secretarias estaduais, SEED e SEJUF, cuja parceria visa oportunizar a escolarização da Educação Básica na modalidade de EJA aos adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de internamento. Portanto, essa política pública no PR está vinculada ao DEJA - Departamento de Educação de Jovens e Adultos da SEED-PR - em parceria com o DEASE - Departamento de Atendimento Socioeducativo da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Governo do Paraná (SEJUF-PR).

Posto isso, a maioria dos professores de Arte, atuantes nos CENSEs, ao buscarem, nas políticas públicas educacionais, materiais e recursos didáticos pedagógicos de apoio para suas aulas, encontram, unicamente, o livro didático (LD) ofertado pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC BR³). Ainda sobre esse assunto, na instância estadual Paranaense, tem-se uma coleção de LD público (PARANÁ, 2006c) organizada pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR - PROEDUSE) e, a priori, não há a oferta de LD destinada a cada componente curricular para modalidade de EJA socioeducação, por meio da Divisão Educacional e Profissional da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Governo do Paraná (SEJUF-PR - DEASE⁴).

Todavia, na disciplina de Arte, os LDs disponíveis pelas políticas públicas são reduzidos em quantidades, com poucas coleções, limitando, assim, os recursos didáticos propostos. E, quando se trata, especificamente, de Educação Musical para EJA socioeducação em privação de liberdade, tem-se fragilidades no sentido de, muitas vezes, não atender ao protocolo de segurança de CENSEs, além de outros aspectos peculiares da realidade dessa população.

Destaca-se que, além da limitação de materiais e recursos didáticos pedagógicos ofertados pelas políticas públicas, esses são direcionados à educação básica “regular” e à modalidade de EJA convencional, não atendendo, portanto, às especificidades da educação escolar em privação de liberdade.

Nesse sentido, materiais como lápis, caneta, régua, apontador, cola, livros, revistas, materiais perfurocortantes, como: estiletes, metais pontiagudos como tesouras, compasso, espátula⁵; produtos que possam ser usados como inalantes; determinados aparelhos eletrônicos (que possam ser usados para comunicação com pessoas externas ao CENSE), entre outros similares, devem ser usados no processo educativo na EJA na privação de liberdade com muito controle e cuidado, sendo possível que em algum momento não seja aconselhável ou até mesmo se torne proibido o uso de diversos materiais por questões de segurança para todos os envolvidos. Tem-se toda essa precaução, em não usar alguns elementos em sala de

³ Por intermédio do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD.

⁴ O Departamento de Atendimento Socioeducativo - DEASE, integrante da estrutura organizacional da SEJUF-PR, tem como principais atribuições: a organização, promoção, desenvolvimento e coordenação do Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná.

⁵ Tais materiais podem ser escondidos como estoque, isto é, termo popular entre socioeducandos para designar materiais e objetos escondidos, muitas vezes, e adaptados para serem usados como arma.

aula, pois se considera que, diante de um possível conflito que chegue à violência com embate, esses possam ser convertidos e usados como “armas”.

Além do mais, algumas temáticas devem ser abordadas com muito cuidado ou não serem trabalhadas sem um “projeto”, tais como: bebidas alcoólicas, outras drogas psicotrópicas ilícitas, lícitas (a pessoas com idade igual a superior a 18 anos), armas, alusão de pessoas nuas, sexualidade, violências, notícias externas aos CENSEs (em especial as relacionadas ao crime), dentre outros assuntos inadequados⁶ a alunos que estão em privação de liberdade.

Tendo em vista o exposto, os Cadernos do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP (PARANÁ, 2006a) - e os Cadernos de Socioeducação do Paraná (PARANÁ, 2010; 2018) abordam e destacam algumas questões sobre proibição, controle de acesso e uso de materiais (objetos e produtos) na área de segurança⁷ de um Centro de Socioeducação, da qual a escola faz parte. Ademais, a direção do CENSE e o responsável pela segurança possuem autonomia para determinarem a proibição e/ou controle de materiais, por precaução a possíveis situações de ocorrências, casos duvidosos, omissos e muito específicos daquele momento dos CENSEs. Muitas vezes, algumas situações não estão previstas nos documentos norteadores, e podem colocar em risco, potencial ou real, a vida e a integridade física de professores, funcionários, alunos e/ou população flutuante (autoridade judiciária, eclesiásticas, visitantes e/ou prestadores de serviço entre outros). Ou seja:

3.6 Controle de Acesso e Uso de Materiais

O controle de acesso de materiais visa impedir a entrada de objetos e produtos que possam ameaçar a vida, a integridade física, emocional e moral dos internos e funcionários e/ou causar danos patrimoniais.

3.6.1 Materiais proibidos

[...]. Quaisquer objetos que, a juízo da direção e/ou responsável pela segurança, constituir ameaça à vida, à integridade física, emocional e moral dos internos e funcionários e/ou risco de causar danos no patrimônio. [...] risco potencial ou real à segurança (PARANÁ, 2006a, p. 39-40).

⁶ Há possibilidade de abordar esses assuntos mais peculiares e “delicados” com os alunos em internação. Para tanto, é importante apresentar um projeto com justificativa plausível para abordar esses temas pela equipe de assistência social, de saúde, de educação, da segurança, do judiciário e/ou dentre outras áreas.

⁷ É a parte de uma área total dos CENSEs, em que todos os profissionais e pessoas que ali estejam, devem atender a um protocolo de uso, comportamento de cuidados “redobrados” em todos os sentidos, a fim de garantir a segurança e o bom andamento do trabalho de todos os envolvidos no processo socioeducativo, pois, nesse espaço, transitam os alunos para diversas situações e é possível e passível de início de motim, rebelião, entre outras possibilidades afins.

Por tudo isso, somado a outros aspectos particulares, específicos e peculiares aos CENSEs, em geral, limita-se muito o trabalho pedagógico, o uso de materiais e recursos didáticos pedagógicos de Educação Musical nesses espaços, se comparado com a educação regular e/ou EJA convencional.

Tal realidade apresentada torna o processo socioeducativo complexo, delicado, desafiador e exige reflexões cuidadosas em sua práxis. Surge, assim, o problema desta pesquisa: Qual o (re)direcionamento da ação pedagógica de professores de Arte que se torna necessário para atender as competências do ensino de música em consonância com o protocolo de segurança de CENSEs? A hipótese é que a elaboração de um material didático pedagógico sobre percussão corporal como instrumento musical pode ser usado para ensinagem dos saberes do estatuto epistêmico da música, ou seja, trabalhados por professores de Arte em suas mediações com alunos da escola em CENSEs.

Em vista do problema desta pesquisa, elaborou-se o objetivo geral: Perquirir os limites e as possibilidades de aportes teóricos metodológicos em Educação Musical voltados para professores de Arte, tendo em vista o protocolo de segurança de CENSE. E, a partir desse objetivo, emergiram os específicos: Investigar a respeito das ações pedagógicas implementadas pelas políticas públicas educacionais voltadas à Educação Musical na socioeducação, em consonância com o protocolo de segurança de CENSEs; Verificar na BNCC e nos Referenciais Curriculares do Paraná quais saberes podem ser trabalhados na Educação Musical, por meio da Percussão Corporal na socioeducação; Identificar os pontos de congruência de aportes teóricos metodológicos em Educação Musical, a partir da percepção de professores pesquisados na proposta de Educação Musical para os CENSEs; Elaborar o produto educacional - *e-book* - composto por videoaulas enquanto recurso didático pedagógico de Educação Musical, com conteúdo musical contendo sugestões para professores de Arte atuantes com alunos socioeducandos que estão em privação de liberdade; Avaliar a aplicabilidade do material didático pedagógico de Educação Musical por meio da percussão corporal pelos professores pesquisados; e, Validar o produto educacional final - *e-book* com videoaulas, por expertise da área de Educação Musical.

Para os objetivos propostos, foram considerados como aporte teórico na pesquisa: autores, legislações, documentos vigentes que norteiam a Educação Básica brasileira, conforme segue: a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL,

1988); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996); a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018); o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações – RCP (PARANÁ, 2018) e as legislações que tratam das especificidades da educação escolar socioeducativa. Para isso, levou-se em conta o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069 (BRASIL, 1990), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, Lei nº 12.594 (BRASIL, 2012), a Resolução CNE/CEB nº 3, de 13 de maio de 2016 (BRASIL, 2016a) - Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, entre outras.

Para avaliação do protocolo de segurança para CENSEs, consideram-se em conta os Cadernos do IASP (PARANÁ, 2006a) e os Cadernos de Socioeducação - Rotinas de segurança (PARANÁ, 2010; 2018).

Com relação ao levantamento, à análise dos limites e às possibilidades de aportes teóricos metodológicos em Educação Musical, a partir da constituição de um produto educacional personalizado para ensinagem dos saberes do estatuto epistêmico da música a serem trabalhados por professores de Arte em suas mediações com alunos da escola em CENSEs, consideram-se os recursos didáticos pedagógicos ofertados pelas políticas públicas educacionais federal (MEC-BR) e estadual (SEED-PR e SEJUF-PR) para EJA socioeducação em privação de liberdade.

Outro aspecto fundamental foi atinente ao embasamento teórico para elaboração de um *e-book* com videoaulas de Educação Musical por meio da percussão corporal, enquanto material e recurso didático pedagógico com sugestões de saberes teórico-práticos para professores de Arte atuantes com alunos que estão em privação de liberdade. Portanto, para a abordagem do estatuto epistêmico da Educação Musical, levou-se em conta, na fundamentação teórica, Swanwick (2003; 2014), que discorre sobre as contribuições da Educação Musical articuladas com as dimensões estética, psicológica e sociológica no processo de desenvolvimento educacional dos alunos. Ainda nesse sentido, para epistemologia da Educação Musical, prevista no *e-book* com videoaulas, valeu-se dos trabalhos de Mateiro e Ilari (2011; 2016), Paz (2013), Mariani (2011) e Romanelli (2014), dentre outros.

Para a análise das especificidades pedagógicas, estrutural e conjuntural da socioeducação e socioeducandos, esta pesquisa fundamentou-se nos escritos de

Freire (1980; 1983 e 2015), Costa (2001), Luedemann (2002), Silva (1998; 2018), Ramos (2004), Saraiva (2016) e Paraná (2021).

Silva (2018), ao abordar sobre a história da educação escolar em regimes de privação de liberdade, aponta que, de modo geral, a educação desses jovens constitui objeto de pesquisa das Ciências da Educação, no sentido de identificar métodos, didática e demais afins para essa modalidade. Entretanto, Silva (2018, p. 24) aponta: “Na prática, pouco ou quase nada as Ciências da Educação têm se ocupado desta temática, exceto pelos esforços de alguns raros abnegados que insistem em colocar o tema nas agendas acadêmicas e políticas”.

Nesse sentido, Silva (2018) assevera que as investigações da Educação, nessa modalidade e ambiente são ínfimas, isso quando se trata da Educação em privação de liberdade de forma ampla. Por conseguinte, quando se enfoca no escopo desta pesquisa, em especial com relação às investigações sobre os limites e possibilidades de aportes teóricos metodológicos em Educação Musical para alunos na EJA socioeducação, em confinamento humano (isolamento⁸), os estudos e pesquisas educacionais sistematizadas se mostram, até o momento, incipientes⁹.

Visto tudo isso, tem-se como escopo final elaborar e validar o produto educacional - *e-book* com videoaulas, que abarquem os conteúdos de Educação Musical por meio da Percussão Corporal, vislumbrando o acesso aos professores e sua utilização como apoio pedagógico para o processo de alfabetização musical¹⁰ de determinados saberes do estatuto epistêmico da música, como: o pulso - a pulsação musical; o tempo musical; os elementos do som – duração, altura, timbre (timbragens), intensidade e densidade; o elemento da música: ritmo; polirritmia musical; células rítmicas; dinâmicas musicais (intensidade); acentos musicais, acentos métricos; andamento; fontes e os recursos sonoros musicais; classificação (família) e características de instrumentos musicais de percussão; técnicas instrumentais de

⁸ O isolamento é arrasador para a psique humana. É por isso que o confinamento é considerado a mais cruel das punições (CHAPMAN, 2013, p. 22). Ambas as palavras são expressas com o sentido de privação de liberdade.

⁹ Foi realizado um levantamento do objeto de estudo em diversos gerenciadores de referência em pesquisa validados pela comunidade científica nacional e internacional com e sem proxy da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, visto que com o proxy dessa Instituição do Ensino Superior - IES ampliam-se os resultados do levantamento, todavia, foram, profundamente, limitados os resultados.

¹⁰ É o aprendizado do alfabeto musical, necessário para leitura e escrita musical por meio dos códigos e símbolos convencionados na área de conhecimento da música.

percussão corporal (manulação e digitação); voz humana – canto rítmico; diferentes formas de registro musical não convencional e notação musical convencional; formas, gêneros e estilos musicais diversos, populares e erudito; composição musical; improvisação musical; gêneros e repertório musical nacional, regional, local e/ou internacional; patrimônio cultural musical material e imaterial multiétnicas de etnias indígenas brasileiras, etnias africanas, afro-brasileiras, folclóricas, tradicionais, com prática musical individual e/ou em grupo.

Ainda, o produto versão final ficará à disposição de todos os envolvidos na pesquisa e demais interessados, de forma pública *on-line* no Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT UTFPR).

Essa pesquisa está organizada nas seguintes sessões. 1. INTRODUÇÃO, em que se apresentam o tema e sua delimitação, os objetivos da investigação e algumas especificidades da socioeducação; 2. EDUCAÇÃO MUSICAL, abordando a importância do educar musicalmente o ser humano numa perspectiva de formação humana integral; 3 PERCUSSÃO CORPORAL, trata-se do corpo humano sonoro enquanto instrumento musical e as referências mundiais na área; 3.1 EDUCAÇÃO MUSICAL POR MEIO DA PERCUSSÃO CORPORAL PARA ADOLESCENTES QUE ESTÃO EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE, contempla a possibilidade do trabalho do educar musicalmente por intermédio da percussão corporal. A seção 4 SOCIOEDUCAÇÃO e suas subseções 4.1 CÓDIGO DE MENORES DE 1927; 4.2 REVISÃO DO CÓDIGO DE MENORES EM 1979; 4.3 ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTES - ECA 1990; 4.4 SISTEMA NACIONAL DE SOCIOEDUCAÇÃO - SINASE 2012 e 4.5 DIRETRIZES NACIONAIS PARA ATENDIMENTO ESCOLAR DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - 2016 abordam as características e marcos legais da socioeducação para alunos que estão em privação de liberdade. A seção 5 METODOLOGIA trata sobre os encaminhamentos e as estratégias metodológicas utilizadas durante o percurso de investigação. Na seção e subseções do item 6 ANÁLISE DOS RESULTADOS; 6.1 CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES NO 1º QUESTIONÁRIO; 6.2 CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES NO 2º QUESTIONÁRIO; 6.3 CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES NO PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO foi utilizado o Método *Delphi* com a escala de *Likert* e analisados os dados com a Análise textual Discursiva – ATD. A seção 7 PRODUTO EDUCACIONAL apresenta um *e-book* com videoaulas enquanto recurso didático pedagógico de

Educação Musical, por meio da percussão corporal para adolescentes socioeducandos, que estão em privação de liberdade; por fim, tecem-se as CONSIDERAÇÕES FINAIS, no qual expressam as conclusões da pesquisa.

2 EDUCAÇÃO MUSICAL

Esta seção disserta sobre a música enquanto processo educativo para o ser humano e sua relação com a sistematização nas legislações e nos documentos curriculares oficiais das políticas públicas educacionais na modalidade de EJA socioeducação do Brasil e do estado do Paraná.

A música está arraigada na cultura e no viver das pessoas na sociedade, por essa razão, é essencial oportunizá-la formalmente ao ser humano para que esse possa compreender seus significados e significações, permitindo-lhe ampliar seu capital cultural, desenvolver sensibilidade, potencialidades e vivência estética, além de expressar-se de forma criativa, objetivando uma formação integral humanizadora. Para entendimento ciente e consciente da música, é necessário um processo de Educação Musical - musicalização aos alunos. A esse respeito, Tozetto (2005, p. 44) diz:

Musicalização é o processo que leva em conta o contato intuitivo e espontâneo com a expressão musical desde os primeiros anos de vida. Sendo o objetivo específico da Educação Musical a própria musicalização, musicalizar é favorecer o indivíduo a se tornar sensível e receptivo ao fenômeno sonoro, com capacidade de promover respostas musicais.

Diante do exposto por essa autora, de modo geral, a música faz parte do ser humano desde os primeiros anos de vida, por intermédio de canções de ninar, de desenhos animados, cantos folclóricos, tradicionais e populares infanto-juvenil, como também obras musicais, que marcam o despertar de paixões e amores na adolescência, juventude e fase adulta, ativando memórias, quando idosos. Além de tudo isso, existem obras musicais patriotas, religiosas, de entretenimento, desportivas, trilhas sonoras de animação, filmes, séries, músicas étnicas, folclóricas, tradicionais, populares, erudita, com fins terapêuticos. Enfim, há um legado da matriz cultural artística musical de um país que faz parte da identidade de uma pessoa, advindo de uma formação, seja ela não formal e/ou formal.

Por tudo isso, o processo para educar musicalmente um cidadão busca a compreensão da música assimilada e captada de forma intuitiva e espontânea em sua cultura. Assim, a Educação Musical busca a musicalização do indivíduo para que ele tenha ciência das questões básicas do estatuto epistêmico da música e esteja sensível ao fenômeno sonoro. Nesse processo musical, é fundamental perpassar,

pedagogicamente, pela área de conhecimento da música pelo teorizar (literatura, conceitos, informações, reflexões, conhecer), o sentir e perceber (fruição, apreciação, codificação) e o trabalho artístico musical (produção, fazer, experimentação musical).

Desse modo, o que ensinar em música? Para responder a essa indagação, é elementar consultar as diretrizes curriculares dos documentos norteadores das políticas públicas educacionais na área de conhecimento música - Educação Musical. Para isso, ao consultar a BNCC (BRASIL, 2018, p. 193 - 211), temos vistas dos saberes musicais básicos que devem ser trabalhados na Educação Básica – EB, sendo eles:

Quadro 1 - Habilidades a serem desenvolvidas em Música do 1º ao 5º ano do EF I - Anos iniciais

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
MÚSICA	Contexto e práticas	(EF15AR13) Identificar e apreciar criticamente diversas formas e gêneros de expressão musical, reconhecendo e analisando os usos e as funções da música em diversos contextos de circulação, em especial, aqueles da vida cotidiana.
	Elementos da linguagem	(EF15AR14) Perceber e explorar os elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de jogos, brincadeiras, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musical.
	Materialidades	(EF15AR15) Explorar fontes sonoras diversas, como as existentes no próprio corpo (palmas, voz, percussão corporal), na natureza e em objetos cotidianos, reconhecendo os elementos constitutivos da música e as características de instrumentos musicais variados.
	Notação e registro musical	(EF15AR16) Explorar diferentes formas de registro musical não convencional (representação gráfica de sons, partituras criativas etc.), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual, e reconhecer a notação musical convencional.
	Processos de criação	(EF15AR17) Experimentar improvisações, composições e sonorização de histórias, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos musicais convencionais ou não convencionais, de modo individual, coletivo e colaborativo.

Fonte: Brasil (2017)

Quadro 2 - Habilidades a serem desenvolvidas em Música do 6º ao 9º ano do EF II - Anos finais

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
MÚSICA	Contexto e práticas	(EF69AR16) Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética. (EF69AR17) Explorar e analisar, criticamente, diferentes meios e equipamentos culturais de circulação da música e do conhecimento musical.

		(EF69AR18) Reconhecer e apreciar o papel de músicos e grupos de música brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento de formas e gêneros musicais. (EF69AR19) Identificar e analisar diferentes estilos musicais, contextualizando-os no tempo e no espaço, de modo a aprimorar a capacidade de apreciação da estética musical.
	Elementos da linguagem	(EF69AR20) Explorar e analisar elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de recursos tecnológicos (<i>games</i> e plataformas digitais), jogos, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musicais.
	Materialidades	(EF69AR21) Explorar e analisar fontes e materiais sonoros em práticas de composição/criação, execução e apreciação musical, reconhecendo timbres e características de instrumentos musicais diversos.
	Notação e registro musical	(EF69AR22) Explorar e identificar diferentes formas de registro musical (notação musical tradicional, partituras criativas e procedimentos da música contemporânea), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual.
	Processos de criação	(EF69AR23) Explorar e criar improvisações, composições, arranjos, <i>jingles</i> , trilhas sonoras, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos acústicos ou eletrônicos, convencionais ou não convencionais, expressando ideias musicais de maneira individual, coletiva e colaborativa.

Fonte: Brasil (2017)

Quadro 3 - Linguagens e suas Tecnologias no Ensino Médio: algumas Competências Específicas e Habilidades

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA	HABILIDADES
1	(EM13LGG103) Analisar o funcionamento das linguagens, para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses ([...] sonoras, gestuais).
2	(EM13LGG201) Utilizar as diversas linguagens (artísticas, corporais [...]) em diferentes contextos, valorizando-as como fenômeno social, cultural, histórico, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.
2	(EM13LGG202) Analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e verbais), compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias.
2	(EM13LGG203) Analisar os diálogos e os processos de disputa por legitimidade nas práticas de linguagem e em suas produções (artísticas, corporais e verbais).
3	(EM13LGG301) Participar de processos de produção individual e colaborativa em diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais), levando em conta suas formas e seus funcionamentos, para produzir sentidos em diferentes contextos.
3	(EM13LGG305) Mapear e criar, por meio de práticas de linguagem, possibilidades de atuação social, política, artística e cultural para enfrentar desafios contemporâneos, discutindo princípios e objetivos dessa atuação de maneira crítica, criativa, solidária e ética.
5	(EM13LGG501) Selecionar e utilizar movimentos corporais de forma consciente e intencional para interagir socialmente em práticas corporais, de modo a estabelecer relações construtivas, empáticas, éticas e de respeito às diferenças.
5	(EM13LGG502) Analisar criticamente preconceitos, estereótipos e relações de poder presentes nas práticas corporais, adotando posicionamento

	contrário a qualquer manifestação de injustiça e desrespeito a direitos humanos e valores democráticos.
5	(EM13LGG503) Vivenciar práticas corporais e significá-las em seu projeto de vida, como forma de autoconhecimento, autocuidado com o corpo e com a saúde, socialização e entretenimento.
6	(EM13LGG601) Apropriar-se do patrimônio artístico de diferentes tempos e lugares, compreendendo a sua diversidade, bem como os processos de legitimação das manifestações artísticas na sociedade, desenvolvendo visão crítica e histórica.
6	(EM13LGG602) Fruir e apreciar esteticamente diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, assim como delas participar, de modo a aguçar continuamente a sensibilidade, a imaginação e a criatividade.
6	(EM13LGG603) Expressar-se e atuar em processos de criação autorais individuais e coletivos nas diferentes linguagens artísticas ([...] dança, música [...]) e nas intersecções entre elas, recorrendo a referências estéticas e culturais, conhecimentos de naturezas diversas (artísticos, históricos, sociais e políticos) e experiências individuais e coletivas.
6	(EM13LGG604) Relacionar as práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política e econômica e identificar o processo de construção histórica dessas práticas.
7	(EM13LGG701) Explorar tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), compreendendo seus princípios e funcionalidades, e utilizá-las de modo ético, criativo, responsável e adequado a práticas de linguagem em diferentes contextos.
7	(EM13LGG702) Avaliar o impacto das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) na formação do sujeito e em suas práticas sociais, para fazer uso crítico dessa mídia em práticas de seleção, compreensão e produção de discursos em ambiente digital.
7	(EM13LGG704) Apropriar-se criticamente de processos de pesquisa e busca de informação, por meio de ferramentas e dos novos formatos de produção e distribuição do conhecimento na cultura de rede.

Fonte: Brasil (2017)

A partir da BNCC (BRASIL, 2018), o estado do Paraná, dentro de sua autonomia, elaborou suas diretrizes curriculares por meio do documento intitulado de “Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações” (PARANÁ, 2018). Assim, pode-se ter vistas da organização na área de conhecimento música.

Quadro 4 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidos em Música no Paraná no 1º ano do EF I - Anos iniciais

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
Música	Contextos e práticas	(EF15AR13) Identificar e apreciar criticamente diversas formas e gêneros de expressão musical, reconhecendo e analisando os usos e as funções. Assistir e analisar diferentes espetáculos musicais, presencialmente e/ou por meio de vídeos, ou outros aparelhos audiovisuais, para conhecer os diferentes gêneros musicais populares e eruditos.
Música	Elementos da linguagem	(EF15AR14) Perceber e explorar os elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de jogos, brincadeiras, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musical.
Música	Materialidades	(EF15AR15) Explorar fontes sonoras diversas, como as existentes no próprio corpo (palmas, voz, percussão corporal), na natureza e em objetos cotidianos, reconhecendo os elementos constitutivos da música e as características de instrumentos musicais variados. Conhecer gêneros musicais variados, percebendo a diversidade existente no repertório musical brasileiro. Produzir instrumentos musicais com materiais alternativos, para conhecer o instrumento, explorar seus sons e perceber a possibilidade de criar instrumentos e sons diversos.
Música	Notação e registro musical.	(EF15AR16) Explorar diferentes formas de registro musical não convencional (representação gráfica de sons, partituras criativas etc.), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual, e reconhecer a notação musical convencional.
Música	Processos de criação	(EF15AR17) Experimentar improvisações, composições e sonorização de histórias, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos musicais convencionais ou não convencionais, de modo individual, coletivo e colaborativo.

Fonte: Paraná (2018, p. 235)

Quadro 5 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidos em Música no Paraná no 2º ano do EF I - Anos iniciais

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
Música	Contextos e práticas	(EF15AR13) Identificar e apreciar criticamente diversas formas e gêneros de expressão musical, reconhecendo e analisando os usos e as funções. Assistir e analisar diferentes espetáculos musicais, presencialmente e/ou pelos canais de comunicação e/ou aparelhos audiovisuais, para conhecer os diferentes gêneros musicais populares e eruditos.
Música	Elementos da linguagem	(EF15AR14) Perceber e explorar os elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de jogos, brincadeiras, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musical.
Música	Materialidades	(EF15AR15) Explorar fontes sonoras diversas, como as existentes no próprio corpo (palmas, voz, percussão corporal), na natureza e em objetos cotidianos, reconhecendo os elementos constitutivos da música e as características de instrumentos musicais variados. Conhecer gêneros musicais variados, percebendo a diversidade existente no repertório musical brasileiro. Realizar jogos de mãos (como "Escravos de Jó", "Adoletá", "Batom", entre outros) e copos (mantendo uma sequência), cantigas de roda, parlendas, brincadeiras cantadas e rítmicas.
Música	Notação e registro musical.	(EF15AR16) Explorar diferentes formas de registro musical não convencional (representação gráfica de sons, partituras criativas etc.), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual, e reconhecer a notação musical convencional.
Música	Processos de criação	(EF15AR17) Experimentar improvisações, composições e sonorização de histórias, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos musicais convencionais ou não convencionais, de modo individual, coletivo e colaborativo.
Teatro	Contextos e práticas	(EF15AR18) Reconhecer e apreciar formas distintas de manifestações do teatro presentes em diferentes contextos, aprendendo a ver e a ouvir histórias dramatizadas e cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório ficcional.
Teatro	Elementos da linguagem	(EF15AR19) Descobrir teatralidades na vida cotidiana, identificando elementos teatrais (variadas entonações de voz, diferentes fisicalidades, diversidade de personagens e narrativas etc.).

Fonte: Paraná (2018, p. 243)

Quadro 6 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidos em Música no Paraná no 3º ano do EF I - Anos iniciais

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
Música	Contextos e práticas	(EF15AR13) Identificar e apreciar criticamente diversas formas e gêneros de expressão musical, reconhecendo e analisando os usos e as funções. Assistir e analisar diferentes espetáculos musicais, presencialmente e/ou pelos canais de comunicação e/ou aparelhos audiovisuais, para conhecer os diferentes gêneros musicais populares e eruditos.
Música	Elementos da linguagem	(EF15AR14) Perceber e explorar os elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de jogos, brincadeiras, canções práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musical. Realizar brincadeiras musicais com diferentes ritmos que tenham esses acentos (binário/marcha; ternário/valsa, entre outros). Compreender e vivenciar, por meio de brincadeiras os elementos da música (pulso, ritmo, melodia, andamento e dinâmica). Conhecer o conceito de paisagem sonora e fazer o registro gráfico alternativo (notação não tradicional) dos elementos do som em paisagens sonoras. Identificar sons naturais e sons culturais.
Música	Materialidades	(EF15AR15) Explorar fontes sonoras diversas, como as existentes no próprio corpo (palmas, voz, percussão corporal), na natureza e em objetos cotidianos, reconhecendo os elementos constitutivos da música e as características de instrumentos musicais variados. Cantar músicas e executar jogos e brincadeiras cantadas, do repertório musical brasileiro, identificando gêneros musicais variados, percebendo a diversidade existente.
Música	Notação e registro musical.	(EF15AR16) Explorar diferentes formas de registro musical não convencional (representação gráfica de sons, partituras criativas etc.), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual, e reconhecer a notação musical convencional.
Música	Processos de criação	(EF15AR17) Experimentar improvisações, composições e sonorização de histórias, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos musicais convencionais ou não convencionais, de modo individual, coletivo e colaborativo.

Fonte: Paraná (2018, p. 251)

Quadro 7 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidos em Música no Paraná no 4º ano do EF I - Anos iniciais

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
Música	Contextos e práticas	(EF15AR13) Identificar e apreciar criticamente diversas formas e gêneros de expressão musical, reconhecendo e analisando os usos e as funções. Assistir e analisar diferentes espetáculos musicais, presencialmente e/ou pelos canais de comunicação e/ou aparelhos audiovisuais, para conhecer os diferentes gêneros musicais populares e eruditos. Relacionar a produção musical com o contexto social em tempos e espaços e sua função social.
Música	Elementos da linguagem	(EF15AR14) Perceber e explorar os elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de jogos, brincadeiras, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musical. Realizar brincadeiras musicais com diferentes ritmos que tenham esses acentos (binário/marcha; ternário/valsa, entre outros). Compreender os elementos da música: pulso, ritmo, melodia, andamento e dinâmica em roteiros de paisagens sonoras e repertório variado. Compreender o que seja paisagem sonora e por meio da escuta registro e gravação, colher os sons do entorno da escola e, registrar a impressão gráfica dos sons ouvidos, construindo um mapa cartográfico. Identificar sons naturais e sons culturais.
Música	Materialidades	(EF15AR15) Explorar fontes sonoras diversas, como as existentes no próprio corpo (palmas, voz, percussão corporal), na natureza e em objetos cotidianos, reconhecendo os elementos constitutivos da música e as características de instrumentos musicais variados. Cantar músicas do repertório musical brasileiro. Analisar as produções realizadas em grupo e do repertório musical, vivenciado em atividades escolares, utilizando diferentes formas de registro.
Música	Notação e registro musical.	(EF15AR16) Explorar diferentes formas de registro musical não convencional (representação gráfica de sons, partituras criativas etc.), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual, e reconhecer a notação musical convencional.
Música	Processos de criação	(EF15AR17) Experimentar improvisações, composições e sonorização de histórias, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos musicais convencionais ou não convencionais, de modo individual, coletivo e colaborativo. Experimentar, registrar e compartilhar improvisações e produções musicais variadas.

Fonte: Paraná (2018, p. 260-261)

Quadro 8 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidos em Música no Paraná no 5º ano do EF I - Anos iniciais

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
Música	Contextos e práticas	(EF15AR13) Identificar e apreciar criticamente diversas formas e gêneros de expressão musical, reconhecendo e analisando os usos e as funções. Assistir e analisar diferentes espetáculos musicais, presencialmente e/ou pelos canais de comunicação e/ou aparelhos audiovisuais, para conhecer os diferentes gêneros musicais populares e eruditos. Conhecer sobre as características das músicas produzidas pela indústria cultural.
Música	Elementos da linguagem	(EF15AR14) Perceber e explorar os elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de jogos, brincadeiras, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musical. Realizar brincadeiras musicais com diferentes ritmos que tenham esses acentos (binário/marcha; ternário/valsas; quaternário/, entre outros). Conhecer o conceito de paisagem sonora e fazer o registro gráfico alternativo (notação não tradicional) dos elementos do som em paisagens sonoras.
Música	Elementos da linguagem	(EF15AR14) Continuação. Compreender os elementos da música: pulso, ritmo, melodia, andamento e dinâmica em roteiros de paisagens sonoras e repertório variado. Identificar sons naturais e sons culturais. Compreender o que seja paisagem sonora e por meio da escuta, registro e gravação, colher os sons do entorno da escola e, registrar a impressão gráfica dos sons ouvidos, construindo um mapa cartográfico. Conhecer músicas de concerto do mundo (música composta para balés, para dançar, para contar histórias, entre outras). Identificar e refletir a música na mídia.
Música	Materialidades	(EF15AR15) Explorar fontes sonoras diversas, como as existentes no próprio corpo (palmas, voz, percussão corporal), na natureza e em objetos cotidianos, reconhecendo os elementos constitutivos da música e as características de instrumentos musicais variados. Cantar músicas do repertório musical brasileiro. Analisar as produções realizadas em grupo e do repertório musical vivenciado em atividades escolares utilizando diferentes formas de registro.
Música	Notação e registro musical.	(EF15AR16) Explorar diferentes formas de registro musical não convencional (representação gráfica de sons, partituras criativas etc.), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual, e reconhecer a notação musical convencional. Refletir sobre diferentes possibilidades de registro voltadas à grafia não convencional.
Música	Processos de criação	(EF15AR17) Experimentar improvisações, composições e sonorização de histórias, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos musicais convencionais ou não convencionais, de modo individual, coletivo e colaborativo. Experimentar, registrar e compartilhar improvisações e produções musicais variadas.

Fonte: Paraná (2018, p. 269-270)

Quadro 9 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidos em Música no Paraná no 6º ano do EF II - Anos finais

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
Música	Contextos e práticas	<p>(EF69AR16) Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.</p> <p>Analisar e identificar a paisagem sonora na vida cotidiana.</p> <p>Apreciar e identificar características da música popular brasileira.</p> <p>(EF69AR17) Explorar e analisar, criticamente, diferentes meios e equipamentos culturais de circulação da música e do conhecimento musical.</p> <p>(EF69AR18) Reconhecer e apreciar o papel de músicos e grupos de música brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento de formas e gêneros musicais.</p> <p>Relacionar músicos estrangeiros e regionais, o período ao qual pertencem, ressaltando e explorando os ritmos e identificando os instrumentos musicais.</p> <p>(EF69AR19) Identificar e analisar diferentes estilos musicais, contextualizando-os no tempo e no espaço, de modo a aprimorar a capacidade de apreciação da estética musical.</p> <p>Analisar a estrutura e organização musical em diferentes períodos históricos.</p>
Música	Elementos da linguagem	<p>(EF69AR20) Explorar e analisar elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de recursos tecnológicos (games e plataformas digitais), jogos, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musicais.</p> <p>Explorar ludicamente fontes e materiais sonoros em práticas de composição/criação, execução e apreciação musical, reconhecendo timbres e características de recursos musicais diversos.</p> <p>Analisar e identificar os elementos da linguagem musical das civilizações indígenas, africanas e afro-brasileiras por meio de jogos e canções.</p>
Música	Materialidades	<p>(EF69AR21) Explorar e analisar fontes e materiais sonoros em práticas de composição/criação, execução e apreciação musical, reconhecendo timbres e características de instrumentos musicais diversos.</p> <p>Executar composições rítmicas e melódicas com instrumentos não convencionais, estimulando a exploração dos sons corporais.</p> <p>Produzir e executar manifestações rítmicas através de práticas corporais de percussão nas expressões de músicas populares, folclóricas e paranaenses.</p>
Música	Notação e registro musical.	<p>(EF69AR22) Explorar e identificar diferentes formas de registro musical (notação musical tradicional, partituras criativas e procedimentos da música contemporânea), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual.</p> <p>Analisar músicas de diferentes períodos em diferentes suportes e timbres.</p>
Música	Processos de criação	<p>(EF69AR23) Explorar e criar improvisações, composições, arranjos, jingles, trilhas sonoras, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos acústicos ou eletrônicos, convencionais ou não convencionais, expressando ideias musicais de maneira individual, coletiva e colaborativa.</p> <p>Praticar exercícios vocais, corporais e instrumentais.</p> <p>Identificar e pesquisar os elementos do som e da música.</p>

Fonte: Paraná (2018, p. 278-279)

Quadro 10 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidos em Música no Paraná no 7º ano do EF II - Anos finais

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
Música	Contextos e práticas	<p>(EF69AR16) Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.</p> <p>Apreciar composições a partir de sons do cotidiano – paisagem sonora.</p> <p>Identificar os elementos da linguagem musical.</p> <p>Utilizar as técnicas: vocal, instrumental e mista.</p> <p>Identificar e estabelecer relações com a música de diferentes povos, como por exemplo: indígenas, africanos.</p> <p>(EF69AR17) Explorar e analisar, criticamente, diferentes meios e equipamentos culturais de circulação da música e do conhecimento musical.</p> <p>Identificar produções musicais nas mídias – (TV)</p> <p>Analisar e identificar a música na indústria cultural.</p> <p>Reconhecer e estabelecer conexões com músicas nos diferentes espaços de divulgação de práticas artísticas: museu, biblioteca, internet, patrimônio cultural, entre outros.</p> <p>Reconhecer os elementos do som e da música.</p> <p>(EF69AR18) Reconhecer e apreciar o papel de músicos e grupos de música brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento de formas e gêneros musicais.</p> <p>Reconhecer os diferentes modos de produzir música.</p> <p>Identificar os gêneros musicais.</p> <p>Pesquisar e trabalhar com os artistas locais.</p>
Música	Contextos e práticas	<p>(EF69AR19) Identificar e analisar diferentes estilos musicais, contextualizando-os no tempo e no espaço, de modo a aprimorar a capacidade de apreciação da estética musical.</p> <p>Identificar músicas que utilizem recursos alternativos (não convencionais).</p> <p>Analisar e identificar características dos elementos da música – ritmo, melodia, harmonia.</p>
Música	Elementos da linguagem	<p>(EF69AR20) Explorar e analisar elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de recursos tecnológicos (games e plataformas digitais), jogos, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musicais.</p> <p>Identificar, em uma composição, os elementos da linguagem musical e os elementos da música.</p> <p>Produzir e executar composições com instrumentos de percussão construídos a partir de materiais alternativos.</p>
Música	Materialidades	<p>(EF69AR21) Explorar e analisar fontes e materiais sonoros em práticas de composição/criação, execução e apreciação musical, reconhecendo timbres e características de instrumentos musicais diversos.</p> <p>Identificar técnicas musicais: vocal, instrumental e mista nas diferentes formas musicais.</p> <p>Reconhecer as famílias dos instrumentos musicais.</p>
Música	Notação e registro musical.	<p>(EF69AR22) Explorar e identificar diferentes formas de registro musical (notação musical tradicional, partituras criativas e procedimentos da música contemporânea), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual.</p> <p>Analisar e identificar, escalas musicais e improvisação.</p>
Música	Processos de criação	<p>(EF69AR23) Explorar e criar improvisações, composições, arranjos, jingles, trilhas sonoras, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos acústicos ou eletrônicos, convencionais ou não convencionais, expressando ideias musicais de maneira individual, coletiva e colaborativa.</p> <p>Perceber os modos de produzir música dos diferentes povos: gêneros, técnicas.</p> <p>Compor individual e coletivamente músicas utilizando recursos alternativos.</p>

Fonte: Paraná (2018, p. 284-286)

Quadro 11 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidos em Música no Paraná no 8º ano do EF II - Anos finais

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
Música	Contextos e práticas	<p>(EF69AR16) Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.</p> <p>Identificar, por meio de apreciação musical, os elementos do som e da música.</p> <p>Praticar técnica vocal, instrumental e mista.</p> <p>Ouvir, conhecer e apreciar sons produzidos pelo corpo e/ou com instrumentos não convencionais.</p> <p>Identificar a música de diferentes povos (indígenas, africanos, etc.); estabelecer relações entre elas entendendo o papel da música em cada período histórico e artístico.</p> <p>Compreensão da música como fator de transformação social.</p> <p>(EF69AR17) Explorar e analisar, criticamente, diferentes meios e equipamentos culturais de circulação da música e do conhecimento musical.</p> <p>Identificar produções musicais nas mídias – (rádio).</p> <p>Analisar e identificar a música na indústria cultural e a influência da mídia nos hábitos, valores e atitudes.</p> <p>Conhecer a música nos diferentes espaços de divulgação de práticas artísticas: museu, biblioteca, internet, patrimônio cultural, entre outros.</p>
Música	Contextos e práticas	<p>(EF69AR18) Reconhecer e apreciar o papel de músicos e grupos de música brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento de formas e gêneros musicais.</p> <p>Estabelecer relações entre os ritmos produzidos por brasileiros e estrangeiros.</p> <p>Entender a função da música engajada e da música na indústria cultural.</p> <p>(EF69AR19) Identificar e analisar diferentes estilos musicais, contextualizando-os no tempo e no espaço, de modo a aprimorar a capacidade de apreciação da estética musical.</p> <p>Pesquisar e identificar (ludicamente) músicas que utilizam recursos tecnológicos.</p> <p>Conhecer, por meio da pesquisa e da apreciação, a música produzida por diferentes povos, os instrumentos e os ritmos por eles utilizados.</p> <p>Identificar a música produzida no Século XX, a minimalista e a eletrônica, hip hop, reggae entre outros.</p>
Música	Elementos da linguagem	<p>(EF69AR20) Explorar e analisar elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de recursos tecnológicos (games e plataformas digitais), jogos, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musicais.</p> <p>Conhecer e explorar diferentes composições, por meio de recursos digitais, enfocando a música minimalista e eletrônica e os gêneros musicais.</p> <p>Produzir diferentes composições, por meio de recursos digitais, e alternativos dentro da indústria cultural.</p>
Música	Materialidades	<p>(EF69AR21) Explorar e analisar fontes e materiais sonoros em práticas de composição/criação, execução e apreciação musical, reconhecendo timbres e características de instrumentos musicais diversos.</p> <p>Identificar técnicas musicais: vocal, instrumental e mista nas diferentes formas musicais – recursos tecnológicos, mídias.</p> <p>Produzir e executar composições rítmicas, melódicas e harmônicas com instrumentos convencionais e não convencionais.</p>
Música	Notação e registro musical.	<p>(EF69AR22) Explorar e identificar diferentes formas de registro musical (notação musical tradicional, partituras criativas e procedimentos da música contemporânea), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual.</p> <p>Apreciar e compor registros de partituras convencionais e não convencionais.</p> <p>Reconhecer os modos de produzir música dos diferentes povos, bem como sua função social.</p>
Música	Processos de criação	<p>(EF69AR23) Explorar e criar improvisações, composições, arranjos, jingles, trilhas sonoras, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos acústicos ou eletrônicos, convencionais ou não convencionais, expressando ideias musicais de maneira individual, coletiva e colaborativa.</p> <p>Produzir sons utilizando materiais diversos, para elaboração de sonoplastia.</p> <p>Compor músicas, individual e/ou coletivamente, utilizando percussão corporal.</p>

Fonte: Paraná (2018, p. 291-293)

Quadro 12 - Objetivos de Aprendizagem a serem desenvolvidos em Música no Paraná no 9º ano do EF II - Anos finais

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
Música	Contextos e práticas	<p>(EF69AR16) Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.</p> <p>Perceber a função social e ideológica da música dos diferentes povos.</p> <p>Apreciar gêneros musicais urbanos... RAP (cultura hip-hop).</p> <p>Explorar e apreciar a música engajada, música popular brasileira e a música contemporânea, entendendo o processo de produção e execução, considerando a época e as influências políticas e culturais.</p> <p>(EF69AR17) Explorar e analisar, criticamente, diferentes meios e equipamentos culturais de circulação da música e do conhecimento musical.</p> <p>Identificar produções musicais nas mídias – (cinema e internet).</p> <p>Explorar e apreciar a música engajada, música popular brasileira, entendendo o processo de produção e execução, considerando a época e as influências políticas e culturais.</p> <p>Entender e vivenciar a função da música nos diferentes espaços de divulgação de práticas artísticas: museu, biblioteca, internet, patrimônio cultural, entre outros, destacando suas vivências regionais.</p> <p>Conhecer a história do Rádio, da TV, da MPB com seus movimentos e gêneros musicais.</p> <p>Conhecer os elementos musicais: melodia, harmonia e ritmo.</p> <p>Reconhecer a MPB – samba, choro, entre outros.</p>
Música	Contextos e práticas	<p>(EF69AR18) Reconhecer e apreciar o papel de músicos e grupos de música brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento de formas e gêneros musicais.</p> <p>Analisar e identificar características de gêneros e estilos musicais.</p> <p>Comparar os gêneros folclórico, indígena e popular (músicos brasileiros e paranaenses)</p> <p>Apreciar e registrar os gêneros musicais.</p> <p>(EF69AR19) Identificar e analisar diferentes estilos musicais, contextualizando-os no tempo e no espaço, de modo a aprimorar a capacidade de apreciação da estética musical.</p> <p>Apreciar composições musicais contemporâneas reconhecendo os elementos da linguagem musical (melodia, harmonia e ritmo) e os estilos musicais.</p>
Música	Elementos da linguagem	<p>(EF69AR20) Explorar e analisar elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de recursos tecnológicos (games e plataformas digitais), jogos, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musicais.</p> <p>Identificar, na música, os elementos da linguagem musical e a forma como se organizam numa composição contemporânea, techno e/ou eletrônica.</p>
Música	Materialidades	<p>(EF69AR21) Explorar e analisar fontes e materiais sonoros em práticas de composição/criação, execução e apreciação musical, reconhecendo timbres e características de instrumentos musicais diversos.</p> <p>Compor trabalhos utilizando elementos musicais, recursos tecnológicos, e alternativos.</p> <p>Produzir e executar composições rítmicas, melódicas e harmônicas com instrumentos convencionais e não convencionais.</p>
Música	Notação e registro musical.	<p>(EF69AR22) Explorar e identificar diferentes formas de registro musical (notação musical tradicional, partituras criativas e procedimentos da música contemporânea), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual.</p> <p>Apreciar e compor registros de partituras convencionais e não convencionais.</p> <p>Explorar a música eletrônica, música contemporânea em seus diferentes suportes e timbres.</p>
Música	Processos de criação	<p>(EF69AR23) Explorar e criar improvisações, composições, arranjos, jingles, trilhas sonoras, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos acústicos ou eletrônicos, convencionais ou não convencionais, expressando ideias musicais de maneira individual, coletiva e colaborativa.</p> <p>Reconhecer e analisar os modos de produzir música dos diferentes povos: gêneros, técnicas, elementos constitutivos, função social e de consumo.</p> <p>Compor (explorar) individual e coletivamente músicas para diferentes mídias.</p> <p>Apreciar obras e compor com a técnica da improvisação.</p>

Fonte: Paraná (2018, p. 298-300)

Apoiando-se nesses documentos norteadores, que organizam parte dos saberes do estatuto epistêmico da música, verifica-se que é possível abordá-los por meio da Percussão Corporal, que se apropria do corpo humano enquanto instrumento musical e recurso didático pedagógico para Educação Musical.

Após vistas dos documentos curriculares oficiais, identificou-se que a música e seus saberes estão contemplados legalmente na estrutura curricular da educação escolar brasileira. Nesse sentido, vale lembrar que a educação escolar pública brasileira é dever do Estado, sendo formada pela Educação Infantil (creche e pré-escola), pelo Ensino fundamental (I e II) e Ensino médio, todos obrigatórios e gratuitos a crianças e adolescentes dos 04 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade. Nesse âmbito de organização, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece no “Art. 26, § 2º O ensino da Arte, [...], constituirá componente curricular obrigatório da educação básica. E ainda diz no § 6º desse artigo que a música é linguagem que constitui o componente curricular Arte. (BRASIL, 1996).

Considerando o exposto, quando nos reportamos à educação escolar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, a BNCC diz (BRASIL, 2018, p. 16-17):

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN¹¹. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos [...]. Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino ([...] Educação de Jovens e Adultos, [...]), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Em se consultando e analisando a comunhão dos princípios e valores contidos nos documentos que norteiam a modalidade de EJA, observou-se, em

¹¹ Vide Parecer CNE/CEB nº 1/2021, aprovado em 18 de março de 2021 - Reexame do Parecer CNE/CEB nº 6, de 10 de dezembro de 2020, que tratou do alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade.

especial, à vista da diversidade, heterogeneidade e complexidade de pessoas nessa modalidade, ser fundamental considerarem-se três funções a primeira, reparadora, que possibilita ao aluno retornar à sala de aula buscando reparar a distorção idade/ano/série; a segunda, equalizadora, que proporciona aos jovens e adultos, continuidade de seus estudos a partir do ano ou série em que estavam, sem perda, objetivando que haja equidade, proporcionando-lhes igualdade de formação humana global em questões básicas, sendo equiparado ao aluno do ensino regular; por fim, a terceira e última função, a qualificadora, que oportuniza a atualização de saberes, conhecimentos que poderão ressignificar e transformar o indivíduo durante todo o processo educacional, garantindo-lhe formação e desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

Em consonância com o exposto, o professor atuante na EJA socioeducação ainda deve se valer dos estudos da andragogia, que compreende as características de ensinagem específicas para os alunos da modalidade de EJA, isto é, aborda a didática, as metodologias, os encaminhamentos, estratégias, materiais e recursos pedagógicos específicos para jovens e adultos, visando à aprendizagem, ao rendimento e ao sucesso escolar dessa faixa etária, por intermédio de uma articulação multi, pluri, trans e interdisciplinar.

Além de tudo que já foi mencionado na socioeducação em privação de liberdade, há alguns desafios e limites, previstos no protocolo de segurança e regimentos internos dos CENSEs, no sentido do não uso de materiais e recursos pedagógicos, conforme apresentado na introdução deste trabalho, os quais se refletem na operacionalidade da ensinagem das aulas de Educação Musical. Tais limites e desafios são entendidos, nesta pesquisa, como estímulos a serem investigados, com vistas a apresentar uma proposta de Educação Musical que atenda o protocolo de segurança e possa colaborar com a área em estudo.

Por conseguinte, pensou-se como sugestão de ponto de partida para o ensino e vivência da Educação Musical ativa, enquanto apoio didático pedagógico aos professores, o trabalho com a percussão corporal pela via da Rítmica aliada com à abordagem por imitação. A esse respeito, buscaram-se atividades expressas numa linguagem que atenda aos professores da disciplina de Arte atuantes com alunos que estão em privação de liberdade.

Além disso, acredita-se que a proposição do material didático seja possível aos professores de Arte no processo de ensinagem na socioeducação e ainda aos educadores que trabalham com pedagogia social, educação popular, comunitária, social e profissionais de áreas afins, que não tenham familiaridade com a área de música. Um dos pontos cruciais a se destacar é que a abordagem teórico-prática por imitação, na perspectiva da Rítmica, possibilita ser vivenciada por todos, mesmo sem conhecimento prévio em música.

Durante as mediações das ações pedagógica musicais, é fundamental ao professor aliar a linguagem verbal à dialogicidade horizontal e, ao mesmo tempo, ao acolhimento do socioeducando pela linguagem não verbal, conforme recomenda Costa em sua obra “Pedagogia da Presença: da solidão ao encontro”. No capítulo “Atender com o corpo”, esse autor (2001, p. 103-104) afirma:

O corpo é uma fonte de mensagem muito mais concreta e verdadeira que as palavras. Ele expressa a disposição ou indisposição internas de uma pessoa em relação a outras pessoas ou situações. O educador deve estar atento ao seu corpo para que ele transmita ao educando a noção verdadeira do seu interesse e de sua disposição de ajudá-lo. Atender fisicamente um adolescente em dificuldade implica, assim, da parte do educador na atenção constante às posturas assumidas pelo próprio corpo a cada momento e na adoção de alguns comportamentos que facilitam a sua interação com o educando: [...] III. Contato visual: Educador e educando devem situar-se no campo visual um do outro. A relação “olho no olho” não deve ser evitada e nem perseguida de forma sistemática. Esta forma de contato deve ocorrer naturalmente e não de forma forçada, persecutória. A consideração deste aspecto é fundamental para configurar o respeito do educador pelo educando.

Na perspectiva desse autor, verifica-se a importância da maturidade humana e da segurança pedagógica no ato de comunicação não verbal consciente com os socioeducandos, sendo esse ato de inteligência interpessoal uma forma de expressar e comunicar ao socioeducando, durante o processo de ensinagem, que o professor acredita ser possível sua transformação e humanização para além da linguagem verbal. Aliado a isso, é fundamental valer-se de um conjunto de diversas estratégias, encaminhamentos, metodologias como parte do processo socioeducativo, objetivando que o socioeducando perceba e constate que o educador acredita que há esperança para sua ressignificação. Alinhado a isso, Freire (1983, p. 44), ao tratar sobre uma comunicação e expressão consciente horizontal em coletivo, apregoa que o “Corpo consciente (consciência intencionada ao mundo, à realidade), o homem atua, pensa

e fala sobre esta realidade, que é a mediação entre ele e outros homens, que também atuam, pensam e falam.”

Outro aspecto fundamental é referente ao embasamento teórico para abordagem do estatuto epistêmico da Educação Musical (conteúdo), que compõe o protótipo de material didático de Educação Musical. Nesse sentido, levaram-se em conta, na fundamentação teórica, as contribuições de Swanwick (2003; 2014) que discorre sobre a Educação Musical articulada com as dimensões estética, psicológica e sociológica, no processo de desenvolvimento educacional dos alunos. E, ainda, para o fundamento teórico dessa proposição, considerou a epistemologia da Educação Musical por Mateiro e Ilari (2011; 2016), Paz (2013), Romanelli (2014), entre outros.

Almeja-se que essa proposição seja acessível e democrática tanto para aqueles que são fluentes na linguagem de Educação Musical tradicional, quanto os que não o são. Sendo assim, há a intenção de acolhimento a todos os interessados e que não dominam a leitura musical tradicional, os termos e conceitos mais técnicos da área, pois acredita-se que as definições e explanações teórico-práticas prestadas neste trabalho serão suficientes para a compreensão de todos. Visto tudo isso, a subseção que segue tratará sobre a percussão corporal no processo socioeducativo.

3 PERCUSSÃO CORPORAL

Esta seção apresenta a percussão corporal presente em diversas culturas e manifestações artísticas musicais, bem como referências em percussão corporal de diversos lugares do mundo para apreciação e fruição estética musical. Além disso, expõe a proposta de ensino de música do educador musical Keith Swanwick, algumas questões sobre a percussão corporal e a privação de liberdade.

O corpo humano pode ser uma possibilidade estética artística de suporte para a Arte, nas áreas de conhecimento de música, teatro, dança e nas artes visuais, pois permite expressões corporais ímpares enquanto linguagem não verbal cinestésica. Nesse âmbito, se se delimitar ao corpo humano, apropriando-se dele e convertendo-o em instrumento musical, enquanto recurso didático pedagógico para abordar os conhecimentos do estatuto epistêmico da música, necessários para a Educação Musical, poderá ser um caminho para trabalhar diversos saberes da música de forma teórico-prático.

Nesse contexto, é fundamental entender que o corpo humano como instrumento musical não convencional é classificado como da família da percussão, especificamente, instrumento idiofone. Compreende-se isso, a partir do que assevera Frungillo (2003, p. 157) ao conceituar instrumentos musicais idiofones:

Instrumento musical cuja produção sonora é feita pela vibração do próprio corpo, sem necessitar de tensão como as cordas ou as membranas. O instrumento pode ser “percutido” [...] ou friccionado”. É chamado também [...] de “idiofone”.

Ao se ter em vista o que preconiza esse autor, observa-se que a percussão corporal atende a todas as características de instrumentos idiofônico. Visto isso, destaca-se que a percussão corporal permite múltiplas possibilidades de vivências estéticas musicais, de compressão e apreciação de conceitos da música. É possível valer-se do corpo como suporte musical para a vivência do canto e do assobio melódico, pela união das mãos para fazer uma flauta de mão ou borá¹² e, ainda, se unidas duas ou mais pessoas nas modalidades citadas, podem-se trabalhar melodias

¹² “Som grave, oriundo do sopro que se faz nas mãos fechadas. O bom tocador de borá dá todas as notas da escala musical, para isto combinando sopro e dedos”. (CASCUDO, 2012, p. 126).

e ritmos em uníssono - monofônica, homofônica, polifônica em vozes e/ou em harmonia, dentre outros saberes e vivências musicais.

Além disso, é possível recorrer ao corpo humano como forma de expressão musical, observável por meio da apreciação de diversas manifestações musicais multiétnicas, folclóricas, tradicionais e/ou populares pelo mundo, como: a percussão corporal cristã etíope *aqwaqwam* ou música e dança do céu (DAMON, 2006); o sapatear no fandango paranaense¹³ (ou fandango caiçara), na chula, no xaxado, no coco alagoano e demais estados da região nordeste do Brasil; o percutir das mãos e dos pés na catira ou cateretê, no *flamenco*; na marcação da pulsação musical com os pés em eventos e rituais de etnias indígenas brasileiras¹⁴; no bater das mãos, nas coxas e/ou no chão no *Saman* (Indonésia); as performances rítmicas corporais do povo *Maoris* (ou *Maores*) da Nova Zelândia; as palmas das mãos percutidas enquanto marcação de pulso musical e/ou ritmos na capoeira, nas cantigas de infância, no acompanhar das canções em igrejas cristãs; e, o percutir pelo corpo no *hambone* (*Juba dance* ou ainda *Pattin' Juba*), dentre outras manifestações do fenômeno musical pelo mundo. Além desses exemplos, pode-se executar a percussão corporal vocal (*beatbox*), cantar vocalizando *scat* rítmico, como no *Jazz*, dentre muitas outras possibilidades presentes em diversas culturas estudadas pela etnomusicologia e antropologia cultural musical.

Pensando na percussão corporal como alternativa, entende-se que ela pode ser um caminho para iniciar o trabalho dos saberes do estatuto epistêmico da música, além de oportunizar a vivência estética musical no processo de Educação Musical, pois, como afirma Barba (2013, p. 40-41):

¹³ Para saber mais, vide Novak e Dea (2005).

¹⁴ A exemplo da percussão corporal executada com os pés em conjunto com o canto realizado pelo povo da aldeia Temondé Porã, da etnia brasileira Guarani Mbyá, na região de Parelheiro em São Paulo, Brasil.

Cada pessoa tem um corpo sonoro único e um ritmo próprio de conhecê-lo. Aprender um som corporal é um processo que envolve curiosidade, prática, adaptabilidade, concentração e observação tanto de si como do outro. Os recursos aqui apresentados são em geral acessíveis a todos e existem diferenças naturais na maneira como cada um os aborda e os vivencia. Um determinado som pode inicialmente ser mais fácil de ser aprendido por uma pessoa do que por outra. Essas diferenças são normais e ligadas à anatomia de cada indivíduo, não são diferenças definitivas, principalmente à medida que persistimos na prática e encontramos soluções gestuais particulares. É importante valorizarmos os sons que os alunos já possuem, os que eles conquistam mais facilmente e os que eles mais gostam de fazer. É fundamental também estimulá-los, com paciência e persistência, a conquistar novos sons.

Visto isso, é importante registrar que o fazer musical por meio da percussão corporal, nessa proposta, será balizado pelo modelo C(L)A(S)P¹⁵, proposto, em 1979, pelo britânico Keith Swanwick¹⁶. Esse autor organizou e propôs esse modelo como um caminho para o ensino de música - Educação Musical - devendo o aluno perpassar, até o final do processo musical, por todas as modalidades propostas no modelo, de modo equalizado e com qualidade, para que, assim, tenha a oportunidade de expressar-se e revelar sua identidade musical.

Sendo assim, Swanwick sistematizou essas características essenciais da natureza da música no modelo C(L)A(S)P, sendo que cada letra do acrônimo se refere a uma modalidade do comportamento musical. As letras C, A e P são as três modalidades centrais desse modelo e correspondem a: C - Criação/Composição, ou seja, é fundamental o socioeducando exercer o protagonismo juvenil musical, tendo a oportunidade de liberdade em criar, compor musicalmente com autonomia por meio da percussão corporal, decidindo os rumos musicais dentro de seu nível de complexidade e desenvolvimento musical; A - Apreciação, portanto, é importante garantir um encaminhamento de escuta consciente dos possíveis significados e significações de uma obra musical, a partir de subsídios mínimos de conhecimento musical acumulado e organizado, historicamente, pela humanidade; e, P – Performance, que se refere à toda expressividade comportamental corporal durante a execução musical.

¹⁵ Esse modelo foi traduzido em português como (T)EC(L)A (Técnica, Execução, Composição, Literatura e Apreciação), todavia, essa tradução muda a posição de organização do modelo teórico em forma gráfica espiral.

¹⁶ Para fins desta pesquisa, será usado somente o modelo C(L)A(S)P, e não se valerá da teoria psicológica de desenvolvimento musical conhecido como modelo espiral do desenvolvimento musical (SWANWICK, 1979, 1986, 1988 e 1994).

As letras (L) e (S), entre parênteses, são as duas modalidades que o autor chama de periféricas, sendo (L) atinente aos Estudos Literários¹⁷, refere-se à música e a sua literatura, concernente à história, aos conceitos, às biografias, ao nome de músicos, às obras musicais e a toda informação teórica sobre música, que terá sentido e significado se articulada com a apreciação e o fazer musical - vivência estética musical. A letra (S) vem das palavras em inglês *Skills acquisition* traduzidas, neste trabalho, como Aquisição de Habilidades Técnicas¹⁸, fundamental como meio e caminho para o domínio instrumental, todavia, não deve ser o objetivo final, e sim, um recurso para vivência estética musical com fruição musical. Essas duas modalidades ficam entre parênteses para lembrar aos professores de música que, durante o processo de Educação Musical, não se deve valorizar em demasia a técnica (S) ou ficar somente no teórico (L), sem sentido de vivência estética musical. Embora, é fundamental considerar essas modalidades de modo equilibrado, em oposição à supra valorização delas, que pode recair em um ensino sem sentido e significado estético musical, isto é, o teórico desvinculado da vivência prática.

Portanto, ao oportunizar ao socioeducando perpassar e internalizar todas as modalidades do modelo C(L)A(S)P, é uma possibilidade e forma de empoderá-lo, musicalmente.

Considerando-se essas modalidades, foi organizada e elaborada, para realização desta pesquisa, uma adaptação para a socioeducação, conforme segue:

Quadro 13 - Modelo C(L)A(S)P de Swanwick adequado para uso na socioeducação

LETRAS DO ACRÔNIMO	PALAVRAS DE CADA LETRA DO ACRÔNIMO	INTERPRETAÇÃO DESSE ESTUDO PARA SOCIOEDUCAÇÃO
C	Composição (<i>Composition</i>)	Trata-se do protagonismo juvenil musical, a oportunidade de liberdade do aluno em ter autonomia de criar e decidir os rumos de uma música dentro da complexidade de seu desenvolvimento musical. É o empoderamento musical do socioeducando.
(L)	Estudos Literários (<i>Literature studies</i>)	Referem-se aos estudos acadêmicos da música, sendo a literatura da área de conhecimento, o acesso a história, aos períodos, aos movimento artísticos musicais, conceitos, biografias, nome de músicos, obras musicais, instrumentos musicais e toda informação teórica sobre a música, que só terá sentido e significado se articulada com a apreciação e fazer musical - vivência estética musical.

¹⁷ Reitera-se que o autor apresenta as letras (L) entre parênteses, para lembrar de que não deve haver dicotomia entre literatura (teoria) e a prática do que se apresenta.

¹⁸ Não se deve ter a *obsessão e compulsão pela técnica* instrumental, como se observa na formação do músico de alto rendimento Andrew, no filme "*Whiplash: em busca da perfeição*" (2014).

A	Apreciação (<i>Audition</i>)	Relaciona-se à vivência da audição e fruição, com uma escuta consciente dos possíveis significados e significações de um som e/ou obra musical, a partir do mínimo de subsídio do conhecimento musical acumulado e organizado historicamente pela humanidade.
(S)	Aquisição de Habilidades técnicas (<i>Skills acquisition</i>)	Corresponde-se sobre à técnica musical, a qual é fundamental como meio e caminho para o domínio instrumental, entretanto, não deve ser o objetivo final, mas um recurso para vivencia estética musical com fruição.
P	Performance (<i>Performance</i>)	Reporta-se a toda expressividade comportamental durante a execução musical.

Fonte: Autoria própria (2022)

Aliado ao modelo C(L)A(S)P, esse estudo tem como sugestões de referências na música corporal para apreciação musical (sentir e perceber, codificação e fruir musical) alguns grupos, musicistas, estudiosos, obras musicais, na perspectiva da diversidade cultural. Nesse âmbito, de expressão corporal musical, há o Festival Internacional de Música Corporal - *International Body Music Festival* - criado pelo musicista corporal Keith Terry. Além desse, Terry criou o grupo estadunidense *Slammim Body Band*¹⁹ e ainda o *Cross Pulse*²⁰. Outros festivais conhecidos de percussão corporal são o *Body Rhythm Festival*²¹ – Hamburg (Alemanha), Festival BATICUM – Festival de Música Corporal de Curitiba²² (Brasil), dentre outros.

Ainda nesse contexto, há: o renomado Grupo brasileiro Barbatuques (orquestra corporal)²³ e seu idealizador, o músico corporal Fernando Barba²⁴; o Grupo brasileiro Tiquequê²⁵; o grupo israelense *Mayumana*²⁶; o Grupo sul-africano *Gumboot dance*; o Grupo turco *kekeça*²⁷; o musicista brasileiro Charles William Raszl²⁸; o grupo norte-americano *Step Afrika*²⁹; o grupo colombiano *Tekeyé*³⁰; o grupo inglês *Stomp*³¹; *Sanggar Seni Çudamani*³² (Indonésia); duo sérvio *Alice in WonderBand*³³; o

¹⁹ Para conhecimento: <https://www.youtube.com/user/BodyMusicFestival2>

²⁰ Vide: <https://www.crosspulse.com>

²¹ Consultar: <https://www.bodyrhythm.de/>

²² Verificar: <https://linktr.ee/festivalbaticum>

²³ Apreciar: <http://www.barbatuques.com.br>

²⁴ Fernando Barboza.

²⁵ Fruir: <https://www.youtube.com/user/grupotiqueque>

²⁶ Conhecer: <https://www.mayumana.com/>

²⁷ Sentir - <https://www.kekeca.net>

²⁸ Ver <https://www.youtube.com/user/biqueco70>

²⁹ Analisar: <https://www.stepafrika.org/>

³⁰ Consultar: <https://tekeye.net/US/Crew.php>

³¹ Referência: <https://stomponline.com/>

³² <https://linktr.ee/cudamani>

³³ Assistir: <https://aliceinwonderband.com/?lang=en>

percussionista corporal espanhol Jep Meléndez Aguilar; a canadense Sandy Silva³⁴; a francesa Leela Petronio; o austríaco Max Pollak³⁵; o norte Americano Kenny Muhammad (2021)³⁶, conhecido como orquestra humana do *beatboxers*. E, na perspectiva da música erudita, há a obra musical conhecida como “música para palmas - *clapping music*” - do compositor minimalista e modalista Steve Reich. Para fins deste trabalho, ainda se pode citar como apreciação e fruição o filme de animação *Happy Feet: O Pinguim*³⁷ (WARNER, 2006).

Levando em conta os aspectos, as características e os referenciais tratados anteriormente, é possível conceber o corpo humano enquanto instrumento musical, com fins estéticos musicais (poli)rítmicos, que se vale de movimentos corporais percussivos de partes do corpo. Pode-se verificar ao consultar e apreciar a diversidade cultural musical da percussão corporal que, por meio dessa, é possível abordar saberes da música, acumulados e organizados durante a história da humanidade, numa perspectiva inter, multi, transcultural para além de saberes musicais somente etno e eurocêntrico.

Para tanto, essa proposição se volta ao uso intencional dos sons³⁸ com fins estéticos, por meio da exploração, ao máximo, das diferentes alturas (sons agudos, médios e/ou graves), por meio do percutir e/ou friccionar de uma ou diferentes partes do corpo humano, dentro dos limites motores e de formação corpórea de cada pessoa. Logo, pode-se articular e emitir sons em uma ou mais alturas, com igual ou diferentes durações e intensidades (dinâmica musical e/ou acentos musicais), a partir do percutir e/ou friccionar de dedos (resultando em estalos ou estralos³⁹), da parte dianteira e/ou traseira das mãos abertas e/ou cerradas, no carpo, na boca, da língua, dos lábios, na bochecha, nos ombros, nas escápulas, no peito, nos braços, na barriga, no quadril, nas coxas, panturrilha, pés, percussão vocal (*beatbox*), dentre outras parte do corpo.

A partir dessas possibilidades, é possível subdividir os movimentos das partes do corpo, a exemplo do sapatear, que subdivide diversos movimentos somente no

³⁴ Conhecer -<https://www.sandysilvadance.com>

³⁵ Vide: <http://www.rumbatap.com>

³⁶ Curtir: <https://www.humanbeatbox.com/beatboxers/kenny-muhammad>

³⁷ Apreciar: <https://www.warnerbros.com.br/filmes/happy-feet-o-pinguim#sobre>

³⁸ Recomenda-se aplicar e adaptar, na percussão corporal, alguns dos 100 exercícios propostos pelo conceituado educador musical e compositor canadense Raymond Murray Schafer na obra Educação Sonora, traduzida por Marisa Fonterrada (SCHAFER, 2009), com vistas a ampliar a consciência de escuta sonora e, por conseguinte, que essa se reflita na criação musical percussiva corporal.

³⁹ Essas palavras são formas gráficas variantes (sinônimas) que doravante, padroniza-se neste trabalho a forma estalo(a).

bloco corporal dos pés. Conseqüentemente, entende-se que o corpo humano é, profundamente, estético, musical, artístico, educativo, performático, e uma via para viver ativamente e compreender conceitos da área de conhecimento da música.

Quando se considera a perspectiva do conhecimento humano, organizado, indissociavelmente, em Arte, Filosofia e Ciência, a área de conhecimento música se articula e transita por toda a tríade supracitada, chegando a dimensões superverbais, pois a música pode ter múltiplas contribuições ao intelecto humano, como consequência de sua vivência formal e/ou não-formal (SWANWICK, 2014).

Romanelli (2014) aponta que a música é um fenômeno universal vivenciado direta e/ou indiretamente a partir dos últimos três meses de gestação humana, ou seja, ser humano é musical antes mesmo do seu nascimento e é imprescindível a ele ter uma formação integral que perpasse por essas grandes áreas do conhecimento humano. Os saberes musicais podem ser uma possibilidade para humanização, sensibilização e o desenvolvimento do intelecto e da ampliação do capital cultural dos alunos que estão em privação de liberdade, pois, dessa maneira, o professor de Arte atuante na EJA socioeducação poderá iniciar o processo musical por meio da percussão corporal⁴⁰, na perspectiva da Rítmica pela abordagem por imitação.

Ainda a respeito da percussão corporal, a professora Graça Boal Palheiros destaca que a percussão corporal é uma forma do aluno se familiarizar com a Educação Musical Rítmica (PALHEIROS, 1999). Logo, a percussão corporal permite uma experiência cinestésica sensorial pela audição e/ou corporal como instrumento musical, sendo possível vivenciar a música de forma ativa. Aliado a esse contexto, da possibilidade do processo de experiência de Educação Musical por meio do corpo, Mariani (2011, p. 31-32) diz:

⁴⁰ Casos em que o aluno tenha alguma deficiência ou limitação corporal psicomotora que o limite a fazer a percussão corporal laudado ou sugerido por profissionais da saúde (neurologistas, fisiatra, ortopedista, cardiologista, pneumologista, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional), a não fazer algum movimento corporal ou exercício físico, por diversas razões, o professor poderá usar da flexibilização, diferenciação curricular para esse educando, de acordo com suas especificações e, em casos delicados, suspender temporariamente a atividade prática, para trabalhar no campo teórico e de apreciação musical.

Jaques-Dalcroze entende que a consciência Rítmica é resultado de uma experiência corporal, e que essa consciência pode ser intensificada através de exercícios que combinem sensações físicas e auditivas. A Rítmica propõe o aumento dessa consciência através do aperfeiçoamento dos movimentos no tempo e espaço. Pretende um refinamento dos sentidos por meio de uma escuta atenta e da atuação do corpo como uma unidade, os quais, através da sensorialidade e da sensibilidade, conduzem a uma consciência auditiva. Nesse sentido, Jaques-Dalcroze constata que o movimento corporal tem uma dupla função: a manifestação visível de elementos musicais experimentados pelos sentidos, pensamentos e emoções, ao mesmo tempo em que é estratégia para aperfeiçoar a consciência Rítmica através da expressão.

Assim, acredita-se que essa possibilidade de vivência estética musical cinestésica pode contribuir para a socioeducação em privação de liberdade, pois possibilita que o aluno vivencie e compreenda de forma teórico-prática os conteúdos curriculares em música já apontados. Além de tudo, ainda pode desenvolver a sensibilidade musical e a corporeidade, visando à humanização interna e subjetiva do ser humano em especial.

Ao se pensar na percussão corporal para Educação Musical de socioeducando que está em privação de liberdade em um Centro de Socioeducação, é importante destacar que ele fica interno (“recluso”) em um local dentro do espaço do CENSE chamado de alojamento, ala, “casa” ou galeria, dependendo da região do Paraná e/ou modelo arquitetônico da instituição.

Além da sala de aula, o socioeducando pode continuar o fazer musical por meio da percussão corporal de forma autônoma nesse espaço em que fica apreendido, para além do aprendizado pedagógico musical abordado em sala de aula, pois o seu corpo é o suporte enquanto instrumento musical. Nesse sentido, o aluno pode experimentar o protagonismo juvenil musical pelo (re)criar, pesquisar, explorar, estilizar, inovar e (re)organizar o ritmo musical, entre outros elementos da composição musical trabalhado com o professor. Assim, o socioeducando pode apresentar, musicalmente, novas possibilidades de ritmos musicais no corpo, a partir de sua leitura de mundo (capital cultural), sua condição humana, seu imaginário social, além da oportunidade de interagir e socializar musicalmente com os envolvidos no processo socioeducativo, suas impressões e composições musicais.

Nesse contexto, atinente aos espaços que os alunos ficam apreendidos em um CENSE, tem-se a realidade de uma sala de aula de uma escola inserida nesse espaço, na qual há desafios, possibilidades e limites exequíveis da ação pedagógica quanto ao uso limitado de material e recurso didático pedagógico, entre outras questões previstas no protocolo de segurança e regimento interno de CENSEs.

Aliado ao exposto, consultou-se as páginas eletrônicas das políticas públicas educacionais do MEC/BR⁴¹, da SEED/PR – PROEDUSE⁴² e da SEJUF/PR - DEASE⁴³, para verificar se haviam materiais didático-pedagógicos de Educação Musical disponíveis para socioeducação, ao ter vistas desses, demonstraram o quanto são ínfimos os recursos e materiais didático-pedagógicos, gerais e específicos, na área de Educação Musical, tanto físicos quanto virtuais, digitais *on-line* para EJA socioeducação, como apoio para trabalhar com adolescentes que estão em privação de liberdade. Ainda nessa seara, novamente confirmou-se mediante as respostas colhidas a partir de questionários aplicados com professores de Arte atuantes no sistema socioeducativo paranaense. Foi unânime a resposta que eles não conhecem nenhum material de Educação Musical ofertado pelas políticas públicas educacionais como apoio pedagógico para ação docente na privação de liberdade com adolescentes.

Nesse sentido, identificou-se como resultados uma carência de pesquisas e produções para área em questão, essas percepções estão em conformidade com as contribuições de Silva (2018, p. 17), que aponta que há “falta de material didático específico e restrições ao uso de materiais convencionais de uso comum” na privação de liberdade. Assim, averigua-se que urge estudos, investigações e propostas que busquem contribuir com o objeto de estudo.

Além do mais, considerando o protocolo de segurança de CENSE, os desafios e limites gerados por esse, conforme apresentados na introdução, os quais fazem essa pesquisa (re)pensar possibilidades que estejam em consonância com as diretrizes curriculares em música Nacional e estadual, com o protocolo de segurança, com os anseios dos alunos e demais legislações vigentes referentes à socioeducação. Além disso, há outros fatores que condicionam e interferem na operacionalização da ação pedagógica do professor na educação escolar em privação de liberdade. Esses fatores são apresentados pelo pesquisador Silva (2018), que transitou pela realidade

⁴¹ BRASIL. Ministério da Educação. **Socioeducação**. Brasília: MEC; 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 24 jun. 2022.

⁴² PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. **Programa de Educação na Socioeducação - PROEDUSE**. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1671.in>. Acesso em: 22 fev. 2022.

⁴³ PARANÁ. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. **Departamento de Atendimento Socioeducativo - DEASE**. Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/Socioeducacao>. Acesso em: 22 fev. 2022.

socioeducativa de internação quando adolescente, aponta algumas fragilidades e limites do trabalho pedagógico com alunos que estão em privação de liberdade, dentre elas (SILVA, 2018, p. 17-18):

Deficiência de infraestrutura (sala, carteiras, lousas, equipamentos etc.); falta de material didático específico e restrições ao uso de materiais convencionais de uso comum; salas com pessoas de diferentes idades; grande defasagem na relação idade/série (ano); classes multisseriadas; excessiva rotatividade dos alunos; rígido sistemas disciplinares que impedem livre movimentação dos alunos; dificuldade de acesso a recurso de TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação); precariedade de estímulos sensoriais (visual, auditivo, tátil, gustativo e olfativo).

Tais características, aliadas a outras especificidades da vida prática de alunos internos em CENSEs, associadas a questões de autonomia de organização do sistema próprio de socioeducação de cada estado, da realidade e identidade local de cada CENSE de internação, gerara, a necessidade de reflexões nesse estudo que estejam a caminho de apresentar uma proposição que vise contribuir com os professores de Arte que atuam com alunos em internação.

A partir da demanda apresentada, e por tudo que foi exposto, este trabalho se debruçou a investigar as lacunas do objeto de estudo, visando apresentar contribuições teórico-práticas exequíveis para área em estudo. Partindo das questões evidenciadas, constata-se a demanda de produção de recursos e material didáticos pedagógicos de forma que colabore de modo teórico-prática. Assim, este trabalho apresentará, mais adiante, uma possibilidade de trabalho de Educação Musical a partir de diversos saberes de seu estatuto epistêmico, mediante a percussão corporal, com abordagem pela Rítmica por imitação.

Pensando em articular a Educação Musical, a percussão corporal e o adolescente que estão em privação de liberdade, segue a próxima subseção.

3.1 Educação musical por meio da percussão corporal para adolescentes que estão em privação de liberdade

Esta subseção apresenta aos professores de Arte atuantes com adolescentes que estão em privação de liberdade uma possibilidade de Educação Musical por intermédio da percussão corporal, oportunizando aos socioeducandos a experiência da Educação Musical Ativa.

Para tanto, tem-se como ponto de partida para o trabalho com a percussão corporal, o elemento da música, ritmo musical (combinações de sons com diferentes durações, executados de forma organizada com ou sem silêncio), abordado pela Rítmica por imitação⁴⁴. Para tanto, considerou-se, na organização desses encaminhamentos da ação musical ativa, o Modelo C(L)A(S)P (SWANWICK, 1979), em diálogo com os três momentos previstos em Paraná (2008; 2018), sendo: a prática, a teoria e a apreciação musical.

Dessa forma, entende-se como imitação, nesta proposta, quando o aluno aprende a prática (o fazer artístico) dos saberes musicais pretendidos, a partir da vivência musical pela imitação da performance, pela demonstração teórico-prática do professor *in loco* e/ou a distância, pelo ensino híbrido, por intermédio de audiovisuais e de leitura da prática por imagens de uma forma intuitiva - direta e imediata.

Antes de continuar a tratar sobre o ensino de música pela abordagem por imitação, reitera-se que essa proposta é voltada para professores trabalharem com adolescentes que estão em privação de liberdade. Nesse sentido, destaca-se que essa fase da adolescência gera diversos desafios ao processo escolar, ainda mais quando se trata de adolescentes em conflito com a lei. Tais desafios ocorrem nessa fase por diversas questões conjunturais relacionadas aos aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos, além das mudanças biológicas e bioquímicas (hormonais), psicológicas, dentre outras comprovadas, cientificamente, por múltiplas áreas das ciências.

A esse respeito, sobre o comportamento do adolescente, os Cadernos do Instituto de Ação Social do Paraná, caderno “Compreendendo o Adolescente” (PARANÁ, 2006, p. 22) apresenta:

⁴⁴ A abordagem por imitação foi proposta por diversos músicos - pedagogos musicais com perspectivas diversas, dentre eles, o belga Edgar Willems (1890-1978), explicitado por Parejo (2011) focado no solfejo. Houve ainda o japonês Shinichi Suzuki (1898-1998), abordado por Ilari (2011), o norte americano Edwin E. Gordon (1927-2015), ver Gordon (2000). Além desses, o húngaro Zóltan Kodály (1882-1967) voltado para o canto, tratado por Silva (2011, p. 78-80); também o britânico Keith Swanwick (1937-), vide Swanwick (2014) e o belga Jos Wuytack (1935-) discorrido por Palheiros e Bourscheidt (2012). Desses educadores musicais apresentados, e tendo em vista o escopo deste trabalho, optou-se no percurso e fins desse estudo, fazer diálogo por meio da literatura musical dos três últimos autores.

[...] é necessário ter clareza para interpretar o comportamento do adolescente porque o estereótipo cunhado sobre ele, baseado nos problemas e nos aspectos paradoxais do seu comportamento, que incomodam a sociedade em geral e aos pais em particular, nem sempre corresponde à realidade. [...], a cultura leiga produziu uma crença de que a adolescência é por si só uma crise, uma espécie de síndrome, na qual o 'normal é ser anormal'. Essa visão estereotipada, cristalizada na nossa sociedade, pode levar à supervalorização de problemas que nem sempre são importantes, como a rebeldia, horários, vestimentas, etc., e à minimização de outros que podem ser importantes indicativos da existência de uma patologia. Dessa forma, é necessário que se conheça os mais comuns dentre os comportamentos manifestados pelos adolescentes, para que se evitem as armadilhas produzidas por tais estereótipos. Entre esses, estão incluídos: as flutuações de humor; a atemporalidade; a imediaticidade e a impulsividade; o pensamento mágico e a onipotência; a ambivalência ou as manifestações contraditórias de conduta; a rebeldia e a atitude social reivindicatória; a emancipação e os conflitos familiares.

Todos esses aspectos e características psicológicas do comportamento do adolescente em busca de sua identidade, tensionado aos conflitos de estar em privação de liberdade, fazem com que a ação pedagógica do professor e demais profissionais atuantes com essa faixa etária (adolescentes) seja desafiadora. Assim, é fundamental conhecer, compreender com ciência e consciência tais características dessa faixa etária enquanto necessidade profissional, compromisso social, subsídio para a ação pedagógica com vista à transformação e ressignificação dos socioeducandos. Portanto, é basilar que os professores dominem estratégias e encaminhamentos pedagógicos condizentes com as mudanças de diversas ordens de alunos apreendidos dessa faixa etária.

Reitera-se que, no caso do socioeducando que perpassa pelas características comuns da fase de adolescência (conforme apresentadas), somado geralmente a severas vulnerabilidades sociais, estruturais e conjunturais, o processo pedagógico se torna profundamente complexo e dissonante, por conta de especificidades do processo socioeducativo.

De posse dessas características da adolescência e a privação de liberdade, acredita-se que a abordagem musical por imitação é válida no contexto socioeducativo. No ensino de música pela abordagem por imitação, o professor de Arte pode executar (tocar) uma performance musical teórico-prática enquanto referência e apreciação para o aluno. Após isso, o socioeducando imita por partes ou por completo o que acabou de ter vistas e escutar (apreciação), sempre considerando e respeitando, no processo didático pedagógico, a complexidade e andamento (velocidade) do “exercício” musical, de forma coerente com a realidade do aluno.

Paralelamente à abordagem por imitação, foi apresentada e convencionada, no protótipo do material didático de Educação Musical, uma legenda de notação musical percussiva corporal na perspectiva de leitura musical tradicional, entendida, neste trabalho, como a leitura a partir de símbolos e códigos como o pentagrama musical, fórmulas de compasso, compasso musical⁴⁵, claves e figuras com duração de valores, entre outros.

Assim, o educador, o aluno⁴⁶ e/ou o interessado, que seja alfabetizado musicalmente em leitura musical tradicional, terão como referência para execução da proposição do material didático de música, tanto a partitura musical para leitura tradicional de música, quanto pela leitura musical por imitação, por meio de sequência de imagens das partes do corpo aliado às videoaulas e somado com a orientação do professor. Destaca-se que se o educador achar válido para sua realidade, poderá, paralelamente, ou após a aplicação da proposta do material didático pedagógico, trabalhar os saberes necessários para leitura tradicional de música com os alunos não alfabetizados musicalmente.

Posto isso, salienta-se que a abordagem por imitação, neste trabalho, não propõe a substituição da leitura musical tradicional pela imitação, mas sim, a possibilidade de iniciar a Educação Musical pela imitação, pela qual se acredita mobilizar a motivação do socioeducando em aprender música, experienciando a prática musical desde o início do processo musical.

Entende-se, ainda, que a abordagem por imitação e a escrita musical tradicional são aliados, logo, não estão em detrimento uma da outra, e, sim, como meios para oportunizar e ofertar a vivência dos saberes da música pela educação musical do aluno.

Por outro lado, em certa medida, entendem-se algumas críticas (e em alguns casos "rótulos e estigmas") a respeito da abordagem por imitação, referente ao seu uso, muitas vezes, estagnado na prática pela prática, no fazer pelo fazer, sem dialogar com os saberes do estatuto epistêmico da música, sem a busca de novas formas de leitura e escrita da música, entre outras questões que desenvolvam o saber musical. Todavia, reitera-se que, como caminho inicial para os professores de Arte trabalharem

⁴⁵ "Compasso - é a divisão de um trecho musical em séries regulares de tempos" (MED, 1996, p. 114). Por exemplo, repetições de ciclos de 2 em 2 tempos (como na marcha), de 3 em 3 tempos (como na valsa) e de 4 em 4 tempos e assim por diante.

⁴⁶ Alunos que muitas vezes são alfabetizados musicalmente em igrejas, ONGs, bandas municipais dentre outras possibilidades.

a Educação Musical com alunos na EJA socioeducação, a abordagem por imitação é uma possibilidade, tanto somente ela quanto trabalhada paralelo a outras formas alternativas e/ou tradicional de ensino da escrita e leitura musical.

Sobre a imitação, Swanwick (2014, p. 68-69) destaca:

Imitação não é meramente copiar, pois compreende ter simpatia, empatia, identificação, preocupação; envolve que nos vejamos como algo ou alguém diferente. É a atividade pela qual aumentamos nosso repertório de ação e pensamento. Nenhuma arte significativa é desprovida de referências pela imitação para as coisas fora de si mesma. A imitação é tão inevitável quanto o deleite no domínio de materiais (elementos) e, certamente, não é hostil à imaginação criativa.

Nessa perspectiva, portanto, compreende-se que é possível ampliar o repertório de ação e pensamento por imitação, além de que é essencial termos uma referência musical, a qual seja favorável à imaginação criativa e que permita ampliar o capital cultural do aluno.

Ainda sobre a imitação, Palheiros e Bourscheidt (2012, p. 316), ao tratarem da pedagogia do educador musical belga Jos Wuytack, asseveraram que na pedagogia musical deste, “A imitação é uma metodologia essencial na aprendizagem da música [...]. Imitar não é limitar”. Além disso, os autores complementam que a imitação: “[...] desenvolve capacidades de observação, atenção e concentração, necessárias à prática musical e à formação global [...]”. (WUYTACK, 1993 apud PALHEIROS; BOURSCHEIDT, 2012, p. 316). De acordo com os supracitados, verifica-se que a imitação é essencial para o processo de aprendizagem musical, pois, ao invés de limitar, desenvolve diversas dimensões do intelecto, para prática musical e uma formação humana integral.

Outrossim, Wuytack apresenta:

[...] o aprendizado rítmico têm início por meio de atividades de imitação, que são ‘jogos de eco’ em que os alunos imitam o professor. Os exercícios de eco compreendem exercícios rítmicos [...] a voz e o corpo [...]. A observação da execução do gesto rítmico pelo professor permite a coordenação entre a audição e a visão na percepção Rítmica. O professor também precisa ser claro na sua demonstração, mantendo um pulso uniforme e constante [...]. [...] é importante que a imitação dos alunos seja musical e expressiva. [...] o professor também deve ser o mais musical e expressivo possível, fazendo uso de diferentes dinâmicas e intensidades, diferentes alturas e timbres e explorando, sempre que possível, todas as qualidades do som e da música WUYTACK, 1993 apud PALHEIROS; BOURSCHEIDT, 2012, p. 316).

Conforme preconiza esse autor, mediante a imitação pode-se iniciar o aprendizado rítmico do aluno imitando o professor. Dessa forma, o professor apresenta na percussão corporal, de forma nítida, os movimentos corporais das percutidas da estrutura rítmica de atividades, gênero musical e, em seguida, o aluno imita, resultando como um “eco” do que socializou o professor. Além do mais, pode-se ampliar o trabalho musical com diversos outros conteúdos musicais da área de conhecimento da música.

Nessa seara da ação docente, é fundamental exercê-la com autoridade, para isso, demanda algumas qualidades apresentadas por Freire (2015, 89-90):

A segurança com que a autoridade docente se move implica uma outra, a que se funda na sua competência profissional. Nenhuma autoridade docente se exerce ausente desta competência. O professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. [...]. O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor. Outra qualidade indispensável à autoridade em suas relações [...] é a generosidade.

De acordo com Freire (2015), dentre as qualidades essenciais para a prática educativa com autoridade docente democrática são necessárias a segurança, a competência profissional e a generosidade. Visto tudo isso, é fundamental que o professor de Arte, na perspectiva freireana, manifeste a prática docente com autoridade e domínio dos saberes da área de música ao apresentar os gêneros musicais na percussão corporal, como referência musical para os alunos.

Desse modo, é necessário que o professor apresente com segurança as demonstrações e performances, de forma nítida, aliado à pulsação musical uniforme e constante, o mais musical e expressivo possível para que os alunos possam imitá-lo corretamente. É fundamental, nesse processo, a generosidade com todos, em especial no acolhimento dos alunos que apresentem um tempo de aprendizagem diferenciado dos demais socioeducandos, que possuem distorção idade, ano e série, que apresentam fragilidade na alfabetização, no letramento, que estão analfabetos e que manifestam analfabetismo funcional dentre outras imitações no rendimento escolar.

Nesse contexto, na área de conhecimento musical, a grande maioria, dos alunos em conflito com a lei, chegam aos anos finais do ensino fundamental (II) com analfabetismo musical. Por isso, não leem e/ou escrevem musicalmente por falta de oportunidade, na formação musical inicial na escola formal (nas etapas da Educação

Infantil e Ensino Fundamental I - anos iniciais). Todavia, esses alunos são portadores de uma leitura de mundo, de vida, uma formação humana e capital cultural musical adquiridos na formação sociocultural não-formal.

Partindo desse pressuposto, defende-se que uma possibilidade para iniciar o socioeducando na vivência musical ativa é pela abordagem por imitação. Nesse sentido, a abordagem por imitação pela Rítmica oportuniza de modo democrático a experiência musical desde o início do processo de Educação Musical, independente da formação e rendimento escolar em que esteja o socioeducando, pois favorece, musicalmente, tudo para todos, sem cercear nenhum aluno da vivência musical ativa, com vistas ao seu sucesso escolar.

Nesse sentido, o aluno não precisa ser alfabetizado musicalmente e conhecedor dos símbolos, códigos de escrita musical tradicional, para que consiga ler e executar com fluência, na percussão corporal, as estruturas rítmicas dos gêneros musicais como *reggae* (p. 125), *funk* (p. 133 e 140), *Jazz* (p. 138), dentre outras estruturas rítmicas apresentadas nesta dissertação. Essa abordagem permite que o aluno vivencie, esteticamente os gêneros musicais relacionando ao mesmo tempo a conceitos musicais para além de uma ação musical do fazer pelo fazer, esvaziada de conhecimento musical.

Diante do exposto, a abordagem por imitação está aliada de modo simbiótico com a Rítmica de Émile Jacques Dalcroze que, segundo Paz (2013, p. 10),

O início do século XX foi o grande marco do surgimento e evolução das doutrinas pedagógico-musicais. É bem verdade que Comenius (1592-1671), no século XVII, lançou as primeiras bases de um ensino ativo-intuitivo, mas essa tentativa não alcançou o êxito, que somente no início do século XX, o suíço Émile Jacques Dalcroze, o verdadeiro pai do ensino renovador de música, obteve. A Rítmica de Dalcroze, denominada Eurritmia, entronizou o corpo como catalisador do ritmo e de todos os fenômenos musicais. A tônica era dizer eu sinto em lugar de eu sei. Dalcroze trouxe uma contribuição inestimável ao ensino da música, até então puramente teórico, livresco e fastidioso, totalmente desvinculado da vivência e da prática. A partir daí, todos os demais métodos preconizaram o ensino ativo e intuitivo.

Conforme declara Paz (2013), Dalcroze renovou o ensino da música, mediante sua Rítmica intitulada Eurritmia (criada em 1903) que, por intermédio do corpo, estabeleceu a vivência ativa do ritmo e de todos os fenômenos musicais, portanto, sua pedagogia musical está na contramão da educação bancária, passiva e, exclusivamente, teórica, em dicotomia com a vivência prática.

Ainda corroborando com o exposto, ao tratar sobre a Rítmica dalcrozeana - metodologia ativa em oposição a perspectiva do ensino tradicional, Mariani (2011, p. 31) aponta:

A Rítmica criada por Jaques-Dalcroze pretendia desvencilhar o aluno de uma prática mecânica no aprendizado da música, normalmente apoiado na análise, na leitura e na escrita sem a participação do corpo, que ele considera fundamental para a sensibilização da consciência Rítmica. Jaques-Dalcroze deseja libertar o aluno da inércia do corpo adquirida por meio de um processo de ensino-aprendizagem enciclopédico, que privilegia a mente e o acúmulo de informações sem a participação do organismo como um todo. Assim, o pedagogo propõe o rompimento da dicotomia corpo-mente, estabelecendo relações entre estes dois através de uma Educação Musical baseada na audição e atuação do corpo. Suas reflexões buscam um caminho: 'eu me pego sonhando com uma Educação Musical na qual o corpo faria ele mesmo o papel de intermediário entre os sons e nossos pensamentos, e se tornaria instrumento direto dos nossos sentimentos'. (DUTOIT-CARLIER, 1965, p. 317 apud MARIANI, 2011), tradução nossa).

Aliado ao escrito por Mariani (2011) sobre o que apregoa Dalcroze, esta pesquisa pretende que o protótipo de material didático de Educação Musical oportunize aos socioeducandos a vivência estética musical ativa de gêneros musicais pela abordagem da Rítmica por imitação, com a atuação ativa do corpo humano. Defende-se que tal abordagem possui características elementares para o sucesso da vivência e aprendizagem musical, possibilitando um excelente rendimento escolar, com sentido, significado e significação para o aluno. Isso se deve aos padrões das estruturas rítmicas dos gêneros musicais sugeridos nesse material, os quais permitem aos adolescentes imitarem o proposto em um tempo curto. Assim, a proposição atende a uma das características da juventude, que seja, a imediaticidade.

É fundamental registrar, ainda, que, de modo geral, considerou-se, no processo pedagógico inicial teórico-prático proposto no protótipo do material didático de Educação Musical e nesta dissertação, o elemento da música ritmo, essencialmente em conjunto com o método pedagógico de Rítmica, abordado pela imitação. Dessa maneira, ambos oportunizam o aprendizado e a vivência musical por experiências corporais mediados pela dialogicidade. Com relação, especificamente, ao ritmo musical nessa proposta, acredita-se que por seu intermédio seja viável iniciar o encaminhamento de Educação Musical por meio da percussão corporal com socioeducandos. Partindo desse pressuposto, o músico e pedagogo musical francês Maurice Martenot, inquirido por Fialho e Araldi (2012, p. 170-171), aponta questões

importantes sobre o ritmo musical, nas quais se acredita ser pontualmente oportunas para essa proposição:

- ii. Iniciar a utilização do ritmo em sua 'forma mais pura', ou seja, sem associação a elementos melódicos.
- iii. Iniciar o processo de ensino-aprendizagem do ritmo por meio da imitação e repetição de células Rítmicas curtas. Essa forma de iniciar o trabalho com ritmo pode 'recuperar' alunos que possuem determinadas deficiências Rítmicas.
- iv. Propor atividades Rítmicas onde haja simultaneidade de pulso e células Rítmicas executadas pelo aluno. Esses exercícios são importantes para o desenvolvimento da independência muscular.
- v. Buscar a máxima precisão Rítmica, que está relacionada à automatização e à interiorização da pulsação.

Postos esses pré-requisitos, esta proposta sugere iniciar a Educação Musical das proposições de percussão corporal pelo pulso musical e o ritmo musical em sua forma mais pura (sem melodia), pela via da imitação como previsto nos pré-requisitos supracitados.

De modo simbiótico benéfico e em sinergia ao exposto, defende-se ainda muito válido considerar o trabalho da pulsação musical, do ritmo musical aliado à perspectiva da Rítmica dalcrozeana, na perspectiva pedagógica do pedagogo e educador musical Dalcroze. A esse respeito, Mariani (2011, p. 28) aponta:

Jaques-Dalcroze desenvolveu gradualmente um método de Educação Musical baseado no movimento, onde o aprendizado ocorre por meio da música e pela música, por meio de uma escuta ativa. A Rítmica - sistema de Educação Musical criado por Jaques-Dalcroze, que visa a musicalização do corpo - é uma disciplina na qual os elementos da música são estudados através do movimento corporal. Por questionar a relação entre música e movimento através da interação espaço-tempo-energia [...].

A autora supracitada discorre, ainda (MARIANI, 2011, p. 28-35):

O objetivo primeiro dos exercícios de Rítmica é fazer com que o aluno se familiarize com os elementos da linguagem musical através do movimento corporal. Por outro lado, através da música, o aluno recebe toda uma educação que passa tanto pela experiência sensório-motora, quanto pela experiência estética.

Compreende-se que esse método de Educação Musical pelo movimento corporal é um caminho para o ensino da música para alunos que estão em privação de liberdade, pois usa somente o corpo humano como instrumento musical para familiarização dos elementos constitutivos da música, transitando pela experiência

estético musical. Ainda nesse sentido, Dalcroze (2012, p. 41-42 apud MARIANI, 2011) destaca:

O corpo [...] (é) um meio privilegiado para vivenciar a dimensão temporal da música, [...] A Rítmica exige não somente a participação do corpo, mas também da mente, pois uma escuta ativa pode gerar uma consciência Rítmica. Por isso, ao mesmo tempo em que a Rítmica é uma Educação Musical através da experiência corporal, é também uma educação corporal através da vivência musical. [...] O movimento corporal é utilizado como meio de sensibilização e experimentação não somente do ritmo, mas de todos os elementos da linguagem musical, como a altura dos sons [...]. A Rítmica propicia a integração das faculdades sensoriais, afetivas e mentais, favorece a memória e a concentração, ao mesmo tempo em que estimula a criatividade. O professor não deve perder de vista que a Rítmica em si mesma não constitui um fim, mas um meio para fazer relações, um caminho para a Educação Musical. Ao elaborar sua aula, deve cuidar para que o corpo se transforme em instrumento que traduza os elementos musicais. [...] os exercícios podem apresentar os motivos musicais [...], a forma, os compassos, divisões Rítmicas, os andamentos, as articulações e as dinâmicas.

Vale reiterar que o corpo foi o suporte artístico musical, neste estudo, isto é, utilizado como instrumento musical com fins estético-musical. A esse respeito Mariani (2011, p. 45) comenta:

O corpo, uma vez convertido em instrumento musical, deve poder expressar os elementos da música, como ritmo [...], fraseado e dinâmica, por meio do movimento e da expressão corporal. Por fim, é importante ressaltar que a Rítmica pode ser praticada por pessoas de todas as idades.

Portanto, nessa perspectiva, de acordo com as explanações dessa autora (2011), o corpo enquanto instrumento musical permite trabalhar saberes da área de conhecimento da música, como os elementos da linguagem musical, pulso musical, ritmos, células rítmicas, e explorar diferentes alturas dos sons em partes diferentes do corpo.

Mariane (2011) apresenta que para Dalcroze, o uso e a experiência do corpo percutido, musicalmente, exige-se a integração da mente – intelecto, e a escuta ativa, que pode ressignificar a sensibilidade e criatividade do aluno, as faculdades afetivas, mentais, o capital cultural no sentido da ciência e consciência rítmica musical, além de princípios, conceitos, concepções e fundamentos musicais.

Considerando a proposta de Dalcroze, recomenda-se aos professores de Arte que, ao se valerem das sugestões previstas nesta dissertação e no material didático de Educação Musical, seja durante o desenvolvimento das atividades musicais ou

após os alunos se apropriarem dos gêneros musicais por meio da percussão corporal, se cabível na realidade pedagógica em que o Professor atua, ele amplie as questões teórico-práticas, no sentido de incentivar e mobilizar os alunos a caminharem, dançarem e fazerem movimentos corporais adicionais, simultaneamente, à execução da percussão corporal, sempre buscando ampliar a complexidade (nível de dificuldade) e, por consequência, o capital cultural dos socioeducandos.

Partindo desse pressuposto, acredita-se que tal caminho para Educação Musical, por meio da Percussão Corporal, mobiliza a motivação do aluno em observar que a vivência musical teórico-prática é possível para todos em um tempo, consideravelmente, rápido, tendo em vista as características de organização do tempo e espaço escolar das aulas em um Centro de Socioeducação. Além de que, o socioeducando pode continuar seu estudo, no sentido de criar, recriar, complementar, estilizar, fazer a fusão das estruturas rítmicas dos gêneros musicais mediados nas aulas em diferentes tempos, espaços e, ao seu tempo, com liberdade de inovação musical, dentre outras possibilidades.

A imitação está interligada à apreciação, ao fruir, ao conhecer musical, à vivência estética musical e à vivência das múltiplas formas da sensibilidade (auditiva, cinestésica, audiovisual). Ela também dialoga com a ciência e a consciência corpórea, com a imaginação, a criação e execução de novos padrões rítmicos, bem como a estilização rítmica dos gêneros musicais apresentados, permitindo aos alunos a oportunidade de reflexão da estrutura rítmica dos gêneros musicais, aliado ao seu contexto histórico, aos sotaques musicais, conceitos dos saberes musicais, tudo isso num processo pedagógico ativo horizontal, dialógico e em busca de uma formação educacional integral, holística, sistêmica e em rede.

Alinhado ao exposto, após o aluno internalizar e ter fluência das estruturas rítmicas dos gêneros musicais propostos nesta dissertação e no material didático de Educação Musical, o discente poderá adicionar, na execução dos gêneros musicais, diversas outras possibilidades, como: intensidades (forte, fraco, acentos musicais); dinâmicas (*sforzando*, *pianississimo*, *crescendo* e demais variáveis); alturas (sons graves, médios e/ou agudos presentes no corpo humano); densidade (execução musical em grupo e/ou individual); exploração de timbres diferentes pelo corpo; de performances musicais corporais diversificadas; experimentação de *grooves*; de técnicas percussivas corporais; e, *beatbox* (percussão vocal) e/ou canto, dentre outros saberes da área de conhecimento da música.

Em todo o processo de Educação Musical por meio da percussão corporal para alunos, entende-se que é fundamental perpassar todas as modalidades do Modelo C(L)A(S)P e pela tríade da prática (do fazer, do experimentar, do trabalho artístico musical, da produção, do criar e inovar), da teoria (o conhecer, o teorizar, o contextualizar, o refletir, o registro e explicações teóricas de conceitos) e a apreciação musical (sentir e perceber, codificação, decodificação e fruir musicalmente). Para isso, pode-se tanto trabalhar com as modalidades do modelo C(L)A(S)P e pelos momentos da tríade de forma simultânea, quanto um de cada vez. Todavia, deve-se garantir ao socioeducando seu direito de vivenciar todos os momentos e modalidades apresentadas até o final do processo pedagógico musical.

Assim, considera-se que as proposições dos encaminhamentos teórico-práticos explanados neste trabalho possam contribuir de forma exequível, em certa medida, com o ensino de música na socioeducação, tanto mediado por profissionais da educação que não são familiarizados com a parte formal da área de conhecimento de música, quanto os que o são. Dessa forma, é possível que se obtenha como implicações da experiência estética para esses alunos a ampliação de seu capital cultural artístico musical, da corporeidade (ciência, consciência corporal), sensibilidade auditiva e cinestésica, humanização dos sentidos, ampliação da memória auditiva, mobilização da motivação, criatividade, inovação, pesquisa, (auto)estima, entre outros aspectos positivos e benéficos ao desenvolvimento do socioeducando, havendo, assim, a possibilidade de transformação e ressignificação positiva dos alunos.

É fundamental enfatizar que caso o aluno tenha alguma deficiência, limitação corporal psicomotora, entre outros casos, que o limitem, em certa medida, a fazer a percussão corporal, o professor poderá usar da flexibilização e diferenciação curricular (adaptações), a fim de que o educando, de acordo com suas especificações, possa vivenciá-las dentro de suas possibilidades e realidade.

Esta pesquisa aborda a leitura musical, visando à interpretação do conteúdo explícito no material didático de uma forma mais intuitiva, assim, para esse propósito, apresenta-se cada gênero musical por ordem de complexidade (níveis de dificuldade), por meio da leitura e imitação de uma sequência de imagens de partes do corpo. Além disso, o material didático também apresenta o conteúdo para apreciação e imitação mediante videoaulas, como referência aural (áudio) e/ou visual. Ainda, tem-se a

partitura tradicional de música para leitura e execução do conteúdo do produto educacional.

A seção que segue trata da socioeducação em privação de liberdade, discorrendo sobre as especificidades dos adolescentes em conflito com a lei, ou seja, praticaram ato infracional, sendo responsabilizados e aplicado-lhes a medida socioeducativa de internação, objetivando um trabalho socioeducativo exitoso.

4 SOCIOEDUCAÇÃO

Nesta seção, apresenta-se a relação histórica das políticas públicas, legislações, documentos e demais questões concernentes à socioeducação, ao socioeducando e ao professor atuante em Centros de Socioeducação. Ainda, expressa o processo sobre os direitos dos adolescentes, dentre eles, a educação, a escolarização, os deveres, como a responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei e o cumprimento de medidas socioeducativas com dignidade humana.

Durante seu percurso de vida, muitos adolescentes acabam por praticar ato infracional por diversos fatores de conjuntura social, socioeconômica, política, histórica e cultural. A esse respeito, no Art. 103 da Lei nº 8.069 de 1990, “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 1990). Nesse sentido, os adolescentes que recebem do judiciário a medida socioeducativa de internação, prevista no Art. 112, inciso VI do ECA, ficam privados da liberdade para cumprimento dessa em um Centro de Socioeducação - CENSEs ou Unidade socioeducativa⁴⁷, objetivando a ressignificação e humanização dos alunos, por meio de um trabalho socioeducativo. Sobre isso, podemos ter vistas do artigo que trata da legalidade da internação:

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:
 I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
 II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
 III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (BRASIL, 1990).

Nesse contexto, aos adolescentes apreendidos, são assegurados atendimento como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento e, portanto, lhes é garantido o direito à escolarização, a atividades pedagógicas e a realizar atividades culturais.

Visto isso, é fundamental compreender de que maneira o Estado, estados, municípios, a sociedade civil, as famílias, dentre outras categorias, aspectos e dimensões da sociedade brasileira, organizam as legislações e políticas públicas no Brasil para os direitos e deveres dos adolescentes (juventude) que frequentam o

⁴⁷ Unidade Socioeducativa ou Centro de Socioeducação - CENSEs são terminologias sinônimas, entretanto, para fins de organização, doravante será adotada, nesta dissertação, somente o termo Centro de Socioeducação - CENSEs.

sistema socioeducativo. Para compreender essa organização dos Entes Federativos, da sociedade civil e da socioeducação, é fundamental recorrer aos marcos legais, a partir de alguns recortes históricos dos direitos e deveres dos adolescentes socioeducandos.

Portanto, para se entender o adolescente em conflito com a lei, é elementar perpassar pelos direitos humanos básicos a todo o adolescente na história do Brasil, para assim se compreender a socioeducação brasileira vigente. Destarte, a história da socioeducação é complexa, delicada do ponto de vista de responsabilidade social e tem relação com diversos campos do conhecimento humano, fatos, fenômenos conjunturais e estruturais indivisíveis no aspecto teórico-prático. Diante disso, faz-se necessário uma alusão e menção para conhecimento de algumas questões fundamentais, que não serão tratadas neste trabalho, todavia, de forma sistêmica e global dialogam e caminham de modo indissociáveis com a socioeducação e os socioeducandos.

É fundamental destacar a caracterização da população de alunos que estão no espaço de CENSEs, com os quais os professores de Arte atuam, pois, a partir dessa, pode-se compreender um pouco da proposição de Educação Musical por meio da percussão corporal para esses alunos.

A realidade de muitos adolescentes que passam pela socioeducação brasileira dialoga com questões históricas e sociais, que são reflexos das ações de correntes político-partidárias, econômicas, educacionais, culturais e de assistência social de diversas épocas da gestão pública brasileira. Nesse sentido, a atuação de professores de Arte na socioeducação é o *locus* desta pesquisa e, para sua melhor compreensão é importante mencionar as múltiplas áreas do saber humano de que ela se vale, visando, com isso, sanar ou minimizar as diversas questões ocasionadas, de modo geral, pelas vulnerabilidades em questões básicas aos adolescentes em conflito com a lei.

Considerando a complexidade das demandas da socioeducação e dos socioeducandos, o judiciário, o legislativo e o executivo se valem das mais variadas áreas e conhecimentos técnicos de profissionais: das ciências sociais aplicadas (sociologia, ciência política, assistência social, antropologia, direito), da saúde (medicina - psiquiatria e neurologia, enfermagem, odontologia, psicologia, terapia ocupacional, neurociências entre outras), da segurança pública (polícia civil, militar), e da educação escolar (pedagogos, professores, psicopedagogos dentre outros).

Essas, por sua vez, consideram os aspectos ontológicos, etiológicos, demográficos, dentre outros, sobretudo no sentido de compreender, minimizar ou superar as vulnerabilidades em questões básicas, almejando a garantia de dignidade e de direitos humanos fundamentais aos socioeducandos.

De modo geral, vale-se dos saberes técnicos científicos de tais áreas como ferramentas na luta contra as vulnerabilidades de diversas ordens, das quais muitos adolescentes em conflito com a lei sofreram ou sofrem, tais como: questões de maus tratos, castigos, espancamentos, tortura (muitas vezes com requintes de crueldade), risco à integridade física, à vida, abandono (material, moral, intelectual, de incapaz, afetivo⁴⁸ maternal, paternal, jurídico, subjetivo, guarda, tutela, curatela), orfandade (órfãos), rompimento de vínculo afetivo, rejeição, mágoa, carências (afetiva a material) e mortalidade infantil, dentre outras.

Além disso, a falta de distribuição de renda, de emprego - desemprego, inflação, empobrecimento, situação de rua, limitado acesso aos alimentos fundamentais, fome e por consequência, raquitismo, desnutrição crônica, trabalho infanto-juvenil, miséria, problemas de saúde mental (complexos, traumas, transtornos, deficiências, limitação motriz, enurese noturna, dislalia, dislexia, discalculia, analfabetismo, depressão, suicídio), drogadição, prostituição, danos por institucionalização prolongada em instituições totais, falta de profissionalização, falta de cidadania, baixo Índice de Desenvolvimento humano (IDH), falta ao respeito e cumprimento aos princípios elementares da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida, da igualdade e equidade.

Ainda nesse cenário, há fatos da realidade atual dos socioeducandos que, muitas vezes, estão ligados às relações históricas conjunturais e estruturais resultantes da falta ou má gestão de políticas públicas no Brasil, como a escravização de etnias, o modo de produção do Brasil Colônia à República Nova, vítimas ou testemunhas de uma cultura de violências⁴⁹ e punições de diversas ordens (como

⁴⁸ O antropólogo Dr. Gary Chapman diz, por meio de uma metáfora: “Dentro de toda criança existe um ‘tanque emocional’ que deseja ser cheio de amor. Quando a criança se sente amada, ela se desenvolve normalmente, mas, quando o tanque está vazio, ela se comporta mal. Grande parte do comportamento inadequado das crianças tem origem em um ‘tanque de amor’ vazio. Ouvi essa metáfora do Dr. Ross Campbell, psiquiatra especializado no tratamento de crianças e adolescentes” (CHAPMAN, 2013, p. 20).

⁴⁹ A esse respeito, vide a Lei n. 13.431 de 2017 (BRASIL, 2017) que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

violência⁵⁰ doméstica, física, psicológica, sexual - abuso, exploração sexual, tráfico de pessoas, econômica, institucional, patrimonial, moral, social, simbólica, de gênero, a revitimização dentre outras).

Muito dos aspectos citados são heranças que chegaram até hoje e afetam os socioeducandos, como efeito dominó histórico, iniciado no modelo de produção colonial brasileiro por meio da escravização de crianças e idosos, sendo que suas reações ainda ecoam atualmente. Tais fatos e fenômenos sociais⁵¹, muitas vezes, estão ocultos na história em certa medida e, portanto, estão intencionalmente latentes aos olhos da sociedade civil, de modo geral, por conta de estratégias e manobras de distração social, advindas de aspectos político-filosóficas que fabricaram(cam) e formataram(am) o olhar interpretativo da realidade de parte significativa dos cidadãos, para não perceberem tal realidade ou terem uma visão romantizada. Portanto, para conseguir constatar tais fatos históricos, depende de um aprofundamento na investigação de tais fatos e fenômenos sociais, para, assim, desvelá-los. Todos os aspectos, dimensões, situações e fatos não justificam a prática de atos infracionais, todavia, potencializam.

Não há como tratar de socioeducação e socioeducandos sem ao menos fazer uma menção aos fatos e fenômenos sociais supracitados, pelos quais muitos socioeducandos passaram e/ou são recorrentes nas vidas dos adolescentes atendidos no sistema socioeducativo brasileiro. Nesse contexto, as questões apontadas continuam profundamente complexas, delicadas e emergentes até os dias atuais.

Para se averiguar o exposto, basta realizar uma sondagem ou acompanhar o trabalho dos órgãos do executivo e/ou judiciário responsáveis pelo acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei, como: Conselho Tutelar; Hospitais das

⁵⁰ Para subsidiar o trabalho pedagógico dos profissionais socioeducativos com vítimas, testemunhas e/ou autores de violências, sugere-se como subsídios os livros: “Cultura de Paz e Educação para a Paz: Olhares a partir da complexidade” (SALLES FILHO, 2019); “Justiça restaurativa na escola - Aplicação e avaliação do programa” (SANTOS; GOMIDE, 2014); “Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais” (ROSENBERG, 2006); “Terapia de Exposição Narrativa: um tratamento breve para transtornos de estresse traumático.” (SCHAUER et. al. 2021).

⁵¹ Algumas das questões de vulnerabilidade dos fenômenos sociais apresentados, em partes ou em sua totalidade, são representadas em cenas inspiradas em fatos reais e adaptadas cinematograficamente nos filmes: “O Contador de Histórias” (2009), “Pixote: A Lei do Mais Fraco” (1980), “Cidade de Deus” (2002), “Filhos de Bach” (2015), “Luz de fogo” (2012), “Oliver Twist” (2015), “Sementes Podres” (2018) dentre outros filmes.

crianças; Instituto Médico Legal - IML (corpo de delito); Ministério Público - MP (promotores de justiça da infância e da juventude); Defensoria Pública; Delegacia do Adolescente; NUCRIA - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Víctima de Crimes; Vara da Infância e Juventude, por meio de Juizes da Vara da Infância e Juventude; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); Conselho Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA); Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); abrigos; Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); observatórios; ONGs; dentre outros órgãos, instituições Nacionais e Internacionais, que acompanham e monitoram os direitos da criança e do adolescente.

Considerando o panorama apresentado, o qual não pode ser negligenciado ao se abordar a socioeducação, pois oportuniza ter-se ciência da dimensão do estudo da socioeducação⁵² e dos alunos⁵³ que estão em privação de liberdade. Tudo que foi apresentado dialoga com este estudo, demonstrando que esse tem (cons)ciência da amplitude conjuntural da socioeducação. Todavia, esta pesquisa se delimita a trabalhar com marcos legais por meio de alguns recortes históricos atinentes a história da criança e do adolescente no Brasil e seus reflexos na socioeducação.

Nesse sentido, historicamente, tem-se registro de marcos legais concernentes aos adolescentes em conflito com a lei (socioeducação), a partir do Código Filipino de 1603, entretanto, para fins deste trabalho, serão abordados os marcos a partir do Código de Menores de 1927 até as diretrizes nacionais para atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, definida pela resolução CNE/CEB nº 3, de 13 de maio de 2016, conforme segue.

⁵² Para aprofundamento dos múltiplos fatos e fenômenos apresentados, vide Rizzini (2011).

⁵³ Muito do que foi citado anteriormente pode ser verificado nos testemunhos de história de vida de Silva (1998, p. 11-30), Ramos (2004) e no filme "O Contador de Histórias" (2009).

4.1 Código de Menores de 1927

A primeira legislação brasileira, específica para a assistência e proteção de crianças e adolescentes, foi sancionada pelo Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, e ficou conhecida como Código de Menores⁵⁴ (CM) ou Código Mello Mattos⁵⁵, voltado para menores em situação irregular, os quais não eram sujeitos de direitos.

É importante destacar que, nesse período histórico brasileiro, o Fundo das Nações Unidas para a Infância destaca que no princípio do século XX começaram a ser sancionadas leis em prol dos direitos para proteção das crianças e adolescentes (UNICEF, 2020):

Nos países industrializados do início do século XX, não havia padrões de proteção para crianças. Era comum elas trabalharem ao lado de adultos em condições insalubres e inseguras. O crescente reconhecimento das injustiças de sua situação, impulsionado por uma maior compreensão das necessidades de desenvolvimento das crianças, levou a um movimento para melhor protegê-las.

Visto isso, podemos observar que no Brasil, até 1926, não havia padrões de legalidade específica para proteção das crianças e adolescentes contra a exploração do trabalho infanto-juvenil insalubre, inseguro, injusto, violento em diversas ordens, entre outras questões e situações de falta de proteção de modo geral a essa população, em especial aqueles em vulnerabilidades conjunturais e estruturais. Nesse contexto, o primeiro marco legal de “assistência e proteção” às crianças e aos adolescentes no Brasil foi o Código de Menores, em 1927.

Nesse âmbito, os debates no executivo e legislativo culminaram na consolidação do CM, que foram iniciados em expressiva parte pela ocorrência de diversas violações às crianças e aos adolescentes, muito recorrentes nesse período. Devido aos diversos casos de violências contra eles, tornou-se urgente a elaboração de uma legislação específica, tendo seu estopim o caso que ocorreu no Rio de Janeiro em 1926, com um menino de 12 anos de idade (JORNAL CORREIO DA MANHÃ,

⁵⁴ A palavra menor, referindo-se ao adolescente em conflito com a lei, é uma concepção e estigma social, que se originou no “Código de Menores de 1927”. Este termo, caiu por terra em 1990 com o documento “Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”. Assim, o ECA substituiu o “Código de Menores de 1927” e suas expressões e ideias, dentre elas a expressão e concepção “menor”, que foi substituída pelo termo e conceito “criança e adolescente”.

⁵⁵ Em alusão ao jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos (19/03/1864 - 03/01/1934).

1926), chamado Waldemiro de Azevedo (O JORNAL, 1926, p. 05)⁵⁶. Esse menino trabalhava de engraxate e, ao não receber por um serviço prestado a um cliente, jogou tinta em sua calça como protesto, este por sua vez, acionou a polícia. Por fim, o adolescente foi penalizado em ficar 40 dias em prisão comum numa cela com 20 homens adultos, os quais cometeram diversas violências contra ele.

Após cumprir sua pena, já muito debilitado, por conta dos abusos e violências sofridos, o menino foi jogado na rua. Sua alternativa, nesse momento, foi pedir ajuda a um guarda, que o encaminhou para o Hospital Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Os profissionais da saúde que o atenderam denunciaram o caso ao Jornal O Globo⁵⁷, que, por sua vez, após averiguarem os fatos, noticiaram ter encontrado o menino em lastimável estado, o que causou grande indignação entre os médicos que o socorreram.

Fatos lamentáveis como esses, entre outros ocorridos anteriormente, foram o limite para a necessidade do debate dos direitos e deveres da criança e adolescente. Tais discussões resultaram no Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, que consolidou o Código de Menores, em que as crianças e adolescentes, a partir de algumas situações, eram chamadas de “menor”.

Essa legislação foi um marco legal dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, pois delimitou a maioridade penal em 18 anos. Lembrando que, antes disso, as crianças e adolescentes em conflito com a lei eram penalizados por seus atos juntamente com adultos, a partir dos 7 anos de idade no Código Philippino de 1603. Saraiva (2016, p. 30-31) afirma que no período que estavam em vigor as Ordenações Filipinas, a maioridade penal no Brasil era de 7 anos de idade.

Além disso, o Código Penal de 1890, responsabilizava crianças por crimes a partir de 9 anos de idade e que perdurou até 1921, posteriormente, houve uma reforma do Código Penal de 1890, pela Lei nº 4.242, de 6 de janeiro de 1921 (BRASIL, 1921),

⁵⁶ Parte da imprensa que denunciou esse caso divulgou de forma equivocada o nome do menino como Bernardino, ao invés do nome correto, Waldemiro de Azevedo. Pode-se verificar o nome correto do menino na matéria do O Jornal (1926, p. 05), por título “Um menor de 11 annos mettido no xadrez da Central!”, dentre outras matérias sobre esse caso em outros jornais da época.

⁵⁷ Algumas fontes relatam que o Jornal do Brasil noticiou de primeira mão a denúncia, mas, após intensa pesquisa sobre esse caso, nas edições dos jornais do Brasil de janeiro a março de 1926, não foi localizada a matéria sobre o caso Waldemiro no Jornal do Brasil. Sendo assim, foi contatado o Jornal do Brasil, e um profissional desse jornal, responsável por Projetos Especiais e Acervo, que em resposta afirmou: “Todo nosso acervo publicado está disponível no site da Biblioteca Nacional”. Em nova busca no site informado, não foi localizado a matéria até a data de publicação dessa dissertação. Todavia, acredita-se que a denúncia foi feita ao Jornal O Globo ao invés do Jornal do Brasil.

em que crianças e adolescentes seriam responsabilizadas somente a partir de 14 anos, sendo ela mantida pelo Decreto nº 4.547, de 22 de maio de 1922, com duas retificações aditivas nas alíneas a) e e) do Art. 3º (BRASIL, 1922).

Ao se buscarem as materialidades dos fatos históricos dos direitos e deveres das crianças e adolescentes em conflito com a lei entre 1890 e 1920, verificou-se, por meio de evidências históricas, que o legal e o real estavam na contramão um do outro, pois é suficiente verificar que a legislação em vigor de 1921 - 1922 prescrevia que os menores de 14 anos eram inimputáveis e, portanto, não poderiam ser presos com adultos. Embora o caso do menino Waldemiro de Azevedo tendo 12 anos de idade, tenha ocorrido em 1926, verifica-se a contradição, do quão frágil e volátil era esta lei, em não assegurar a garantia de direito à proteção integral dos adolescentes que cometessem ato infracional.

Ademais, somente com o Código de Menores de 1927 é fixada a maioria penal em 18 anos por parte de algumas instâncias que começavam um leve acórdão, entender e reconhecer as evidências científicas de múltiplos campos das ciências, que já comprovavam que até essa idade, em especial, as crianças e adolescentes estão em pleno desenvolvimento, tendo constantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais, passando por diversas fases do comportamento humano, dentre outros fatores, áreas, dimensões, aspectos constatados e aprofundados pela ciência contemporânea, os quais comprovam que o adolescente deve ser responsabilizado por seus atos, porém, não como um adulto.

Outro aspecto que foi contemplado nesse documento foi uma tímida intencionalidade em acabar com a exploração do trabalho de crianças e adolescentes menores de 18 anos de idade, conforme pode-se observar nos fragmentos do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (BRASIL, 1927):

Art. 104. São proibidos aos menores de 18 annos os trabalhos perigosos á saúde, á vida, á moralidade, excessivamente fatigantes ou que excedam suas forças.

Art. 118. Serão designados em regulamento expedido pelo governo quaes os generos de trabalho em que seja prohibido empregar menores de 18 annos, como operarios ou aprendizes, por serem insalubres ou perigosos, em virtude de ficarem os menores expostos a manipulações ou a emanções prejudiciaes á saúde.

Art. 140. Fatigar physica ou intellectualmente com excesso de trabalho, por espirito de lucro, ou por egoismo, ou por deshumanidade, menor de 18 annos, que lhe esteja subordinado como empregado, operario, aprendiz, domestico, alumno ou pensionista, de maneira que a saude do fatigado seja affectada ou gravemente compromettida. Pena de prisão cellular de tres mezes a um anno.

Verifica-se nos três artigos uma acanhada intencionalidade em regular os cuidados relacionados aos menores de 18 anos, no trabalho desumano, insalubre, com perigo à saúde, à vida, à moralidade, manipulativo, emanações prejudiciais, que causassem fadiga física e/ou intelectual. Antes da consolidação do Código de Menores, essas mazelas eram recorrentes às crianças e aos adolescentes empobrecidos.

Outra questão que o CM abordou foi com relação ao menor abandonado, que deveria ser encaminhado para uma Escola de Preservação (para ficar sobre tutela de algum responsável). Já o menor entre 14 e 18 anos incompletos, delinquente⁵⁸, com sentença de internação, deveria ser levado para uma Escola de Reforma (reformatório). A respeito do segundo caso, pode-se verificar no CM:

Art. 204. Haverá uma escola de reforma, destinada a receber, para regenerar pelo trabalho, educação e instrução, os menores do sexo masculino, de mais de 14 anos e menos de 18, que forem julgados pelo juiz de menores e por este mandados internar.

Sobre a questão da decisão de encaminhar o menor abandonado para a Escola de Preservação ou o menor delinquente para internação na Escola de Reforma (reformatório), Eduardo Silveira Netto Nunes⁵⁹, diz que, na prática, esse sistema não se baseava exatamente na lei, isto é, a decisão de enviar o adolescente para Escola de Preservação ou Escola de Reforma, muitas vezes era discricionária. Assim, tal decisão era, em alguns casos, um ato de liberdade de escolha da autoridade responsável que, nesse caso, não observava os princípios legais e a qualificação jurídica. Portanto, havia certa contrariedade no aspecto teórico do ato discricionário.

Dessa forma, muitas vezes, tomava-se a decisão *Ad libitum* ("a bel-prazer"), numa perspectiva de atuação pessoal, parcial, punitiva, sem se respeitar a imparcialidade, a legalidade, a moralidade e sem ter conhecimento ou compreender os saberes produzidos pelas ciências a respeito das crianças e adolescentes, seja para tratar de seus direitos e/ou de deveres.

⁵⁸ Expressão essa usada na época pelo código de menores, por autoridades e pela população. Hoje com uma nova concepção, usa-se adolescente em conflito com a lei ao invés de delinquente.

⁵⁹ Na quinta parte do documentário do Senado Federal do Brasil intitulado "Em 1927, o Brasil fixava a maioria penal em 18 anos", quando trata sobre o 1º código de menores em 1927, o Prof. Dr. Eduardo S. N. Nunes, faz o apontamento sobre o ato discricionário dentre a minutagem 4:14 até 4:29 (BRASIL, 2015).

4.2 Revisão do Código de Menores em 1979

Em 1979, por meio da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979 (BRASIL, 1979), ocorreu a revisão do Código de Menores, proposto em 1927, por conta de reiteradas denúncias de maus-tratos, espancamentos, tortura e questões desumanas contra crianças e adolescentes institucionalizadas. Anteriormente, em 1976, a Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como CPI do(a) Menor, havia apurado e constatara tais denúncias e, à vista disso, redigiu, no texto da reforma do código de menores, estratégias que, *a priori*, colaborassem para evitar tais violências contra os menores em situação irregular internadas em instituições totais. Embora mantivessem os menores como sujeitos sem direitos, na prática, manteve-se a ideia do vigiar e punir, ao contrário de uma concepção pedagógica socioeducativa de humanização e transformação.

Em vista do exposto, a essência desse período é apresenta por Silva (1998, p. 35):

INSTITUCIONAL PÓS-64. (1964-1990). Criação da Funabem, em nível federal, e das unidades estaduais da Febem, dentro do espírito da Doutrina da Segurança Nacional e promulgação do Código de Menores de 1979. Introdução do militarismo, do militar e da disciplina militar dentro dos internatos e o encaminhamento dos ex-menores, preferencialmente, para o serviço militar e para trabalharem nos órgãos públicos.

No substanciado por Silva (1998), e no parágrafo anterior, verifica-se implicitamente uma visão das políticas públicas (e pedagógica) fundamentadas na prática do tecnicismo, pragmatismo, utilitarismo, positivismo e funcionalista⁶⁰ aplicada de modo descontextualizado à história da gênese do Estado Brasileiro e à época. Por tudo isso, foi necessário repensar uma nova política pública que tratasse dos direitos das crianças e adolescentes, articulada com a família e sociedade, respeitando todas as necessidades dessa população. Por isso, visando a um novo documento, ocorreu

⁶⁰ Vale ressaltar que se compreende que tais teorias têm seu valor, em certa medida, em numerosos contextos e situações, todavia, ao se reportar para os fatos e fenômenos sociais, desde a gênese do Estado Brasileiro até o período abordado, as tentativas de aplicar tais concepções foram profundamente imaturas, aligeiradas, numa visão anistórica, proposta por pessoas isoladas e anestesiadas à realidade da massa do povo brasileiro há época. Portanto, sem compreender, respeitar e considerar a condição humana do coletivo, o imaginário social, a leitura de mundo da maioria em sua realidade, assim, verifica-se a pouca eficácia de resultados das políticas públicas alinhadas a tais teorias.

um amplo debate que resultou na elaboração de uma nova proposição em uma concepção ressignificadora, como veremos na próxima subseção.

4.3 Estatuto da Criança e Adolescentes - ECA 1990

Após um intenso debate, na década de 1980, com diversos movimentos pró-direitos das crianças e dos adolescentes, a exemplo da “Criança Constituinte”; “Criança: Prioridade Nacional” e com base no Art. 227 da Constituição Cidadã de 1988, o Código de Menores é revogado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispondo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), que fez cair legal e teoricamente por terra a expressão o(a) “menor”, sua concepção e práticas. A referida expressão foi substituída a partir de 1990 por “Criança e Adolescentes”, sendo o ECA para todas as crianças e adolescentes sem distinção de origem étnica, classe social ou religião.

Legal e teoricamente houve um significativo avanço do CM para o ECA, pois ao se fazer uma análise comparada entre ambos, o primeiro era voltado, exclusivamente, para uma parcela das crianças e adolescentes em situação irregular, carentes em todos as questões básicas de dignidade humana e direitos humanos, abandonados e/ou “delinquentes⁶¹”, sendo, de modo geral, somente vigiados e punidos ao invés de uma perspectiva e processo educativo.

Já o ECA se dirige a todas as crianças e adolescentes, considerando e garantindo a elas a proteção integral, direito à infância e à juventude, à saúde, educação, segurança, assistência social, lazer e à cultura. Além do mais, assegura os direitos individuais com diversas especificações, como oportunizar as condições para o desenvolvimento pessoal e social de suas potencialidades, sendo, primordialmente, dever do Estado essas garantias.

Tendo em vista tudo que foi apresentado até aqui, Silva (1998, p. 35-36) resume o período, a partir de 1990, da seguinte forma:

⁶¹ Expressão e concepção do CM que caiu por terra com o ECA.

DESINSTITUCIONALIZAÇÃO (1990-?). No espírito do 'desmonte do entulho autoritário', a Constituição Federal estabeleceu diversos dispositivos legais para inibir as arbitrariedades do Estado sobre o cidadão. Para proteção dos direitos da criança, a Constituição impôs a regulamentação do seu artigo 227, do qual originou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), abrigo sob sua tutela não mais apenas a criança em situação social de risco, mas toda 'pessoa em fase de desenvolvimento', até os 18 anos de idade. Em termos de mudança de cultura e de mentalidade, a criação do ECA significou a transferência da tutela da criança e do adolescente para a sociedade civil, através dos conselhos tutelares. Subsiste ainda a parcela de poder e de responsabilidade do Poder Judiciário, através da criação dos juízos da infância e da juventude e da subordinação dos conselhos tutelares a eles.

Considerando as principais características desse período, verifica-se uma mudança de paradigma e concepção entre o CM e o ECA. Nesse sentido, constata-se, a partir do ECA e legislações correlatas vigentes, uma mudança substancial de terminologias, conceitos, fundamentação teórico-metodológica, encaminhamentos e esforços para desconstruir os sentidos comuns, mitos, tabus, noções falaciosas e práticas obsoletas na socioeducação.

No campo da socioeducação em privação de liberdade, o ECA (BRASIL, 1990) responsabiliza os adolescentes que praticaram ato infracional por intermédio de medidas socioeducativas, dentre elas, pode-se chegar à internação, conforme trata o Art. 122. Nesse caso, o ECA tem a perspectiva de responsabilizar o socioeducando aliado à perspectiva de ofertar a oportunidade de condições e subsídios necessários para um trabalho socioeducativo, com vistas à transformação, ressignificação e humanização do socioeducando, para além de um ato meramente punitivo.

4.4 Sistema Nacional de Socioeducação - SINASE 2012

A Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, em seu *caput*, institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, regulamentando a execução das medidas socioeducativas, destinadas a adolescente que pratique ato infracional. A referida lei altera as Leis: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968; Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993; e os Decretos-Leis nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; e, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

A Lei nº 12.594 apresenta avanços significativos na área, por meio de um conjunto ordenado de princípios, que delimitam, conceituam, regulam, normatizam e apresentam regras específicas. Ainda, trata do financiamento e gestão das medidas socioeducativas previstas no ECA, na perspectiva de deixar todo processo mais nítido, equalizado, valorizando a importância educativa real da medida socioeducativa em responsabilizar o adolescente. Ainda nesse sentido, trata sobre oportunizar-lhes subsídios em diversas áreas da formação humana integral, visando que o socioeducando tenha uma integração social equalizada, com equidade e que haja uma sentença de medida socioeducativa com parâmetros, na contramão da perspectiva punitiva e em contraposição à discricionariedade.

Além do mais, tanto o ECA quanto o SINASE visam a mudanças não só técnico-jurídico, mas uma mudança de concepção da sociedade brasileira e na questão teórico-prática, de todo o sistema socioeducativo - magistrados, diretores, professores, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, enfim, todos os profissionais da socioeducação que trabalham (in)diretamente com o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, seja em privação ou restrição de liberdade.

4.5 Diretrizes Nacionais para atendimento escolar de adolescentes e Jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas - 2016

A Resolução CNE/CEB nº 3, de 13 de maio de 2016, define as Diretrizes Nacionais para atendimento escolar de adolescentes e Jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas – 2016, que expressa o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, responsabilizados por ato infracional e que estão cumprindo medida socioeducativa de internação. Trata ainda dos direitos do adolescente concernente à educação escolar alinhados com o ECA e o SINASE. Segundo essa Diretriz, (BRASIL, 2016a)

Art. 4º O atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas tem por princípios: I - a prevalência da dimensão educativa sobre o regime disciplinar; II - a escolarização como estratégia de reinserção social plena, articulada à reconstrução de projetos de vida e à garantia de direitos; III - a progressão com qualidade, mediante o necessário investimento na ampliação de possibilidades educacionais; IV - o investimento em experiências de aprendizagem social e culturalmente relevantes, bem como do desenvolvimento progressivo de habilidades, saberes e competências; V - o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizagem de adolescentes e jovens, em sintonia com o tipo de medida aplicada; VI - a prioridade de adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo nas políticas educacionais; VII - o reconhecimento da singularidade e a valorização das identidades de adolescentes e jovens; VIII - o reconhecimento das diferenças e o enfrentamento a toda forma de discriminação e violência, com especial atenção às dimensões sociais, geracionais, raciais, étnicas e de gênero.

Ao ter vistas do teor desse artigo da Diretriz Nacional (BRASIL, 2016a), verifica-se a prevalência da educação, da escolarização, almejando colaborar para reinserção salutar do aluno na sociedade, com projeto de vida, direitos garantidos, para possibilitar a ele o transformar, por meio de experiências sociais, educacionais, culturais que ampliem seu capital cultural com novos saberes e competências, tudo isso, com respeito à dignidade humana.

Além de tudo que é apresentado no Art. 4º das Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar na socioeducação, essa diretriz aponta a necessidade de cooperação, colaboração, por meio da intersetorialidade, em prol do atendimento escolar socioeducativo em rede. Sobre isso, pode-se verificar (BRASIL, 2016a):

Art. 6º O atendimento educacional a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas deve ser estruturado de modo intersetorial e cooperativo, articulado às políticas públicas de assistência social, saúde, esporte, cultura, lazer, trabalho e justiça, entre outras.

Sendo assim, são necessárias ações de múltiplas áreas das políticas públicas para o sucesso da humanização, ressignificação e transformação do adolescente em conflito com a lei, sendo necessário um conjunto de ações assertivas entre os Entes Federativos e toda engrenagem (judiciário, legislativo, executivo, família e sociedade), na perspectiva do trabalho em rede de todo o sistema socioeducativo, oportunizando, ao máximo, as condições para o êxito do socioeducando.

Esse documento aponta que, a fim de colaborar com o processo socioeducativo, a educação escolar deve garantir qualidade. Para tanto, esse documento preconiza no “Art. 5º, II - a implementação de políticas, programas, projetos e ações educacionais para a qualificação da oferta de escolarização, no

âmbito do SINASE, contemplando as diferentes modalidades e etapas do atendimento socioeducativo” (BRASIL, 2012). Em consonância com tudo isso, o documento trata ainda sobre a matrícula, monitoramento da frequência, rendimento escolar, exames, censo escolar, parcerias com IES (pesquisa e/ou extensão) e com a educação profissional em instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica. Com relação a tudo que foi apresentado, o SINASE destaca que todo o processo deve respeitar a condição peculiar, as especificidades do socioeducando, almejando oportunizar uma nova perspectiva e um novo projeto de vida.

Para nortear essa proposta de Educação Musical, por meio da percussão corporal para adolescentes que estão em privação de liberdade, consideram-se os documentos e legislações vigentes que tratam sobre o Sistema Socioeducativo, a socioeducação e o socioeducando, dentre eles, o ECA (1990), o SINASE (2012), as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (2016a).

Aliado a tais documentos, valeu-se da epistemologia do conhecimento crítico-dialético de Paulo Freire e suas contribuições reconhecidas pela comunidade científica brasileira e internacional, em especial, a modalidade de educação de jovens e adultos no contexto brasileiro e latino-americano. Freire (1980; 1983 e 2015) destaca a importância do ato pedagógico humanizado que entenda, respeite e considere a condição humana, o imaginário social, a leitura de mundo de seu aluno em sua realidade, isto é, a empatia.

Além do mais, a proposta desse educador tem características fundamentais ao projeto de vida de adolescente que estão em privação de liberdade e socioeducando, por considerar a sensibilidade, a amorosidade, a fraternidade, o sonho, a esperança, o opressor x o oprimido, a reflexão crítica, a dignidade, o ressignificar, a libertação, a autonomia, a consciência, a paz, a ética, a estética e a política. Tudo isso mediado por um processo educativo horizontal dialógico sob a égide da rigorosidade metódica do ato de ensinar com autoridade. Portanto, entende-se que tais princípios basilares da proposta freireana são elementares ao processo educacional, pois oportuniza a humanização e a ressignificação do socioeducando, como ser humano rumo a sua autonomia e maturidade.

Nessa perspectiva, Freire assevera (2015, p. 105):

Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser.

Em face do escrito de Freire, compreende-se que, de modo geral, o ressignificar do ser humano com vistas a novas estruturas que lhe oportunizem e permitam a maturidade e autonomia é um processo, uma caminhada possível por meio da educação escolar numa perspectiva socioeducativa mediada pelo professor pelo ato de ensinar com liberdade e autoridade.

Ademais, nesse panorama, esta pesquisa se apropria das contribuições de Luedemann (2002) atinentes à pedagogia do ucraniano-russo, Anton Semionovich Makarenko e de sua sistematização singular de acolhimento com crianças e adolescentes em situação de rua e, desses, muitos praticaram ato infracional e participaram de um processo socioeducativo. Makarenko afirma que os professores, como mediadores do processo socioeducativo, devem pensar em coletivo o presente, com olhos, foco e objetivos para um futuro de esperança, transformador e exitoso. Nesse sentido, Luedemann, referindo-se à perspectiva de Makarenko (2005, p. 328) declara: “desse modo, os educadores estariam criando, junto do coletivo, uma expectativa de vida presente, mas com os olhos voltados para o futuro, com a certeza de que poderia alcançar os objetivos estabelecidos”.

E, nessa perspectiva, esse autor trata do cuidado na formação de um cidadão para além de uma formação para o trabalho técnico, pragmático, funcionalista e utilitarista. Ao contrário, ele acreditava em uma formação integral do aluno para a vida enquanto ser ético, estético, crítico, político, autônomo, reflexivo e para o exercício da cidadania e do trabalho. Assim, a esse respeito, Luedemann (2002, p. 271) apresenta o pensamento de Makarenko:

Devemos educar um tal indivíduo de que a nossa sociedade precise. Em certas ocasiões, a sociedade coloca este imperativo com muita impaciência e exigência: necessitamos de engenheiros, de médicos, de moldadores, de torneiros [...]. Não devemos falar apenas sobre a formação profissional da nova geração, mas também sobre a educação e um novo tipo de comportamento, de caracteres e de conjuntos de traços da personalidade que são necessários [...].

Aliado a isso, a autora aponta a crença socioeducativa de Makarenko, no sentido de catalisar, ao máximo, a potencialidade, sonhos e projeto de vida de crianças e de adolescentes. Portanto, não devemos subestimá-los e subjuga-los, ao

contrário, todos os profissionais socioeducativos devem se posicionar e trabalhar na via contrária do que ele observou em certos intelectuais e burocratas céticos do ressignificar humano, de crianças e adolescentes institucionalizados, conforme pode-se ter vistas (LUEDEMANN, 2002, p. 119):

A maioria dos intelectuais da Instrução Pública ucraniana emocionava-se com as terríveis histórias de meninos e meninas marginalizados, mas não acreditava sinceramente na possibilidade de superação desses problemas. Segundo a concepção dos burocratas ucranianos, para esses meninos não deveria haver uma exigência tão grande quanto para os meninos e as meninas integrados à sociedade; no lugar da exigência, a piedade e a educação para o conformismo, buscando apenas a readaptação à sociedade com algum tipo de trabalho de segunda categoria.

Entendido isso, interpreta-se que a colocação apresentada não é diferente, distante do pensamento e concepção de parte significativa de intelectuais, burocratas de instâncias decisórias e/ou dos profissionais operadores do sistema socioeducativo brasileiro. Tal posicionamento embasa-se no relato de vida de Ramos (2004) e Silva (1998), que transitaram, quando crianças, pela realidade de abrigamento e como adolescentes internos no sistema socioeducativo em instituições totais.

Silva (1998), por exemplo, ficou internado em algumas unidades da FEBEM⁶² do estado de São Paulo e Ramos (2004), em outras unidades da FEBEM do estado de Minas Gerais. As políticas públicas das FEBEMs foram desdobramentos estaduais da política, concepção, estrutura, dentre outros aspectos, do regime militar, através da Fundação do Bem-Estar do Menor, a FUNABEM em 1964. Enquanto alunos por anos dessa política, Silva (1998) e Ramos (2004) atestam, em relatos de vida, que sentiram e viveram a crença e a prática de serem subestimados e ainda subjugados pelos operadores do Sistema Socioeducativo das instituições brasileiras em que ficaram privados da liberdade. A partir desses relatos, constata-se a mesma observação de Makarenko apontada por Luedemann (2002), sobre a falta de crença de muitos profissionais na possibilidade de transformação de adolescentes em conflito com a lei.

⁶² As FEBEMs foram políticas públicas estaduais enquanto desdobramento da Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964 (BRASIL, 1964), do regime militar, que autorizou na época o Poder Executivo criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores - SAM, dando-lhe outras providências.

No entanto, Silva (1998) e Ramos (2004) conseguiram se colocar na vida, de modo geral, por outros caminhos paralelos aos da FEBEM, e com muito pouca ou talvez nenhuma contribuição da concepção e operacionalização de todos os profissionais relacionados a essas instituições socioeducativas de internação. Portanto, na contramão dos descrentes observados por Makarenko e relatado por Silva (1998) e Ramos (2004), esses provaram que é possível o transformar do ser humano, mesmo com más políticas públicas, maus profissionais, laudos condenando-os como casos irreversíveis e demais situações subjetivas negativas do processo de institucionalização.

Alinhado com as pedagogias mencionadas, que acreditam na possibilidade de transformação de vida, além dos exemplos exitosos de Silva (1998) e Ramos (2004), esta investigação tem a pretensão de elaborar um produto educacional de Educação Musical para os professores de Arte que atuam com socioeducandos que estão em privação de liberdade e que, em alguma medida, esse oportunize e colabore com o desenvolvimento integral, global de socioeducandos, expandido ao máximo as potencialidades, sonhos, projeto de vida e todas suas dimensões.

A próxima seção discorre a respeito dos caminhos metodológicos utilizados na pesquisa para alcançar os objetivos propostos.

5 METODOLOGIA

Tem-se, nesta seção, o percurso metodológico utilizado para se alcançar o objetivo proposto nesta investigação.

Para tanto, foi feito um levantamento de todos os professores de Arte que atuam nos 19 CENSEs do Paraná, aos quais foi enviado um convite para participarem da pesquisa. Além disso, foi realizado um levantamento dos materiais e recursos didáticos em Educação Musical disponíveis pelas políticas públicas para modalidade de EJA socioeducação. Por conseguinte, foi elaborado um material didático de Educação Musical e, após esse, um produto educacional com conteúdo de música, visando contribuir com esses professores.

Para investigar o objeto de estudo, esta pesquisa caracteriza-se pelo método científico indutivo. Quanto à natureza desta pesquisa, a esta se classifica como aplicada, pois se almejou gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida à resolução teórico-prática de problemas da área de conhecimento em investigação. Considerando os objetivos propostos, a forma de abordagem do objeto de estudo proposto foi qualitativa, por se considerar que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Nesse sentido, quanto à natureza qualitativa, Minayo *et al.* (2012, p. 21-22) destacam:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significativos, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que responde a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Em consonância com o proposto, essa pesquisa é descritiva, pois analisou os dados indutivamente. A investigação classifica-se, ainda, como exploratória, pois teve como escopo proporcionar maior familiaridade do problema, a fim de torná-lo explícito. Quanto aos seus procedimentos e aspectos estruturais técnicos, foi conduzida à luz da perspectiva da pesquisa estudo de caso, por se propor a fazer um estudo profundo de objeto para seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 1999). Em face do que asseveram os autores com relação à caracterização da pesquisa, acredita-se que o desenvolvimento desta investigação no caminho apresentado atendeu os objetivos propostos tanto ao método científico quanto à classificação.

O *locus* de execução desse estudo está organizado em dois momentos, sendo o primeiro o local: 19 Centros de Socioeducação organizados e localizados no estado do Paraná, conforme se segue:

Figura 1 - Mapa da Rede de Atendimento Socioeducativo do Paraná - CENSEs



Fonte: SEJUF (2022)

E o outro momento, a população em estudo, caracterizada pelo universo de 17 professores de Arte⁶³ atuantes nos CENSEs do Paraná. Vale salientar que o público de participantes desta pesquisa foi um grupo seletivo de professores experientes e licenciados para o ensino de Arte e Educação na socioeducação em privação de liberdade. Esses docentes possuem ensino superior, com experiência de vida, profissional, em sua maioria possuem pós-graduação lato sensu e/ou stricto sensu e diversos deles são pesquisadores.

Ressalta-se que na ocasião do levantamento junto aos Professores de Arte atuantes em CENSEs do PR, foi constatado que havia o número total de 17

⁶³ Todos os professores que atuam na disciplina de Arte nos CENSEs têm formação específica na área de conhecimento Artes Visuais, Dança, Música e/ou Teatro.

professores de Arte, sendo 05 homens e 12 mulheres. Desses, foram excluídos dois participantes: um, por questão de ética científica e profissional por ser o pesquisador dessa investigação, o qual faz parte do quadro de professores de Arte dos CENSEs do PR. A outra, foi uma participante que conforme o item 6b) do TCLE (critérios de inclusão e exclusão), estava em licença para tratamento de saúde e, portanto, não estava atuando diretamente com os socioeducandos. Ainda, duas professoras agradeceram o convite e manifestaram que não participariam da pesquisa devido a suas demandas e quatro CENSEs estavam sem professor(a)⁶⁴ de Arte no período da pesquisa.

Para investigar esse *locus* de pesquisa (local e população) e aplicar os instrumentos de coleta de dados, ressalta-se que essa pesquisa cumpriu⁶⁵ todos os trâmites de praxe que a legislação vigente solicita e determina. Portanto, o trabalho foi avaliado e teve pareceres favoráveis e deferidos, interinstitucionalmente, pelos membros do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP UTFPR⁶⁶, pela Divisão Psicossocial em conjunto com a Divisão Educacional e Profissional do DEASE da SEJUF-PR e pela Coordenação de Educação de Jovens e Adultos - CEJA da SEED-PR (Anexo D).

A primeira fase desta pesquisa se deu pelo envio, por *e-mail*, de um *link* do *google* formulário (Apêndice B) elaborado pelo autor, para levantamento dos dados para contato com todos os professores de Arte atuantes nos dezenove CENSEs do Paraná. A partir dos dados obtidos, foi encaminhado um convite aos professores, via lista de *e-mail* oculta *on-line*, com todas as orientações e com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo A), disponível por um *link* e anexo a ele. Foi recomendado que após aceite na qualidade de participantes voluntários, fosse baixado (*download*) e/ou impresso o documento. Não houve a necessidade de retornar assinado pelo participante o TCLE ao pesquisador, tendo em vista que a investigação foi totalmente em ambiente virtual.

A presente proposta teve profunda responsabilidade, no sentido de garantir ciência minuciosa sobre os benefícios, riscos e proteção aos participantes e suas

⁶⁴ Desses quatro CENSEs sem professores de Arte, na ocasião, vale destacar que estava em andamento um processo seletivo da SEJUF-PR, em conjunto com a SEED-PR para selecionar professores para atenderem a essa demanda.

⁶⁵ Conforme resolve a Resolução nº 300, de 23 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial, edição digital nº 10797.

⁶⁶ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE nº 51997421.1.0000.5547.

informações no processo de pesquisa. Tudo isso, em consonância e respeito à autonomia dos participantes e à dignidade humana em todas as suas dimensões.

Após cumprido o mencionado, estava, pela ordem no *e-mail* convite, o *link* para acesso ao primeiro questionário semiestruturado misto, organizado em seções. Na primeira seção, estava expressa a frase: “Declaro que li o *e-mail* convite, o TCLE e concordo em participar voluntariamente desta pesquisa”. Exclusivamente aqueles que após assinalarem esse campo de consentimento, que teve vistas e ciência do conteúdo, tanto do *e-mail* convite quanto do TCLE, era orientado a iniciar sua participação na pesquisa, por meio do primeiro questionário. Depois de cumprido o processo de praxe dessa fase, iniciou-se a análise dos dados coletados do primeiro questionário.

Visto isso, enfatiza-se que, no primeiro instrumento para coleta de dados, foram apresentados e explanados, previamente, a ideia inicial da pesquisa, o problema de presente pesquisa, o objetivo geral e sua intenção.

A população que participou dessa pesquisa no 1º questionário semiestruturado, foi a amostra de 13 participantes voluntários, sendo quatro homens e nove mulheres, população essa identificada na pesquisa como Participante 01, Participante 02 e, assim, consecutivamente. Visto isso, destaca-se que para responder ao 2º questionário e ao Protocolo de Avaliação, dos treze participantes, dois voluntários manifestaram que não participariam dessas fases da pesquisa, por conta de suas demandas densas. Por efeito disso, permaneceram e responderam ao 2º questionário, a amostra de 11 voluntários, desses, três homens e oito mulheres. Enfatiza-se que, para os objetivos e fins desse estudo, aliado a questão de segurança da população dessa pesquisa, as informações aqui apresentadas são suficientes.

Nesse sentido, destaca-se que a atuação do professor, como profissional da socioeducação no âmbito da privação de liberdade, é considerada atividade ou função de risco à vida, isto é, caracteriza-se como de periculosidade. Por essa razão, considera-se elevado o risco em revelar dados dos professores participantes na pesquisa. Assim, por questão de segurança, os dados informados pelos participantes, como o nome do profissional, do CENSE, do Núcleo Regional Educação (NRE), do município e telefone são confidenciais, portanto, não foram usados e/ou divulgados na pesquisa e em nenhum outro meio. Tais dados foram utilizados exclusivamente pelo pesquisador para fins de organização.

Visto isso, visando preservar o sigilo da fonte, foram usadas na dissertação, exclusivamente as informações das respostas expressas nos dois questionários, no protocolo de avaliação do material didático pedagógico em Educação Musical e no Protocolo para validar o produto educacional final - *e-book* com videoaulas, por expertise da área de Educação Musical.

À vista do escopo desta pesquisa, para aplicação dos instrumentos, valeu-se do Método *Delphi* e da escala de *Likert*. Sobre o Método *Delphi*, Marques e Freitas (2018, p. 390) destacam:

[...] permite reunir um conjunto de opiniões de especialistas separados geograficamente, levando a resultados densos sobre temáticas complexas e abrangentes. Tal potencialidade possibilita fazer leituras profundas da realidade e serve de base para uma melhor compreensão dos fenômenos e, principalmente, também, para orientar a tomada de decisões informadas e transformar a realidade com base nas opiniões dos intervenientes e dos especialistas envolvidos.

A partir do subsídio dos autores aludidos, verificaram-se algumas características do método, as quais se alinham aos objetivos desta investigação, que transita em uma temática complexa, a Educação Musical para alunos que estão em privação de liberdade. Além disso, essa pesquisa tem como população professores residentes em diversas regiões geográficas e cidades do estado do Paraná, os quais serão inquiridos a distância pela *internet*. Com base nos resultados, serão tomadas decisões com vistas a transformar uma realidade.

Salienta-se que se pode aplicar o Método *Delphi* em tempo real pela *internet*, permitindo aos especialistas responderem a pesquisa, instantaneamente, se assim desejarem ou tem-se ainda flexibilidade do tempo para responder no momento que melhor lhe convir, dentro de um prazo estabelecido.

Os sujeitos desse corpo de profissionais participaram da pesquisa de forma anônima, independente e com autonomia. Destarte, os participantes não sabiam os nomes uns dos outros, com isso, há neutralidade no sentido de cada participante não sofrer influência ou inibições de diversas ordens no grupo, pois a abordagem desse método tende a minimizar conflitos de “ego” acadêmico, profissional, efeitos de vieses pessoais e/ou pressões psicológicas de outros participantes, entre outras variáveis.

Portanto, o Método *Delphi* possibilita resultados de dados de opiniões mais honestos com menos viés, com pensamento independente e, em certa medida, tem-se a partilha de responsabilidade na busca de uma possível solução para determinado problema de pesquisa. Além disso, não precisa da presença física dos participantes e do investigador no processo da pesquisa (MARQUES e FREITAS, 2018).

Esse método busca, preferencialmente, o consenso por intermédio da percepção de especialistas, todavia, em algumas situações, isso não é possível, assim, considera-se o maior número de respostas sobre determinado fenômeno. A esse respeito, Gupta e Clarke, *apud* Marques e Freitas (2018, p. 392), afirmam:

[...] o objetivo do *Delphi* não é chegar a uma resposta única ou a um consenso, mas simplesmente obter o maior número possível de respostas e opiniões de grande qualidade, de um grupo de especialistas, de modo a subsidiar tomadas de decisão.

Considerando esse pressuposto dos autores, esse método possibilita, ainda, valer-se da maior parte do número de respostas e opiniões em comum para tomada de decisões, caso não se chegue a um consenso entre os especialistas.

Marques e Freitas (2018) destacam que esse método tem uma variedade de tipologias *Delphi*, a saber: convencional, normativo e o *Policy Delphi*. Desses, entende-se que o *Delphi* normativo atende a perspectiva desta investigação, pois:

foca-se na identificação e no estabelecimento de objetivos e prioridades, no lugar de especulações e previsões. Com este tipo de *Delphi* procura-se estruturar e projetar um determinado assunto, mas com base no que é desejável e não no que é provável que aconteça (YOUSUF *apud* MARQUES e FREITAS, 2018, p. 392).

Para implementação do Método *Delphi*, Marques e Freitas et al. (2018) apresentam algumas etapas, que foram adaptadas pelo autor da pesquisa, conforme segue:

Quadro 14 - Etapas de implementação do Método *Delphi*

Escolha	Descrição
Escolha do grupo de especialistas.	Foi um grupo heterogêneo de 13 professores voluntários de Arte atuantes nos CENSEs do estado do Paraná, Brasil.
Construção do questionário 1.	Questionário semiestruturado misto composto por três perguntas.
Primeiro contato com os especialistas e convite para participação na pesquisa.	Via e-mail.
Envio do questionário 1.	Via e-mail.
Recebimento das respostas ao questionário 1.	Foram recebidas todas as respostas dos 13 participantes e elaborado um <i>feedback</i> síntese.
Análise qualitativa das respostas.	Foi realizada pela Análise Textual Discursiva – ATD.
Construção e envio do questionário 2, do protótipo do material didático e elaboração do <i>feedback</i> síntese.	Questionário semiestruturado misto composto por cinco perguntas.
Recebimento das respostas ao questionário 2 e sua análise.	Enviado aos 13 professores especialistas voluntários, dos quais se obtiveram 11 respostas analisadas pela Análise Textual Discursiva – ATD.
Protótipo do material didático versão preliminar.	Ajustes do material com base nas contribuições e consenso entre os participantes.
Avaliação do material versão preliminar pelos participantes.	Escala de <i>Likert</i> de cinco pontos.
Validação do produto educacional por expertise.	Protocolo de Validação.

Fonte: Autoria própria (2022)

Essas são algumas das formas de organizar as etapas e implementar o Método *Delphi*. Finaliza-se o processo de rodada de questionários, quando é atingido consenso ou a maior parte das respostas tem concordância sobre o fenômeno, conforme destaca Marques e Freitas et al. (2018):

O processo de rodadas de questionários termina quando são atingidos os níveis pretendidos de estabilidade e consenso nas respostas. Há consenso, em termos gerais, quando há baixa divergência na distribuição das respostas a um determinado item em torno de uma resposta média. Já a estabilidade pode ser definida como a ausência de contribuições novas e a pouca alteração das respostas do painel entre rodadas.

Ainda, os autores citados salientam que há consenso quando dois terços dos especialistas voluntários assinalam a pergunta quatro ou cinco na escala de *Likert* de cinco pontos. A respeito da avaliação do protótipo do material didático versão preliminar por meio da escala de *Likert*, Silva Junior e Costa (2014) afirmam que “Essa escala é usada para medir concordância de pessoas a determinadas afirmações

relacionadas a construtos de interesse”. Nessa perspectiva, organizou-se a escala de *Likert* com os critérios de avaliação que seguem:

Quadro 15 - Critérios da Escala de *Likert* de cinco pontos para o Protocolo de avaliação

Nº	CRITÉRIOS
1	Não Atende ()
2	Atende parcialmente ()
3	Atende ()
4	Atende em grande parte ()
5	Atende Completamente ()

Fonte: Autoria própria (2022)

Tais critérios são suficientes para medir a concordância entre os participantes. Além disso, essa pesquisa teve, na categorização, quatro categorias para análise, sendo elas: didática - Educação Musical; Percussão Corporal; Método *Delphi*, com a escala de *Likert*; e, as normas de segurança de Centros de Socioeducação.

Enfatiza-se que, paralelamente, à aplicação do primeiro questionário, foi levantado e analisado se havia oferta de materiais e recursos didáticos pedagógicos físicos e/ou *on-line* em Educação Musical, por parte das políticas públicas educacionais, como apoio pedagógico para o trabalho dos professores de Arte com alunos que estão em privação de liberdade. Para isso, foram verificados os sites, as páginas eletrônicas do MEC (governo federal), da SEED-PR e SEJUF-PR (governo estadual do Paraná).

Partindo da sondagem de disponibilidade de materiais didáticos pedagógicos de Educação Musical para socioeducação por parte das políticas públicas e das respostas dos questionários, buscou-se identificar os aspectos de congruência entre ambos, e, caso houvesse, seriam considerados para elaboração de uma proposta de produto educacional com conteúdo de Educação Musical, coerente com o protocolo de segurança de Centros de Socioeducação.

Na segunda fase, foram sistematizados, analisados e refletidos os dados das devolutivas dos participantes a partir do primeiro questionário. E, a partir dos conteúdos das respostas anônimas dos inquiridos dessa etapa, foi elaborada uma síntese a caminho de um consenso.

Tendo as respostas das impressões dos participantes do primeiro questionário e o resultado da investigação sobre quais materiais e recursos didáticos pedagógicos em Educação Musical estavam disponíveis pelas políticas públicas do MEC-BR, SEED-PR e SEJUF-PR para apoio dos professores atuantes na EJA na

privação de liberdade, buscou-se identificar os pontos de congruência de aportes teóricos metodológicos em Educação Musical.

Tinha-se a possibilidade de carência de materiais didáticos específicos em Educação Musical ou, caso eles fossem limitados ou ainda frágeis, essa pesquisa tinha como objetivo elaborar uma proposta de material didático de Educação Musical para socioeducação em privação de liberdade.

Tendo em vista e considerando as contribuições da fase anterior, na terceira fase desta dissertação, foi elaborado o protótipo de um produto educacional enquanto material didático pedagógico de Educação Musical com conteúdo do estatuto epistêmico da música com sugestões para os professores de Arte atuantes nos CENSEs. Feito isso, foi enviado aos participantes na segunda rodada, o 2º questionário semiestruturado misto, com o *feedback* síntese das respostas do primeiro instrumento de coleta de dados, em conjunto com a proposição de protótipo de material didático de Educação Musical, para apreciação e considerações dos voluntários.

Por conseguinte, com base nos dados coletados nesse 2º questionário, foram analisadas as novas expressões dos participantes, que, à vista disso, foram compiladas e verificadas se atingiram uma solução de consenso. Nesse sentido, houve consenso e houve algumas contribuições enquanto sugestões, sem alterarem o teor do conteúdo contemplado no material apresentado, as quais foram avaliadas e acolhidas no capítulo que trata sobre o produto educacional.

Tendo em vista que se obteve a solução de consenso final sobre o produto educacional, foi enviado aos professores voluntários um Protocolo de Avaliação em conjunto com o material didático pedagógico versão preliminar, para ser avaliado mediante os critérios da escala de *Likert*, medindo a concordância dos participantes sobre o material e o recurso didático pedagógico proposto.

A análise dos resultados dos instrumentos de coleta de dado foi a partir da metodologia qualitativa de Análise Textual Discursiva - ATD (MORAES; GALIAZZI, 2020). Essa, antes de tudo, tem uma intenção pedagógica com o pesquisador, visando colaborar para que esse sujeito se torne um pesquisador por intermédio da problematização de seus saberes. A ATD, dessa forma, busca por parte do pesquisador a compreensão de um fenômeno a partir de uma indagação. Essa compreensão é investigada por meio das expressões e informações das respostas da população investigada, a qual é convertida em texto e analisado.

Visto isso, como procedimento final da ATD, realiza-se o metatexto, o novo emergente, isto é, um texto criado pelo pesquisador, no qual se faz a descrição fenomenológica das respostas dos observados em diálogo com outros autores que colaboram na compreensão do fenômeno (problema) investigado. A respeito do metatexto, Moraes e Galiuzzi (2020, p. 145-146) dizem:

Ainda que seguidamente possam ser trabalhadas de modo integrado, em geral, a primeira etapa da produção do metatexto é a descrição. A categorização encaminha a descrição do objeto de estudo. Descrever é apresentar diferentes elementos que emergem dos textos analisados e representados pelas diferentes categorias construídas. “Descrever é produzir proposições ou enunciados que enumerem qualidades, propriedades, características, etc., do objeto ou fenômeno que se descreve” (JORBA, 2000, p. 43). [...] Para isso utiliza-se das categorias e subcategorias da análise, tendendo a permanecer num nível concreto dos fenômenos, ou seja, numa aproximação com a realidade empírica. [...] A descrição, de algum modo, já é uma interpretação.

Assim, de modo argumentativo, o pesquisador considera na construção do metatexto, um conjunto de textos em forma de parágrafos-sínteses interpretativos, isto é, o metatexto é a forma que o pesquisador exprime sua compreensão frente ao que o fenômeno mostrou, enquanto resultado da fusão aglutinadora do material empírico, teórico e as percepções do investigador. Nesse sentido, entende-se que, mediante essa metodologia, é possível a transformação dos sujeitos, tanto do investigador quanto do investigado e, se transformar ambos, pode-se transformar o mundo.

Após a análise foi elaborado o produto educacional versão final – *e-book* com videoaulas como recurso didático pedagógico de Educação Musical com conteúdo musical contendo sugestões para professores de Arte atuantes com alunos socioeducandos que estão em privação de liberdade, o qual foi validado por expertise da área de Educação Musical.

Além disso, ressalta-se que tanto o *e-book* quanto as videoaulas respeitaram o previsto no manual de identidade visual da UTFPR. Ainda nesse contexto, os áudios (em formato MP3) das músicas utilizadas nas videoaulas são oriundos da ferramenta de músicas e efeitos sonoros da biblioteca de áudios gratuitos da plataforma *YouTube Studio*, na guia músicas gratuitas, a qual permite baixar e/ou usar seu acervo de áudio gratuitamente em materiais externos a sua plataforma, sem restrições alguma de direitos autorais, sendo livres de *royalties*.

Fato substancial a se destacar é que esta pesquisa foi realizada em período de pandemia pelo coronavírus - COVID-19 e suas possíveis mutualizações (CEPAS),

quando ocorreram drásticas mudanças de organização da sociedade civil. Em respeito a esse fato, essa investigação tomou todos os cuidados com relação ao cumprimento dos protocolos sanitários vigentes, com relação ao contexto epidemiológico. Para tanto, salienta-se que todo o processo desta pesquisa (dentre eles concernente à aplicação dos instrumentos para coleta de dados, entre outras questões dessa investigação), deu-se totalmente *on-line* em ambiente virtual, resguardando o bem-estar, a saúde, a vida e a dignidade humana de todos os envolvidos no processo.

Segue a seção concernente aos instrumentos de coleta de dados e a análise realizada.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os instrumentos de coleta de dados de dois questionários semiestruturados mistos, de um protocolo de avaliação do protótipo de material didático de Educação Musical, o qual se valeu do Método *Delphi* (MARQUES e FREITAS, 2018) e da escala de *Likert* (SILVA JUNIOR; COSTA, 2014), sendo os dados desses averiguados pela Análise Textual Discursiva - ATD (MORAES; GALIAZZI, 2020).

Tendo em vista o propósito deste trabalho, foi fundamental a consulta aos professores de Arte atuantes nos 19 CENSEs do estado do Paraná. Nesse âmbito, para a análise e descrição dos dados dos inqueridos, valeu-se da metodologia ATD (MORAES; GALIAZZI, 2020). Para tanto, é elementar entender o que é descrição nessa perspectiva. Assim, Galiuzzi; Sousa apud Bicudo (2021, p. 88), ao tratarem sobre as descrições das expressões dos participantes por parte do pesquisador, afirmam:

A descrição é básica na Fenomenologia, uma vez expressado e comunicado, o percebido já não é do sujeito, mas está apresentado (dado) à comunidade, solicitando, então, procedimentos de análise e interpretação” (BICUDO, 2011, p. 19). A descrição relata a experiência vivida. Os modos de expressar essas experiências vividas podem ser de expressão direta ou podem expor as experiências em textos do pesquisador que expressam discursos inteligíveis. No primeiro caso, temos uma descrição imediata e no segundo uma descrição intermediada (idem, p. 45).

Tais autores reiteram que a descrição é fundamental na ATD e, a partir da expressão do participante, deve-se haver uma análise e interpretação por parte do pesquisador expressas de forma direta ou imediata, ou ainda com um discurso inteligível ou descrição intermediada.

Mantendo diálogo com o exposto, tem-se, a seguir as expressões dos participantes, analisadas e interpretadas pelo investigador em forma de um conjunto de parágrafos síntese que caracterizam o metatexto.

6.1 Contribuição dos professores no 1º questionário

A fim de se caracterizar a formação acadêmica da população desta pesquisa, segue o quadro abaixo:

Quadro 16 - Identificação da População

Gênero/Participante	Graduação
O Participante 01	Música
O Participante 02	Artes Visuais
A Participante 03	Artes Visuais
A Participante 04	Artes Visuais
A Participante 05	Educação Artística - Música
A Participante 06	Artes Visuais
A Participante 07	Educação Artística
A Participante 08	Educação Artística - Visuais
A Participante 09	Educação Artística - Visuais
O Participante 10	Artes Visuais
A Participante 11	Arte Educação
A Participante 12	Artes Visuais
O Participante 13	Educação Artística – Visuais.

Fonte: Autoria própria (2021)

Tendo em vista a identificação da população, tem-se a intenção de compreender sua arguição pela metodologia ATD. Para isso, foram apresentados aos participantes os questionamentos que seguem.

1 - Você conhece algum material de apoio didático-pedagógico (físico e/ou *on-line*) para Educação Musical, ofertado pelas políticas públicas do MEC - BR, SEED e/ou SEJUF PR, que possa ser aplicado em sala de aula na EJA em privação de liberdade de forma que atenda as especificidades do protocolo de segurança?

Para responder a essa pergunta, havia duas alternativas: “01. Sim, conheço.” ou “2. Não.” Nesse sentido, ao analisar as devolutivas, verificou-se que foi unânime entre os 13 participantes a resposta “Não”.

Vale apontar que havia a possibilidade de o participante assinalar “01. Sim, conheço.”. Nesse caso, o mesmo era direcionado para uma outra seção exclusiva para essa resposta. Nessa seção, havia esta uma orientação: “Descreva a seguir o título do material didático de Educação Musical para socioeducação que você conhece. Se possível, adicione o *link* do material didático pedagógico mencionado”. Após o mencionado, havia ao questionamento, que permitia ao participante argumentar, textualmente, a pergunta: “1.1 - Cite um material de apoio didático pedagógico (físico e/ou *on-line*) para Educação Musical, disponível pelas políticas

públicas do MEC-BR, SEED - PR e/ou SEJUF - PR para EJA em privação de liberdade, que atenda as especificidades dos protocolos de segurança?”.

Ao se analisarem as expressões dos participantes, verificou-se que 100% dos participantes não conheciam algum material didático pedagógico físico e/ou *on-line* de Educação Musical ofertado pelas políticas públicas do MEC, SEJUF, SEED - PR como apoio didático para suas aulas. Nesse sentido, corrobora com a afirmativa de Silva (2018, p. 17-18)⁶⁷, quando trata sobre a falta de material didático específico para população em privação de liberdade, além das restrições ao uso de materiais didáticos convencionais por conta do protocolo de segurança. Ainda, nenhum participante registrou a alternativa “Sim, conheço.”, a partir dessa resposta era encaminhado para pergunta 1.1 na qual poderia argumentar textualmente algo sobre a existência sobre material e recurso didático de Educação Musical para socioeducação.

Em se aproximando as respostas docentes alinhadas com o protocolo de segurança de CENSE e o que diz a atual LDB (BRASIL, 1996), quando trata sobre material didático escolar:

TÍTULO III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar, Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar [...]”. TÍTULO VII, Dos Recursos financeiros, Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a: VIII - aquisição de material didático-escolar [...].

Ao fazer uma análise comparada entre o que estabelece a LDB (BRASIL, 1996) e as respostas dos professores, aparenta que o real e o legal estão um na contramão do outro. Portanto, compreende-se que há uma lacuna na produção de material e de recurso didático de Educação Musical para socioeducação.

Para a questão “2 - De modo geral, você acredita que os Professores de Arte atuantes na socioeducação, em privação de liberdade, elaboram e/ou adaptam seus materiais e recursos didáticos pedagógicos para aplicarem no ensino, ao invés de usarem os materiais ofertados para o ensino regular e EJA convencional?” foram elaboradas duas alternativas, sendo: “1. Sim, eu elaboro e/ou adapto os materiais e

⁶⁷ Na seção 3 Percussão Corporal.

recursos didáticos para o ensino de Arte.” ou “2. Não, eu utilizo somente os materiais ofertados pelas políticas públicas para socioeducação”. Frente a tais alternativas, 12 participantes assinalaram a primeira, sendo que a participante 04 não respondeu. Diante disso, aproximadamente 92,3% responderam “Sim, eu elaboro e/ou adapto os materiais e recursos didáticos para o ensino de Arte” e 7,6% não respondeu esse questionamento.

Sobre a questão 2 desse questionário, concernentes aos participantes elaborarem e/ou “adaptarem” seus materiais e recursos didáticos para aplicarem no ensino de Arte com alunos internos, compreende-se por meio das expressões dos 12 participantes que eles elaboram ou “adaptam” seus materiais e recursos didáticos para utilizarem em sua ação pedagógica por conta da ausência de materiais. Convém salientar, que de modo implícito percebe-se que tais material e recurso didático devem estar alinhados ao protocolo de segurança de CENSEs conforme apontado na introdução e outros momentos desse trabalho, por essa razão, a necessidade de elaboração e/ou adaptação de matérias didáticos pedagógicos ofertados para o ensino regular e EJA convencional.

Nesse sentido, a partir de um estudo sobre Educação em espaços de privação de liberdade no Brasil, realizado por Julião (2014, p. 202), identifica-se o improviso com relação a materiais didáticos para população em privação de liberdade:

Embora já tenha sido aprovada as Diretrizes Nacionais para a política de educação em espaço de privação de liberdade, infelizmente, por não terem investido na implementação de um Plano Nacional com desdobramento em planos estaduais de educação [...], cada estado ainda vem apresentando propostas diversas para a implementação das suas ações. [...] evidenciando-se, em várias unidades, projetos isolados, sem fundamentação teórico-metodológica, sem qualquer continuidade administrativa, beirando o total improviso de espaço, gestão, material didático e atendimento profissional.

Observa-se, no estudo de Julião (2014), a ausência de políticas públicas educacionais que provejam material didático específico como apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem da população em privação de liberdade. Por essa razão, entende-se que os professores elaboram ou adaptam seus materiais e recursos didáticos, em certa medida improvisados⁶⁸ como diz o autor.

⁶⁸ Considera-se improvisada pois, em comparação à produção de uma editora de livros didáticos ou imprensa oficial, as quais têm equipes multidisciplinares com especialistas por área, diversos *softwares* profissionais para diagramação, dentre muitos outros aspectos voltados para produção editorial profissional de um livro didático dentre outros materiais e recursos didáticos.

Após finalizada essa fase do 1º questionário, foi realizada uma síntese e encaminhada em conjunto com o segundo questionário aos participantes.

6.2 Contribuição dos professores no 2º questionário

Nessa segunda rodada, foi encaminhado aos participantes o *feedback* síntese das respostas do primeiro instrumento de coleta de dados, em conjunto com a proposição de um protótipo de material didático com conteúdo de Educação Musical. Sobre a construção do 2º questionário e *feedback* síntese na perspectiva do Método *Delphi*, Marques e Freitas (2018, p. 399) destacam:

Na construção dos questionários a seguir ao primeiro, parte-se da análise das respostas do grupo de especialistas ao primeiro questionário. É muito importante que nesses questionários haja retorno da informação anterior, analisada e resumida, para apreciação do painel de especialistas.

De posse desse pressuposto do Método *Delphi*, foram elaboradas as perguntas do segundo questionário e encaminhado o *feedback* síntese, conforme segue:

Quadro 17 - *Feedback* síntese do 1º questionário

Pergunta	Síntese dos dados
“1 - Você conhece algum material de apoio didático-pedagógico (físico e/ou <i>on-line</i>) para Educação Musical, ofertado pelas políticas públicas do MEC - BR, SEED e/ou SEJUF PR, que possa ser aplicado em sala de aula na EJA em privação de liberdade de forma que atenda as especificidades do protocolo de segurança?”	A resposta foi unânime entre os professores, nenhum dos voluntários especialistas conhecem material algum específico de educação musical ofertado pelas políticas públicas educacionais para socioeducação em privação de liberdade.
“1.1 – Cite um material de apoio didático pedagógico (físico e/ou <i>on-line</i>) para Educação Musical, disponível pelas políticas públicas do MEC-BR, SEED - PR e/ou SEJUF - PR para EJA em privação de liberdade, que atenda as especificidades dos protocolos de segurança?”	A partir da 1ª pergunta do 1º questionário, caso os participantes optassem pela alternativa 01 “Sim, conheço.”, esses eram direcionados para pergunta 1.1 em outra seção. Como foi unânime a resposta na alternativa “2. Não”, essa pergunta 1.1 não foi assinalada por nenhum voluntário.
“2 - De modo geral, você acredita que os Professores de Arte atuantes na socioeducação, em privação de liberdade, elaboram e/ou adaptam seus materiais e recursos didáticos pedagógicos para aplicarem no ensino, ao invés de usarem os materiais ofertados para o ensino regular e EJA convencional.”	Todos os participantes responderam: “Sim, eu elaboro e/ou “adapto” os materiais/recursos didáticos para o ensino de Arte.”

Fonte: Autoria própria (2021)

A partir desses dados, foi elaborado o 2º questionário, no qual havia uma introdução, conforme se segue: “Prezado Professor, segue o *link* para acesso ao protótipo de material didático de Educação Musical voltado para socioeducação em privação de liberdade e em conjunto com esse o 2º questionário para você manifestar suas impressões sobre o material elaborado.”.

Após o participante apreciar o protótipo de material didático e antes de responder ao 2º questionário, havia algumas características recorrentes de modo geral na socioeducação em privação de liberdade, as quais, essencialmente devem ser levadas em conta, dentre elas, Silva (2018, 17-18) aponta:

Quadro 18 - Características das salas de aulas

CARACTERÍSTICAS DAS SALAS DE AULAS
- Classes multisseriadas (com aproveitamento de aprendizagens diferentes dentro do mesmo bloco/ano);
- Deficiência de infraestrutura (sala, carteiras, lousas, equipamentos etc.);
- Falta de material didático específico e restrições ao uso de materiais convencionais de uso comum;
- Salas com pessoas de diferentes idades;
- Excessiva rotatividade dos alunos;
- Dificuldade de acesso a recurso de TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação);
- Precariedade de estímulos sensoriais (visual e auditivo).

Fonte: Silva (2018)

Quadro 19 - Rendimento Escolar

RENDIMENTO ESCOLAR
- Distorção idade-ano;
- Defasagem de aprendizagem;
- Defasagem de conteúdo/saberes;
- Alunos não alfabetizados;
- Analfabetismo funcional;
- Evadidos da escola;
- Abandono escolar por diversos motivos conjunturais/estruturais.

Fonte: Autoria própria (2021)

Quadro 20 - Características comportamentais

CARACTERÍSTICAS COMPORTAMENTAIS
- Grande quantidade de alunos usuários de drogas psicotrópicas ilícitas e/ou "lícitas" acima de 18 anos (com abstinência e conseqüências na aprendizagem);

- Medicamentos terapêuticos psicotrópicos lícitos (com abstinência e consequências na aprendizagem);
- Envolvimento com o crime;
- Os alunos são mais críticos por conta da vivência - leitura de vida e de mundo;
- Dos alunos que foram excluídos, são os excluídos dos excluídos;
- Autoestima baixa;
- Necessidade de motivação para refazer vínculos com a escola.

Fonte: Autoria própria (2022)

Tendo em consideração essas e outras características dos socioeducandos e da socioeducação, contemplou-se, na elaboração do material didático, a Rítmica dalcrozeana, pela abordagem ativa por imitação. Segundo Paz (2013, p. 254), a Ritmica é a “linguagem corporal dos ritmos musicais”.

Após os voluntários terem vistas dessas considerações e de posse da apreciação do conteúdo educacional presente no protótipo do material didático, responderam as questões que seguem.

“01 - Você acha válida essa abordagem musical teórico-prática (conforme está no protótipo do material didático) para vivência dos saberes musicais na socioeducação?” Para essa questão, havia duas alternativas, “Sim” ou “Não”, à qual 11⁶⁹ participantes responderam “Sim” (dessa maneira, 100% das respostas foram “Sim”).

Visto isso, verifica-se que essa abordagem, fundamentada no modelo C(L)A(S)P de Swanwick (1979), especificamente na modalidade Aquisição de Habilidades técnicas, é uma possibilidade de caminho para o domínio instrumental e vivência estética musical para os alunos que estão em privação de liberdade, uma vez que houve concordância de 100% dos professores participantes que a abordagem ativa para o ensino de música, prevista no produto educacional, é válida para socioeducação em privação de liberdade.

⁶⁹ Reitera-se que no 1º questionário houve a participação de 13 voluntários e no 2º questionário, 02 participantes expressaram que não conseguiriam continuar a participação na pesquisa. Dessa forma, permaneceram 11 participantes, que responderam o 2º questionário e o Protocolo de Avaliação.

Com relação à questão nº 02, os socioeducadores foram questionados da seguinte maneira: “02 - Você considera essa forma de abordar o conhecimento musical por imitação, no protótipo de material didático, como uma alternativa viável na socioeducação?”. Nessa questão, os 11 inquiridos responderam “Sim”, portanto, 100% dos participantes acham relevante a abordagem por imitação na socioeducação.

Sequencialmente, na questão nº 03, os socioeducadores foram questionados: “Na sua opinião, a forma mais intuitiva (maneira direta e imediata) de vivenciar o aprendizado estético musical, conforme está no material didático, pode ser uma possibilidade para colaborar na Educação Musical dos socioeducandos?” 100% responderam “Sim”.

Considerando que, nas questões 02 e 03, a totalidade dos participantes concordaram com a forma de trabalhar os saberes musicais por imitação, e de modo intuitivo, conforme é apresentada no produto, pensa-se que é uma possibilidade exequível contribuir musicalmente no ensino de música com os discentes internos em CENSEs, independente se o aluno está ou não alfabetizado e atende à característica comportamental do adolescente da imediaticidade. Ainda nesse sentido, tais expressões dos participantes reforçam as afirmativas de Swanwick (2014, p. 68-69), Jos Wuytack apud Palheiros e Bourscheidt (2012, p. 316) e Paraná (2006, p. 22), no item 3.1 dessa investigação⁷⁰.

O conteúdo da quarta questão mencionava: “04 - Você acredita que é necessário fazer algum ajuste, ou seja, redimensionar algum exercício proposto no protótipo do material didático?” Havia duas possibilidades para se posicionar nessa questão, sendo a primeira alternativa “Sim” e a segunda, “Não”. Se o participante se posicionasse na primeira possibilidade, automaticamente convertia-se para uma outra seção com a 5ª pergunta, a qual dialogava exclusivamente com a alternativa “Sim”. Caso se posicionasse na opção “Não”, finalizava-se a participação do voluntário. Dos onze participantes, nove responderam “Não” e dois participantes (participantes 02 e 06) se posicionaram na alternativa “Sim”. Destarte, na questão nº 04, constatou-se que aproximadamente 81,8% dos participantes responderam “Não” e 18,2% responderam “Sim”, os quais fizeram algumas observações.

⁷⁰ A esse respeito, vide item 3.1 Educação musical por meio da percussão corporal para adolescentes que estão em privação de liberdade.

Para a compreensão do que manifestaram os participantes 02 e 06 na quinta pergunta, valeu-se da seguinte organização da ATD expressa por Moraes e Galiuzzi (2020, p. 34):

[...] a análise textual discursiva pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do corpus, a unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada.

A partir do que declararam os autores, na questão 05, buscaram-se as considerações dos professores com a seguinte pergunta: “05 - Quais exercícios você acredita serem necessários adaptar, complementar, suprimir, substituir, aglutinar, modificar e/ou fazer ajustes?” Nesse sentido, unitarizou-se os seguintes elementos unitários mediante as declarações dos participantes 02 e 06, sendo que o participante 02 expressou: “Minha sugestão seria deixar o vídeo mais atrativo, trazendo rápidas referências e trechos de grupos - artistas que trabalham com experimentação musical corporal e/ou exemplos de aplicabilidade de cada ritmo, no sentido artístico ampliado”. Relacionando com esse ponto, referências em percussão corporal, tem-se a seguinte desconstrução do texto do *corpus* da participante 06, que relatou: “Na conclusão da prática, poderia haver sugestão de apresentação grupal: banda usando percussão corporal e instrumentos, coral (canto com percussão corporal), produção de um ‘filme musical’ com percussão corporal, apresentação de dança com percussão corporal, performance com percussão corporal...”.

Tendo em vista essa unitarização do *corpus* (texto) para análise, valeu-se das categorias “didática – Educação Musical” e “Percussão Corporal” aliadas à modalidade “Apreciação”, prevista no modelo C(L)A(S)P de Swanwick (1979). Sobre a expressão dos participantes em apresentar referências e trechos sobre experimentação musical corporal, o pesquisador apontou, no material didático apresentado aos participantes, que a sistematização e a apresentação dos grupos musicais de percussão corporal que são referências mundiais numa perspectiva ampliada, que considera a diversidade cultural dos grupos das mais diferentes

nacionalidades, etnias e continentes seria apresentada na dissertação⁷¹, com vistas a oportunizar e possibilitar a ampliação do capital cultural do socioeducando, mediante a apreciação e fruição.

Em se analisando a relação dos elementos unitários - da unitarização anterior - captou-se como emergente a necessidade de revisitar as referências mundiais em percussão corporal postas e, ao se fazer isso, reiterou-se pela percepção que, efetivamente, tem-se uma diversidade ampliada de grupos musicais de percussão corporal para apreciação e fruição na dissertação.

A participante 06 ainda organizou e expôs seu relato na questão 04 da seguinte forma: "Pontos positivos: Abrange conteúdos dos encaminhamentos oficiais (MEC, SEED). Os conteúdos partem da realidade dos estudantes (o que eles conhecem e gostam). Proposta dinâmica, leve, prazerosa de ser realizada. Aulas curtas, prevendo várias repetições em níveis diferentes, que é o ideal para os nossos alunos com dificuldade de concentração e de compreensão dos conteúdos. *E-book* atraente (muito ilustrado, colorido, aspecto jovem) e de fácil leitura. Ludicidade, no entanto, sem haver o esvaziamento de conteúdos. A apresentação incluir videoaulas e o *e-book* (assim não tem como não compreender...). Prevê a acessibilidade (inclusão de pessoas que tenham alguma necessidade especial). O detalhismo do passo a passo na orientação das sequências de movimentos, que possibilita o acompanhamento por socioeducandos que tenham dificuldades com coordenação motora e/ou lentidão de raciocínio... A explicação do professor é muitíssimo clara! Explicação muito didática! Exemplo a explicação do conceito "pulso". Perfeita! A repetição das explicações, necessária porque geralmente os alunos são muito distraídos. É uma proposta descontraída para estudo de conteúdos densos. Supera a limitação para aquisição de recursos materiais necessários à realização das aulas práticas de Arte. Flexibilidade da proposta: considera a preferência pessoal quanto ao gosto musical, permite o uso com outras músicas, com outros ritmos... A principal importância, de acordo com a minha experiência em sala de aula, é o trabalho com a coordenação motora, de grande importância para o desenvolvido integral dos adolescentes. Promove o desenvolvimento integral dos adolescentes: habilidades de coordenação motora, musicalidade, acuidade auditiva, intelectualidade... Pontos

⁷¹ Na p. 03 do *e-book* havia uma "Nota Explicativa", mencionando que as referências em Percussão Corporal para apreciação e fruição estariam previstas na dissertação, conforme pode ter vistas na p. 44 - 45 desta dissertação.

negativos: não foram identificados aspectos negativos. Sugestões: o conjunto de movimentos forma um compasso, isso? Poderia ser apresentado o conceito de compasso musical. Explicação dos elementos formais da música no processo de realização prática da sequência de movimentos. Nas primeiras aulas. Considerando a quantidade de conteúdo da disciplina Arte e a pequena carga horária, seria interessante trabalhar a música juntamente com a dança (e como é impossível trabalhar a dança sem a música...). Criação de mais níveis, incluindo a dança característica de cada gênero musical. Isto é, a percussão corporal realizada dançando. Inclusão da história da música no *e-book* e no *audiobook*. Eu entendi que esse conteúdo está na dissertação, mas como os alunos terão acesso somente ao *e-book* e ao *audiobook*, seria relevante que constasse nessas publicações. Obs.: seria uma história, fazendo uma introdução ao estudo de cada gênero, apenas para localizar o aluno no tempo e no espaço... Mantendo a flexibilidade do projeto, apresentar no *e-book* uma seleção de gêneros musicais que exponha a evolução da história da música, organizados numa linha do tempo, diferenciando música étnica, erudita, popular, folclórica... Eu gosto de partir da realidade dos alunos para levá-los às outras experiências que provavelmente eles não terão fora da escola, pensando assim, sugiro a inclusão da música clássica. Abrir a possibilidade de uso de instrumentos musicais e percussão alternativa (usando objetos diversos) junto à percussão corporal. Criação de glossário no *e-book* definindo os termos técnicos da música que foram citados nas explicações. No *audiobook* poderia incluir a definição de todas as expressões técnicas da música que foram usadas (ex.: música étnica asiática, música eurocêntrica, Rítmica Dalcrozeana, etc.), assim como foi feita a explicação do que é "pulso". Na conclusão da prática, poderia haver sugestão de apresentação grupal: banda usando percussão corporal e instrumentos, coral (canto com percussão corporal), produção de um "filme musical" com percussão corporal, apresentação de dança com percussão corporal, performance com percussão corporal... Seria interessante citar no *e-book* e no *audiobook*, como está a questão dos direitos autorais das músicas que foram exploradas no trabalho. Mediante a legalidade, incluir *links* das músicas no *e-book*. Algumas ficaram sem música, seria muito bom se conseguisse colocar música em todas as aulas. Seria interesse citar no *e-book* a explicação sobre a escrita musical ser destinada aos profissionais da música (a explicação que está incluída no *e-book*). Para que o estudante não sinta que está

faltando a aprendizagem de parte do conteúdo do *e-book*. Seria interessante incluir referências bibliográficas e referências das músicas”.

Identifica-se na expressão da participante 06, que ela reconheceu na proposição a presença dos conteúdos oficiais previstos pelas políticas públicas educacionais do MEC – BR (BNCC) e SEED – PR (Referencial Curricular do Paraná - RCP), conforme apresentado na introdução e no capítulo 1. Ainda, ela destacou que os “conteúdos partem da realidade dos estudantes (o que eles conhecem e gostam). Proposta dinâmica, leve, prazerosa de ser realizada”. Além disso, destacou que o material didático piloto atende à complexidade de aprendizado em níveis diferentes, que é atraente, de fácil leitura, com ludicidade e que há detalhismo claro na explicação didática por parte do pesquisador. A professora manifesta que o material “Supera a limitação para aquisição de recursos materiais necessários à realização das aulas prática de Arte”.

Além de tudo, a voluntária expôs que a proposição do protótipo de material didático tem flexibilidade e considera a preferência pessoal quanto ao gosto musical dos alunos, prevendo a inclusão e acessibilidade de pessoas com necessidade especial e promovendo o desenvolvimento integral dos adolescentes, as habilidades musicais, a acuidade auditiva e a intelectualidade. Desse modo, o material colabora para compreensão dos saberes propostos, sem haver o esvaziamento de conteúdo da área de conhecimento da música.

Considerando o exposto, compreende-se que o protótipo de material didático está em consonância com a perspectiva freireana (FREIRE, 1980, p. 33-34), pois

Para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar (ou melhor dito: a quem queremos ajudar a educar-se). Faltando uma tal reflexão sobre o homem, corre-se o risco de adotar métodos educativos e maneiras de atuar que reduzem o homem à condição de objeto. Assim, a vocação do homem é a de ser sujeito e não objeto. Pela ausência de uma análise do meio cultural, corre-se o perigo de realizar uma educação pré-fabricada, portanto, inoperante, que não está adaptada ao homem concreto a que se destina. Por outra parte, não existem senão homens concretos (“não existe homem no vazio”). Cada homem está situado no espaço e no tempo, no sentido em que vive numa época precisa, num lugar preciso, num contexto social e cultural preciso. O homem é um ser de raízes espaço-temporais. Para ser válida, a educação deve considerar a vocação ontológica do homem – vocação de ser sujeito – e as condições em que ele vive: em tal lugar exato, em tal momento, em tal contexto. Mais exatamente, para ser instrumento válido, a educação deve ajudar o homem, a partir de tudo o que constitui sua vida, a chegar a ser sujeito. E isto o que expressam frases como: “A educação não é um

instrumento válido se não estabelece uma relação dialética com o contexto da sociedade a qual o homem está radicado.”

De posse dessa profunda e sólida reflexão de Freire, compreende-se que é elementar, no processo de Educação Musical por meio da percussão corporal para os socioeducandos, ter a intenção de buscar entender, ao máximo, a realidade dos alunos que estão em privação de liberdade como sujeitos, de forma que a proposta de um produto aliado ao ato de ensinar tenha validade para eles. Sendo assim, a ação educativa deve estar precedida de uma reflexão sobre o aluno, valendo-se de uma análise de seu meio de vida cultural, seu contexto social e cultural real, seu espaço e tempo, para não correr o risco de se adotar material didático, produto educacional, metodologias, encaminhamentos educativos, os quais não tenham sentido, significado, significação e, portanto, não sejam relevantes para os sujeitos socioeducando e para o socioeducador. Nesse sentido, a participante 06, atuante na realidade da sala de aula de uma escola em um CENSE, não identificou nenhum aspecto negativo no material didático pedagógico, portanto, compreende-se que tal posicionamento se deu por conta de que o material atende à realidade do socioeducando e da socioeducação.

Ainda, essa participante apontou algumas sugestões na investigação. Ao analisá-las, 06 fez uma pergunta sobre o conceito de compasso musical, o mesmo está contemplado na nota de rodapé nº 42 nesta dissertação. Além disso, sugeriu ainda uma explicação dos elementos da música nas primeiras aulas. A esse respeito, na percussão corporal pode-se vivenciar, de imediato, a prática do elemento formal da música ritmo⁷², o qual foi contemplado tanto nas videoaulas⁷³ quanto na dissertação, alinhados aos objetivos e delimitação do estudo proposto.

Ainda com relação à quantidade de aulas previstas na Matriz Curricular de Arte da Educação Básica brasileira, a referida participante destacou a limitação com relação à carga horária do componente curricular em questão na escola. Nesse sentido, recomendou trabalhar a área de conhecimento música em conjunto com a área de conhecimento dança. Visto essa expressão, compreende-se que ambas as áreas de conhecimentos possuem flexibilidades para serem trabalhadas, articulando-se

⁷² Na perspectiva etno e eurocêntrica da música, organizado em: ritmo, melodia e harmonia.

⁷³ Pode-se verificar isso na minutagem 7:07 na primeira videoaulas disponibilizada para apreciação e avaliação.

seus saberes, caracterizando a interdisciplinaridade, resguardada suas epistemologias. Com relação à dança (na perspectiva da Arte) e à música, defende-se que é possível trabalhar aquela sem essa.

A recomendação de criar mais níveis, relacionando percussão corporal com dança, do uso de instrumentos musicais e da percussão alternativa (usando objetos diversos) junto à percussão corporal, da criação de glossário no material didático, definindo os termos técnicos da música, ultrapassa a intenção do objeto de estudo dessa investigação, o tempo e prazos para elaboração de uma dissertação. Se possível, em estudos futuros, será pensado na possibilidade de fazer esse diálogo entre música e dança.

Conforme apresentado na “Nota Explicativa” (p. 3) do protótipo de material didático, a história de alguns gêneros musicais está explícita por meio de *links* de hipertexto na dissertação. Levando em conta a observação da participante 06, no sentido que não estava presente no protótipo do material didático a história dos gêneros musicais, e por essa razão, a sugestão em contemplá-la no produto educacional dentro da delimitação da pesquisa. Foi acolhido essa recomendação e complementado *links* em forma de “botão” de hipertexto no *e-book* (p. 10-11).

Para tanto, foi acrescentado, no produto educacional, um ícone intitulado “Saiba mais!”, por intermédio de um ícone (“botão”) de hipertextos, que redimensiona os interessados ao Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira e apresenta a história de alguns gêneros musicais brasileiros. Desse modo, entende-se que além de estar presente na dissertação a sugestão da participante, foi contemplada no produto educacional.

A participante 06 também enfatizou a função social da escola em considerar a realidade dos alunos e, ao mesmo tempo, colaborar com as potencialidades dos socioeducandos, a fim de favorecer a ampliação de seu capital, por meio da inclusão da “música clássica” (erudita). Assim, este trabalho compreende que é fundamental valorizar a realidade dos alunos, conforme aponta o pensamento de Freire (1980, p. 33-34) e entender que a função social da escola é oportunizar e estimular o contato com novos saberes da epistemologia da música, por essa razão, este trabalho apresenta uma relação da música erudita e a percussão corporal na seção 3 Percussão Corporal, mediante a obra musical “música para palmas - *clapping music*”, do compositor Steve Reich.

Atendendo à sugestão da participante 06, em citar no material didático de Educação Musical os direitos autorais, as referências bibliográficas e as referências das músicas utilizadas, foi tomado o cuidado de registrá-los na dissertação. Além disso, foram acolhidas essas contribuições da participante e foram contempladas, no material didático, as referências das músicas utilizadas nas videoaulas. Ainda nesse contexto, sobre alguns gêneros musicais não terem sido apresentados no material com uma música “*playback*” durante sua execução, destaca-se que foi por conta de não se encontrarem músicas de tais gêneros musicais sem direitos autorais ou que os direitos autorais permitissem seu uso para fins pedagógicos gratuitamente. Por isso, aos professores, participantes e demais interessados em aplicar o produto educacional proposto, recomenda-se que, quando forem trabalhar os gêneros musicais sem música “*playback*” de acompanhamento para percussão corporal, seja organizado um debate coletivo com os alunos com o objetivo de escolher uma música do gosto do grupo referente ao gênero musical em estudo.

Por fim, sobre as sugestões da participante em mencionar no material didático de Educação Musical uma explicação sobre a escrita musical tradicional, essa indicação não está dentro da delimitação do objeto de estudo em questão. Entretanto, além da abordagem da Rítmica pela imitação, foram apresentadas no material didático as estruturas rítmicas pela escrita tradicional de música, para aqueles que são alfabetizados pelos símbolos e códigos tradicionais de escrita musical tradicional.

Considerando que na questão nº 04, dos 11 participantes, 09 (aproximadamente 81,9%) responderam que não havia necessidade de fazer nenhum redimensionamento no material didático e que dos dois participantes (aproximadamente 18,1%) que assinalaram a necessidade de fazer alguma remodelação. Nesse sentido, com relação às sugestões declaradas pelos participantes 02 e 06, interpreta-se a partir de suas expressões que eram necessários alguns complementos diminutos, os quais foram acolhidos, todavia, não mudaram a essência da proposição do material didático.

6.3 Contribuição dos Professores no Protocolo de Avaliação

A respeito das perguntas para avaliação do protótipo de material didático de Educação Musical versão preliminar, valeu-se do Método *Delphi* com critérios da escala de *Likert*, conforme apresentado na metodologia. As questões foram organizadas e analisadas em dois blocos, A e B. Para isso, as devolutivas dos

participantes foram analisadas, interpretadas e realizadas por uma descrição pela ATD, desse modo, as expressões do material empírico pelo pesquisador estão em consonância com o que apontam Galiazzi e Sousa:

É possível inferir que não existem descrições certas e descrições erradas, mas, antes, descrições boas ou más, mais completas ou menos completas. Não há lugar para o verdadeiro em oposição ao falso em uma descrição, pois toda descrição se dá de forma afirmativa, parte de uma positividade. (MARTINS, 1991, p. 57 apud GALIAZZI; SOUSA, 2021, p. 88)

Na perspectiva desses autores, prosseguem as análises, a interpretação e as descrições do que se compreende das expressões dos participantes.

1º BLOCO

01 - Um produto educacional (*e-book* com videoaulas) de Educação Musical poderá colaborar na prática profissional na área de conhecimento Arte na socioeducação em privação de liberdade?

Nessa questão, oito participantes elencaram como resposta a opção 5 - Atende Completamente, e, os outros três registraram o nº 4 - Atende em grande parte. Visto isso, na primeira questão, aproximadamente 72,7% responderam que um produto educacional “Atende Completamente” e 27,3% deram a devolutiva 4 - Atende em grande parte.

02 - Você acredita que o uso de linguagem mais intuitiva (de maneira direta e imediata) em Educação Musical proposta em um *e-book* com videoaulas poderá ser mais compreensiva na socioeducação?

Nessa segunda pergunta, 10 participantes assinalaram 5 da escala - Atende Completamente e uma participante (participante 07) marcou 4 - Atende em grande parte. Portanto, aproximadamente 90,9% acreditam que a elaboração de um *e-book* com videoaulas “Atende Completamente” e 9,1% registram 4 - Atende em grande parte.

03) - Você acredita que a elaboração de um *e-book* com videoaulas de Educação Musical poderá colaborar em alguma medida em suas aulas na socioeducação?

Sete participantes evidenciaram a opção 5 - Atende Completamente; três registraram 4 - Atende em grande parte e uma participante (participante 07) marcou 3

– Atende. Logo, constatou-se que aproximadamente 63,6% avaliou que o produto “5 - Atende Completamente”, 27,3% registram 4 na escala e 9,1% marcaram 3 na escala em questão.

04) - Você acredita que a elaboração de um *e-book* com videoaulas de Educação Musical pela abordagem pela Rítmica por imitação pode ser entendido como uma inovação e ruptura com os paradigmas tradicionais disponibilizados pelas políticas públicas educacionais para socioeducação?

Oito participantes marcaram como resposta a opção 5 - Atende Completamente e os outros três registraram 4 - Atende em grande parte. Nesse sentido, aproximadamente 72,7% dos voluntários asseveraram que o material “Atende Completamente (5)” e 27,3% marcaram a opção “Atende em grande parte (4)”.

Nesse sentido, compreende-se, a partir das respostas dos participantes no 1º bloco, que um produto educacional – *e-book* com videoaulas com abordagem pela Rítmica por imitação numa linguagem intuitiva - direta e imediata - como apoio didático, poderá colaborar com a socioeducação e com o processo de ensinagem nas aulas dos professores de Arte atuantes com alunos que estão em privação de liberdade. Pansica (2022, p. 78), ao tratar da importância da vivência, da experimentação dentre outras questões que envolvem a música intuitiva, afirma:

É preciso achar caminhos para desconstruir esse modo vistoria da performance, [...] que nos é também embutido e naturalizado quando vivenciamos acriticamente os meios musicais [...]. É preciso também aprender a questionar e resistir a esses tribunais artísticos para fazer avançar a experiência de uma performance mais descontraída e intuitiva.

O autor se refere à necessidade de se pensar, criticamente, e avançar os caminhos para vivenciar a música de uma forma mais espontânea e intuitiva, em oposição ao paradigma de vivência da música que “engessa” o processo musical. Dessa forma, entende-se pelas respostas dos professores, que eles acreditam que a elaboração de um produto educacional com abordagem pela Rítmica por imitação numa linguagem intuitiva e descontraída para vivenciar a música seja válida para socioeducação. Ainda nesse contexto, os voluntários assinalaram que um produto educacional – *e-book* com videoaulas de uma forma intuitiva pode ser entendido como uma inovação e ruptura com os paradigmas tradicionais vigentes, disponibilizados pelas políticas públicas educacionais para socioeducação.

Levando em consideração o exposto, todas as perguntas tiveram consenso nas respostas, pois caracterizaram o que Marques e Freitas et al. (2018) asseveram, no Método *Delphi* há consenso, quando há pouca divergência nas respostas ou quando igual ou superior a dois terços dos voluntários assinalam a pergunta quatro ou cinco na escala de *Likert* de cinco pontos. Portanto, tem-se demanda para a elaboração de um produto educacional em Educação Musical para socioeducação, para a prática profissional dos professores de Arte atuantes com socioeducandos em privação de liberdade.

2º BLOCO

05) - Você acredita que a Educação Musical por meio da percussão corporal, expressa em um *e-book* com videoaulas, pode atender à diversidade da socioeducação e de socioeducandos que estão em privação de liberdade?

Nove participantes assinalaram a 5 - Atende Completamente; uma participante (participante 03) registrou 4 - Atende em grande parte; e outra (participante 07), marcou 3 - Atende. Isto é, aproximadamente 81,8% marcaram a opção "5 - Atende Completamente", 9,1% assinalaram 4 - Atende em grande parte e 9,1% marcaram 3 - Atende.

06) - Você faria adesão parcial ou total de um *e-book* com videoaulas em Educação Musical por meio da percussão corporal com abordagem pela Rítmica por imitação para socioeducação em privação de liberdade?

Sete participantes marcaram a 5 - Atende Completamente, e três, a 4 - Atende em grande parte. Logo, nessa pergunta aproximadamente 63,6% registraram "Atende Completamente" e 36,4% marcaram 4 - Atende em grande parte.

07) - Você acha válido um material didático em Educação Musical por meio da percussão corporal para socioeducação em privação de liberdade?

Nove participantes escolheram a 5 - Atende Completamente e, dois, assinalaram 4 - Atende em grande parte. Dito isso, nessa questão, aproximadamente 81,8% marcaram "5 - Atende Completamente" e 18,2% responderam 4 - Atende em grande parte.

08) - Você acredita que, em alguma medida, um produto educacional (*e-book* com videoaulas) em Educação Musical por meio da percussão corporal com

abordagem pela Rítmica por imitação poderá ter algum impacto (colaboração) social educacional na socioeducação em privação de liberdade?

Nove participantes optaram a 5 - Atende Completamente; uma (participante 01), registrou 4 - Atende em grande parte; e, outra participante (participante 07) marcou 3 – Atende. Destarte, aproximadamente 81,8% dos participantes avaliaram que a proposição “Atende Completamente”, 9,1% assinalaram a mesma Atende em grande parte e 9,1% evidenciou 3 - Atende.

Após analisar o conjunto de respostas das expressões dos participantes nas perguntas do bloco B, compreende-se que há demanda para elaboração de um produto educacional - *e-book* com videoaulas de Educação Musical, por meio da percussão corporal com abordagem pela Rítmica por imitação. Ainda, verificou-se, a partir da manifestação dos professores, que, se houver um produto com o conteúdo supracitado, os professores farão adesão parcial ou total, pois, acreditam que, provavelmente, em alguma medida, poderá haver algum impacto (colaboração) social educacional na socioeducação em privação de liberdade.

A partir dos critérios do Método *Delphi*, houve consenso em todas as respostas das perguntas do bloco B, pois mais de dois terços dos voluntários assinalaram a pergunta quatro ou cinco na escala de *Likert* de cinco pontos, como apontam Marques e Freitas et al. (2018). Ao se levar em consideração as respostas dos professores voluntários, tem-se como resultado que a elaboração de um produto educacional – *e-book* com videoaulas de Educação Musical por meio da percussão corporal com abordagem pela Rítmica por imitação para alunos que estão em privação de liberdade, em uma linguagem mais intuitiva, pode colaborar na ensinagem de socioeducandos e com a socioeducação.

A partir das respostas dos docentes, vislumbra-se a necessidade de elaboração de um produto educacional de Educação Musical por meio da percussão corporal com abordagem pela Rítmica por imitação. Sobre o teor da Educação Musical por meio da Percussão corporal previsto em um produto educacional, no qual se considera o corpo humano como possibilidade para Educação Musical, Mariani (2011), ao tratar da Rítmica dalcrozeana, destaca como benefício a utilização do corpo como instrumento musical, possibilita vivenciar a dimensão temporal da música, pois se tem a participação do corpo e da mente.

Além disso, essa relação entre música e movimento corporal poder expressar os elementos da música, como ritmo, fraseado e dinâmica, por meio do movimento e

da expressão corporal permite que o aluno se familiarize com os elementos da linguagem musical por intermédio do movimento corporal. A supracitada autora destaca que na concepção de Dalcroze, a Rítmica é uma Educação Musical – musicalização por meio da experiência corporal e, ao mesmo tempo, uma educação corporal mediante a vivência musical.

Dessa forma, o socioeducando pode ter a oportunidade de Educação Musical por meio da percussão corporal, pois ela possibilita perpassar tanto pela experiência sensório-motora, quanto pela experiência estética musical, caminho esse oportuno para o ensino da música para alunos que estão em privação de liberdade, pois usa somente o corpo humano como instrumento musical para familiarização dos elementos constitutivos da música e experiência estética.

Após análise dos dados coletados, foi elaborado um Produto Educacional - *E-book* com videoaulas, conforme segue na próxima seção.

7 PRODUTO EDUCACIONAL

Nesta seção é explanado o produto educacional – *e-book* com videoaulas com conteúdo de Educação Musical por meio da percussão corporal para professores de Arte atuantes com alunos em privação de liberdade em Centros de Socioeducação.

Para trabalhar o produto educacional, esta pesquisa tem como sugestão de encaminhamento metodológico para Educação Musical por meio da percussão corporal, o modelo C(L)A(S)P de Swanwick (1979), a partir da Rítmica pela abordagem por imitação. Dessa forma, tem-se a intencionalidade de que os professores, a partir desse material didático pedagógico, possam oportunizar aos alunos e demais interessados a vivência musical ativa de forma democrática, musicalmente, tudo para todos.

Ao aderir a essa proposição, os professores e demais interessados, poderão fazer a leitura musical do conteúdo musical, imitando a sequência de imagens das partes do corpo apresentadas nessa dissertação e/ou *e-book* com videoaulas. Para esse fim, organizaram-se as estruturas da pulsação musical, das estruturas dos ritmos dos gêneros musicais em ordem crescente com relação à complexidade (níveis de “dificuldade”), quer seja, do mais básico a caminho, gradativamente, de novas estruturas rítmicas.

Além do mais, acredita-se que, com relação à seriação escolar, os exercícios teórico-práticas são cabíveis e adaptáveis ao Ensino Fundamental I (anos iniciais), especificamente no 4º e 5º anos, a todos os anos do Ensino Fundamental II (anos finais) e/ou Ensino Médio regular, na modalidade de EJA convencional e na EJA na privação em classes multisseriadas, característica essa da EJA socioeducação, sendo possível em aulas individuais e/ou coletivas.

Nesse sentido, recomenda-se que a primeira aula na EJA socioeducação seja ministrada uma introdução geral da percussão corporal com as estruturas musicais básicas de pulso musical de forma coletiva, e, posteriormente, direciona-se à mediação teórico-prática para a ensinagem individual de acordo com cada ano, série e potencialidade do aluno.

Considerando-se tudo que foi apresentado nesta dissertação, segue a sequência de possibilidades básicas de partes do corpo que podem ser usadas, inicialmente, como técnica de emissão (articulação) do som do corpo humano pelo

percutir (“bater”) e/ou friccionando-o (“esfregando”), esteticamente, caracterizando, dessa forma, a percussão corporal como instrumento musical. Para esse processo, pode-se fazer a leitura musical das partes do corpo humano mediante a leitura tradicional de música com legenda de notação musical percussiva convencionada neste trabalho e/ou por intermédio de uma sequência de imagens de partes do corpo como referência para imitação, conforme segue neste capítulo, no *e-book* e ainda por leitura audiovisual das videoaulas.

Para se executar musicalmente os padrões rítmicos dos gêneros musicais na percussão corporal propostos nesta pesquisa, foi necessário padronizar-se as lateralidades de parte do corpo para emissão do som corporal com técnicas percussivas corporais de manulação⁷⁴ e digitação⁷⁵. Assim fica convencionado que a letra D maiúscula significa que deverão ser percutidas as partes direitas do corpo, portanto, serão friccionados os dedos - estalo, tocado a coxa, pé, bochecha e demais partes do lado direito do corpo. Por conseguinte, a letra E maiúscula representa as “batidas” nas partes esquerdas do corpo. Nesse sentido, para ter vistas do exposto, segue a sequência de imagens para leitura musical.

⁷⁴ Forma de indicar a “mão” [parte do corpo e sua lateralidade] a ser usada na execução (FRUNGILLO, 2003, p. 201).

⁷⁵ “Na terminologia musical indica quais dedos devem ser usados para executar as seqüências de notas [...], escolhida por especialista (ou pelo autor) para que os movimentos realizados permitam a melhor forma de execução da peça musical. Esse fato gerou a necessidade de exercícios que preparem o executante para as possibilidades de alternância ou repetição dos movimentos dos dedos. Na ‘percussão’ esse termo foi adaptado para indicar essas possibilidades em relação às mãos direita e esquerda e eventualmente aos pés”. (FRUNGILLO, 2003, p. 109).

Fotografia 1 - Percute o pé direito (A). Percute o pé esquerdo (B). Percute no peito do lado direito (C). Percute no peito do lado esquerdo (D). Percute na coxa direita (E). Percute na coxa esquerda (F). Percute na barriga do lado direito (G). Percute na barriga do lado esquerdo (H). Bate palma (I). Bate palma (J). Estalo dos dedos da mão direita (K). Estalo dos dedos da mão esquerda (L). Percutida na bochecha do lado esquerdo (M). Percutida na bochecha do lado direito (N)



A)



B)



C)



D)



E)



F)



G)



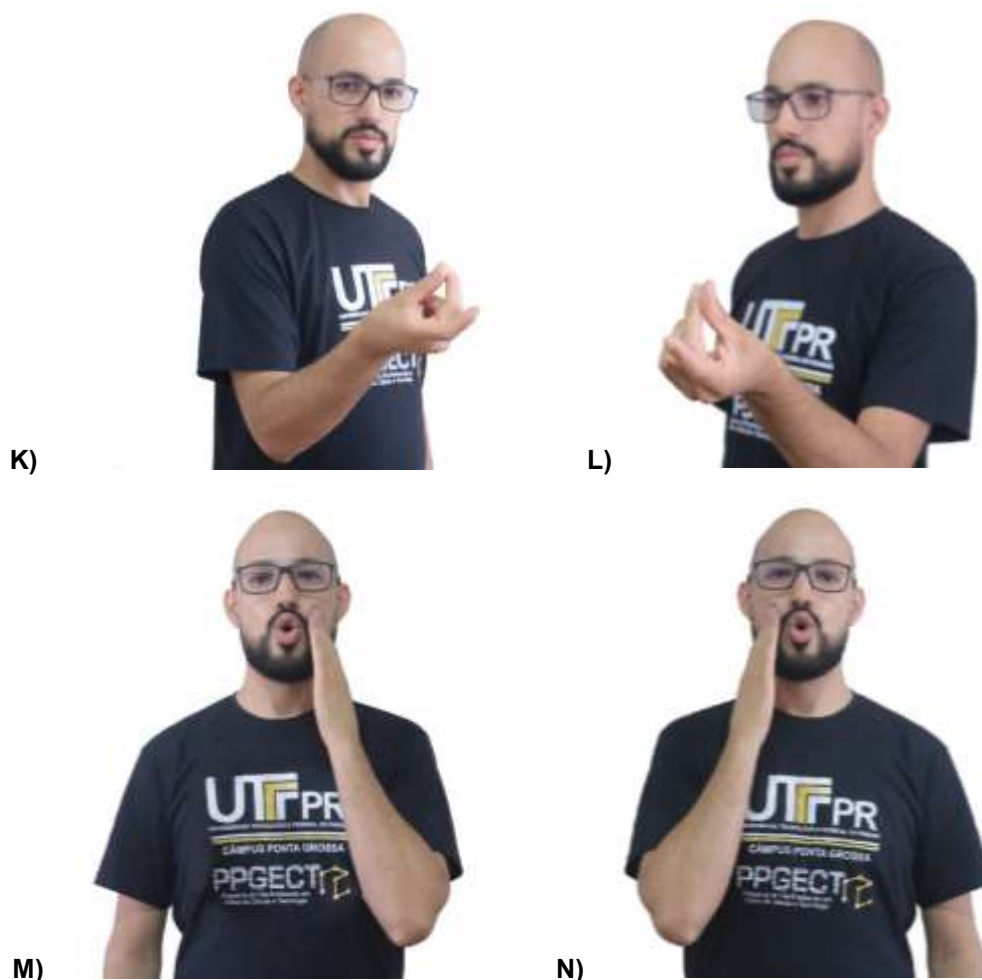
H)



I)



J)



Fonte: A autoria própria (2022)

Tendo em vista as partes do corpo apresentadas, aliadas a suas lateralidades, direita e esquerda (vice-versa), a proposição teórico-prática de Educação Musical por meio da Percussão Corporal que segue, se valerá dessas para trabalhar a pulsação musical, ritmos musicais (combinações de durações do som e silêncio), padrões dos ritmos de gêneros musicais, alturas dos sons do corpo, intensidade, dinâmica, densidade, dentre outros saberes previstos nos documentos curriculares oficiais da Educação do Brasil e do estatuto epistêmico da música.

Em conjunto com cada sequência de imagens para leitura musical por imitação, tem-se, paralelamente, as partituras para leitura tradicional de música, convencionada neste estudo por uma legenda musical.

Ainda é possível, aos que não leem partitura tradicional, a possibilidade de apresentar as escritas tradicionais dos gêneros musicais contemplados no produto educacional *e-book* a algum professor de música, para que esse possa executá-la na percussão corporal e, em seguida, o interessado imita o que apreciou da execução do

professor de música. Após internalizado o gênero musical, o docente pode replicar com os alunos o gênero musical, a pulsação musical e demais saberes, por meio da percussão corporal. De uma forma e/ou outra de leitura musical, o objetivo primordial do produto educacional é democratizar a vivência musical ao bem maior da educação escolar, os alunos.

Destaca-se que sempre será apresentada em evidência (em negrito) o passo a passo da sequência principal basilar de cada gênero musical em questão, a fim de que os interessados consigam executar o gênero musical proposto, tanto por imitação, por meio da leitura por imagens e videoaulas, quanto pela escrita musical tradicional. Desse modo, há a parte principal dos gêneros musicais intitulada nessa pesquisa de base rítmica principal e as demais variáveis do mesmo gênero musical, com outras possibilidades de manulação e digitação percussiva.

Sendo assim, as variáveis da sequência principal basilar de cada gênero musical na percussão corporal mudam, basicamente, a lateralidade de partes do corpo e são apresentadas somente em palavras que se remetem a partes do corpo. Ainda, há uma variável que fica flexível e facultativa ao executante, pode-se em diversos gêneros musicais apresentados no produto educacional, substituir-se o pé (D e/ou E) pelo peito (D e/ou E) e vice-versa ou ainda tocar duas partes do corpo ao mesmo tempo, por exemplo, percute-se no peito e na coxa, simultaneamente, ou no gênero musical samba - modelo 2 (fotografia 16, letra E, p. 146).

Destaca-se que, durante o processo de ensinagem, quando o professor verificar que o aluno se apropriou com fluência de cada padrão de pulsação musical e/ou estrutura rítmica do gênero musical apresentado no produto educacional (e/ou nessa dissertação), recomenda-se que clique no “botão” no *e-book* intitulado “Ouça aqui!”, que o direcionará para uma música “*playback*” ou, ainda, pode ser escolhida, em coletivo entre os alunos e o professor, uma música (obra musical) do gênero musical abordado, para que, em seguida, aplique-se o gênero musical apreendido na percussão corporal em conjunto com a música eleita. Assim, os socioeducandos poderão vivenciar a música, esteticamente.

Para prosseguir, vale destacar que quando não há indicação de lateralidade para tocar uma parte do corpo, o interessado tem autonomia para escolher o lado direito ou esquerdo do corpo para percutir.

Visto o exposto, segue a legenda musical proposta neste trabalho por meio da escrita tradicional de música.

Figura 2 - Legenda de notação musical percussiva convencionada neste trabalho para vivência de gêneros musicais diversos

Legenda de notação musical percussiva



Fonte: Autoria própria (2022)

Partindo desses pressupostos, seguem as atividades teórico-práticas ativas musicais, as quais estão presentes no *e-book* com videoaulas intituladas “Aprenda Percussão Corporal – Educação Musical por meio da Percussão Corporal para alunos em privação de liberdade”, o qual ficará disponível no RIUT da UTFPR Campus Ponta Grossa - Paraná.

Antes da vivência musical das atividades percussivas corporais, aconselha que seja realizado um aquecimento e alongamento corporal e, após as atividades, um alongamento e relaxamento, de forma que se adeque à saúde dos participantes. Para tanto, indica-se recorrer à orientação de profissionais, como: professor de educação física, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, fisiatra, ortopedista, cardiologista, pneumologista, dentre outros profissionais da área.

Além disso, reitera-se que, ao se trabalhar com os alunos que tenham alguma deficiência, limitação corporal psicomotora entre outros casos afins, que não permita e/ou limite o discente de vivência à percussão corporal apresentada, pois é essencial valer-se da flexibilização, diferenciação curricular para esse aluno, de acordo com suas especificações e, em casos delicados, suspender, temporariamente, a atividade prática.

1º Pulsação Musical e Ritmo Musical em 08 toques⁷⁶

Objetivos musicais básicos: fazer aquecimento corporal; realizar uma avaliação diagnóstica do nível de coordenação psicomotora dos alunos; e, identificar o andamento (velocidade) e a complexidade adequados para iniciar o trabalho com os gêneros musicais propostos.

Após a realização desses, ainda é possível avaliar se houve ou não avanços rítmicos corporais, mediante a execução fluente tanto da pulsação musical quanto dos gêneros musicais, por meio da percussão corporal. Além disso, no 2º e 3º pentagramas musicais que se seguem, repete-se a mesma sequência da 1ª pauta musical, só que, ao invés de trabalhar a pulsação musical, trabalha-se o ritmo musical (vide p. 4-5 do *e-book*).

Para a vivência teórico-prática das atividades de pulsação musical e/ou ritmo musical que seguem, deve-se apreciar as videoaulas conjuntamente com a leitura musical pela visualização das sequências de imagens contidas no *e-book* (ou vice-versa). Em seguida, deve-se imitá-las (na sequência) por diversas vezes, mantendo uma regularidade de tempo e andamento (velocidade) até internalizá-las. Indica-se, sempre que possível, pronunciar os sons onomatopaicos de cada parte percutida, simultaneamente, com as percutidas no corpo.

||: Palma, Palma, barriga (D), barriga (E), coxa (D), coxa (E), pé (D) e pé (E) :||⁷⁷

⁷⁶ Sugere-se trabalhar com a música gratuita: Título da Faixa: *Phrase Prant* - artista Josh Pan. *YouTube Studio* - Biblioteca de áudio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yX0h51b2cl8>. Acesso em: 10 de maio 2022.

⁷⁷ *Ritornello* (retorno simples): “É uma barra dupla [...] com dois pontos” (II: :II). Dessa forma, repete o que estiver contido dentro dessas barras com dois pontos. “Indica a repetição do trecho contido entre dois *ritornello* (o trecho será tocado duas vezes). É um sinal que determina a repetição de um trecho musical.” (MED, 1996, p. 237).

Fotografia 2 - Bate palma (A e B). Bate na barriga do lado direito (C). Bate na barriga do lado esquerdo (D). Bate na coxa direita (E). Bate na coxa esquerda (F). Bate o pé direito (H). Bate o pé esquerdo (I)



A)



B)



D)



E)



F)



G)



Fonte: Autoria própria (2022)

Figura 3 - Escrita musical percussiva convencional para vivência da pulsação musical e ritmo musical em 08 toques



Fonte: Autoria própria (2022)

Ainda, pode-se trabalhar a pulsação musical e/ou o padrão rítmico apresentado, anteriormente, de trás para frente, da seguinte forma, **||: pé (D), pé (E), coxa (D), coxa (E), barriga (D), barriga (E), Palma e Palma :||**, dentre outras possibilidades.

2º MÚSICA ELETRÔNICA - *Techno - Dance*⁷⁸

Base rítmica principal

||: Peito (D), Dedos (D), Peito, Mão, Peito (D), Dedos (D), Peito (D), Mão :||

⁷⁸ Aconselha-se trabalhar com a música gratuita: Título da Faixa: *Phrase Prant* - artista Josh Pan. *YouTube Studio* - Biblioteca de áudio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yX0h51b2cl8>. Acesso em: 10 de maio 2022.

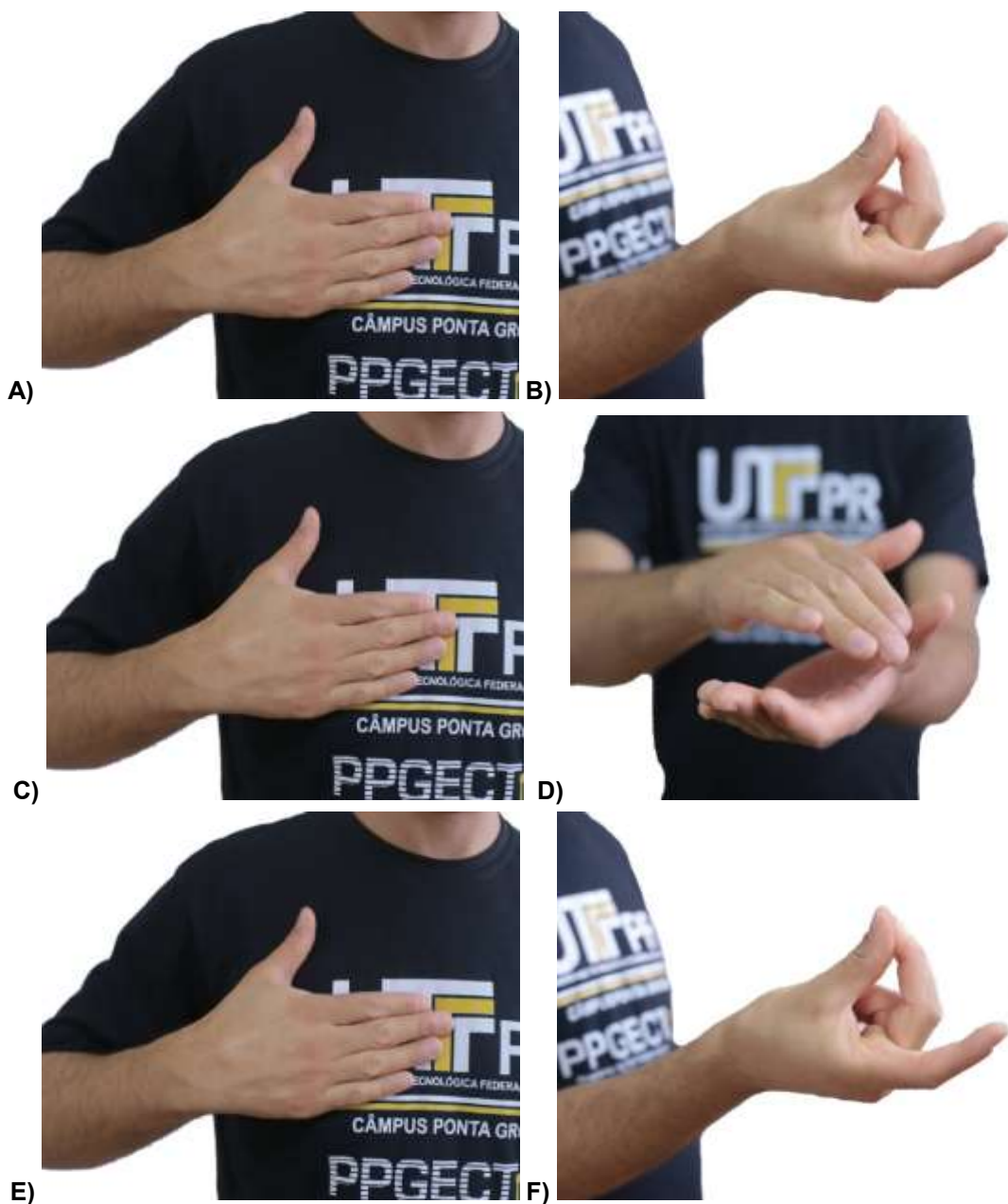
Techno - Dance (variável 1)

||: Peito (E), Dedos (E), Peito, Mão, Peito (E), Dedos (E), Peito (E), Mão :||

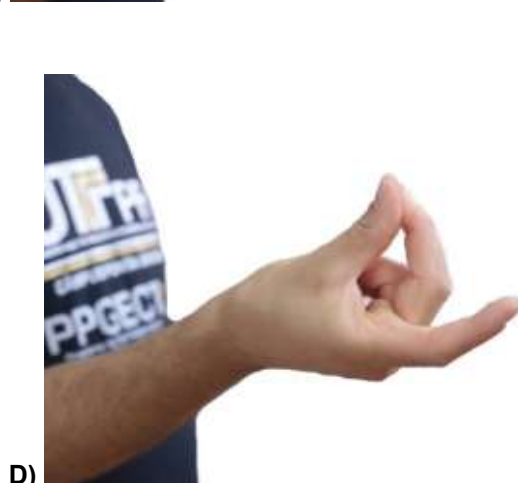
Techno - Dance (variável 2)

||: Peito (E), Dedos (E), Peito, Mão, Peito (D), Dedos (D), Peito (D), Mão :||

Fotografia 3 - Bate no peito (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Bate no peito (C). Bate palma (D). Bate no peito (E). Estalo dos dedos da mão direita (F). Bate no peito (G). Bate palma (H)



Fotografia 4 - Bate no peito (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Bate as mãos (C). Estalo dos dedos da mão direita (D). Bate no peito (E). Bate no peito (F). Bate as palmas das mãos (G). Estalo dos dedos da mão direita (H)



Fotografia 5 - Bate no peito (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Estalo dos dedos da mão esquerda (C). Bate as mãos (D). Estalo dos dedos da mão direita (E). Estalo dos dedos da mão esquerda (F)



A)



B)



C)



D)



E)



F)

Fonte: Autoria própria (2022)



Fonte: Autoria própria (2022)

Figura 7 - Escrita musical percussiva convencionada para vivência da pulsação musical e ritmo musical em 10 toques



Fonte: Autoria própria (2022)

Ainda, pode-se trabalhar a pulsação musical e/ou o padrão rítmico apresentado anteriormente de trás para frente, conforme segue, ||: **Pé (D), Pé (E), Coxa (D), Coxa (E), Barriga (D), Barriga (E), Palma, Palma, Estalo (D), Estalo (E)** :||, dentre outras possibilidades.

6º *RAP*⁸¹ (Ritmo e Poesia)

Base rítmica principal

II: **Coxa (D), Dedos (D), Mão, Coxa (D), Dedos, Coxa (D), Mão** :II

RAP (variável 1)

II: Coxa (E), Dedos (E), Mão, Coxa (E), Dedos, Coxa (E), Mão :II

RAP (variável 2 - toca ao mesmo tempo as duas partes que seguem)

II: Coxa (D), Dedos (D), Mão, Coxa (D), Dedos, Coxa (D), Mão :II

II: Coxa (E), Dedos (E), Mão, Coxa (E), Dedos, Coxa (E), Mão :II

⁸¹ Orienta-se trabalhar com a música gratuita: Título da Faixa: *Cash Machine* – artista Anno Domini Beats. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nalPw6fMmK4>. Acesso em: 10 de maio 2022.

Fotografia 7 - Bate na coxa direita (A). Estalo dos dedos da mão direita B). Bate as mãos (C). Bate na coxa direita D). Estalo dos dedos da mão direita (E). Bate na coxa direita (F). Bate as mãos (G)



A)



B)



C)



D)

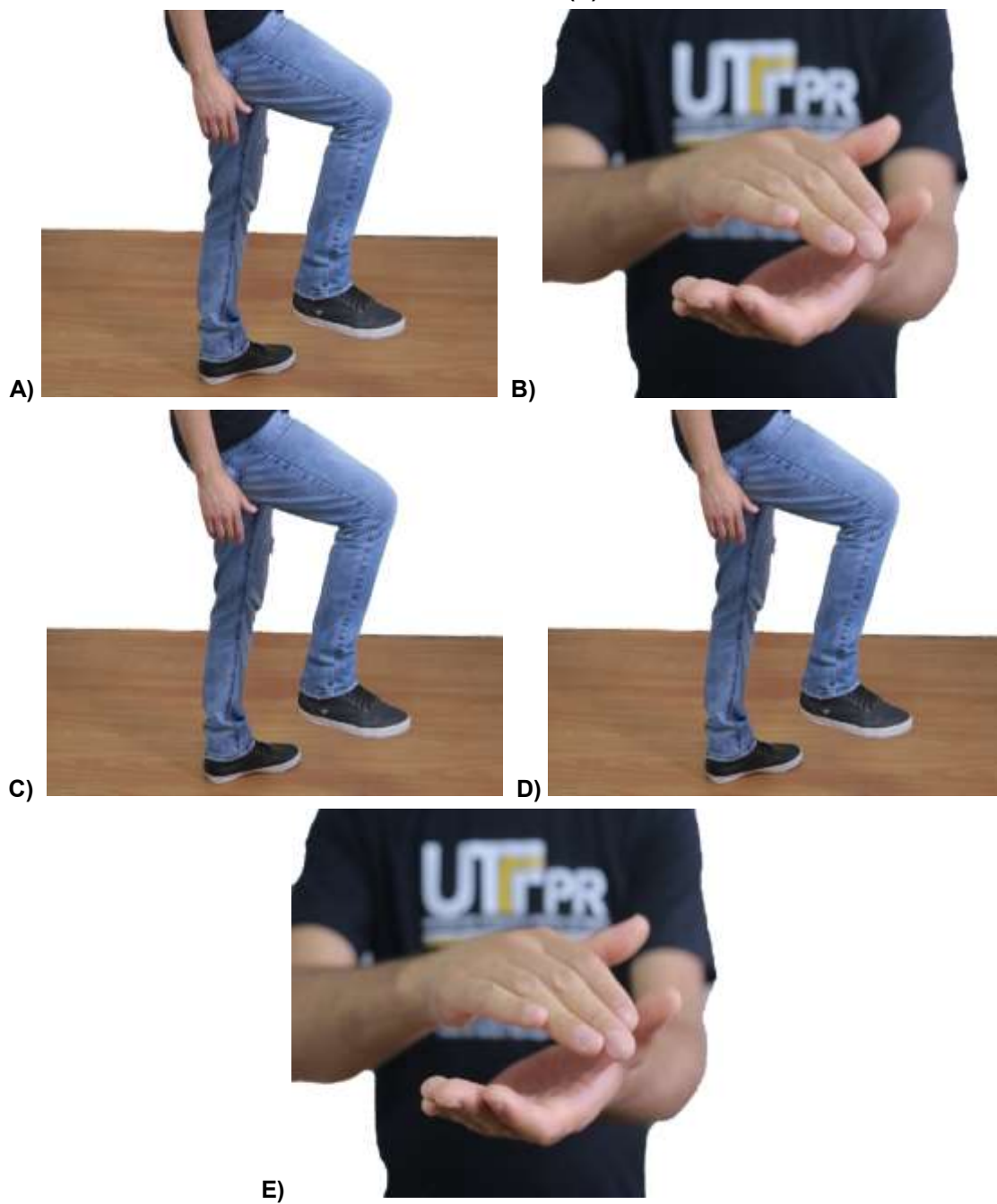


E)



F)

Fotografia 8 - Bate o pé direito (A). Bate as mãos (B). Bate o pé direito (C). Bate o pé direito (D). Bate as mãos (E).



Fonte: Autoria própria (2022)

Figura 9 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical *Pop Rock*



Fonte: Autoria própria (2022)

8º *FUNK*⁸³ N. A⁸⁴

Base rítmica principal

II: Pé (D), Dedos (D), Dedos (E), Mão, Pé (D), Dedos (D), Pé (D), Mão :II

FUNK N. A (Variável 1)

II: Pé (D), Dedos (E), Dedos (D), Mão, Pé (E), Dedos (E), Pé (E), Mão :II

FUNK N. A (Variável 2)

II: Pé (E), Dedos (D), Dedos (E), Mão, Pé (E), Dedos (D), Pé (E), Mão :II

FUNK N. A (Variável 3)

II: Pé (E), Dedos (E), Dedos (D), Mão, Pé (E), Dedos (E), Pé (D), Mão :II

FUNK N. A (Variável 4)

II: Pé (E), Dedos (E), Dedos (E), Mão, Pé (E), Dedos (E), Pé (E), Mão :II

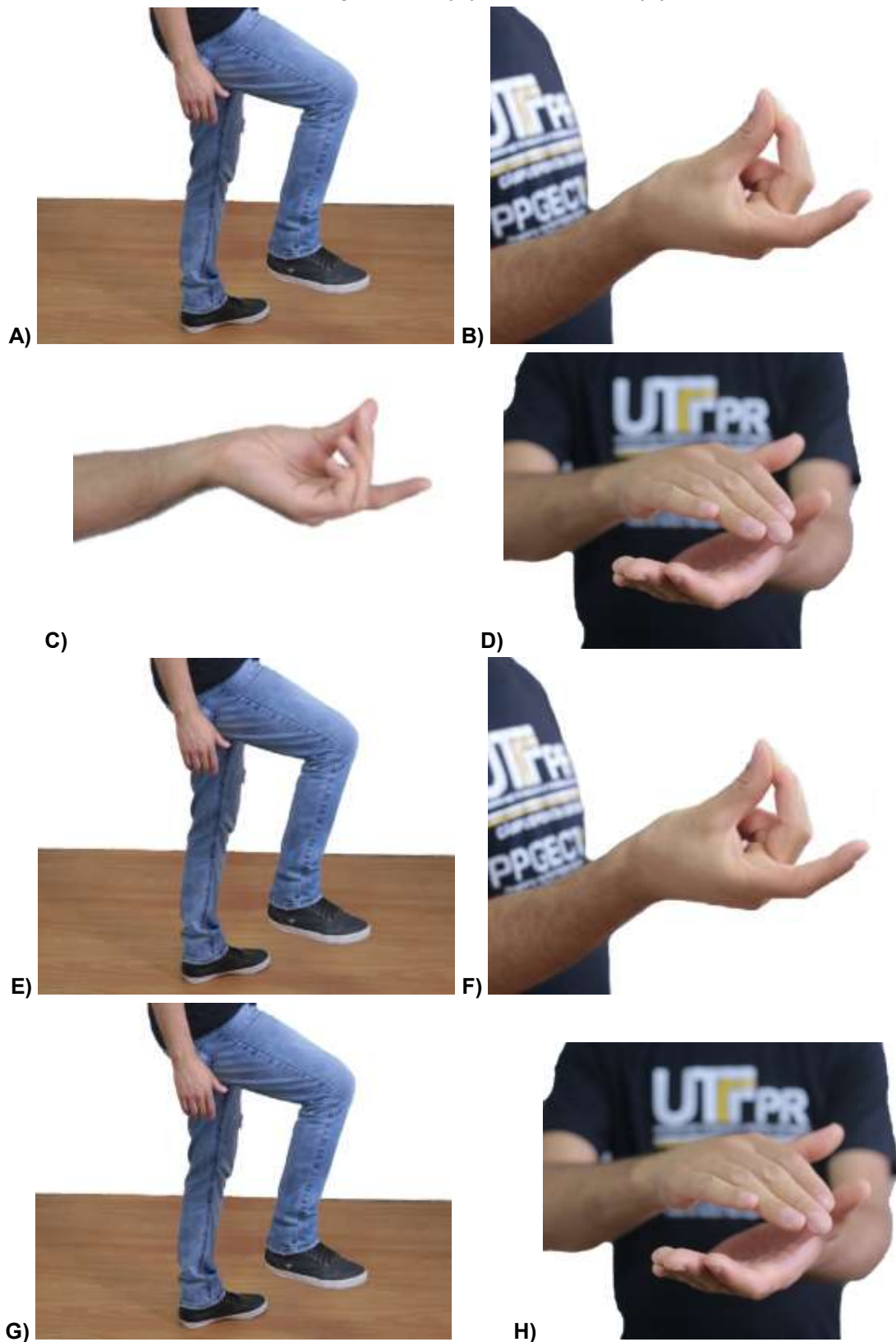
FUNK N. A (Variável 5)

II: Pé (D), Dedos (D), Dedos (D), Mão, Pé (D), Dedos (D), Pé (D), Mão :II

⁸³ Vide história do *Funk* Norte-Americano no Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira.

⁸⁴ Indica-se trabalhar com a Música Gratuita: Título da Faixa: *The Truth* - artista Anno Domini *Beats*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kz7-2wRZVho>. Acesso em: 10 de maio 2022.

Fotografia 9 - Bate o pé direito (A). Estalo dos dedos da mão direita B). Estalo dos dedos da mão esquerda (C). Bate as mãos (D). Bate o pé direito (E). Estalo dos dedos da mão direita (F). Bate o pé direito (G). Bate as mãos (H)



Fonte: Autoria própria (2022)

Figura 10 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical *Funk N. A*



Fonte: Autoria própria (2022)

9º Pulsação Musical e Ritmo Musical em 12 toques

Objetivos musicais básicos: fazer aquecimento corporal; realizar uma avaliação diagnóstica do nível de coordenação psicomotora dos alunos; e, identificar o andamento (velocidade) e a complexidade adequados para iniciar o trabalho com os gêneros musicais propostos.

Após a realização desses, ainda é possível avaliar se houve ou não avanços rítmicos corporais, mediante a execução fluente tanto da pulsação musical quanto dos gêneros musicais, por meio da percussão corporal. Além disso, no 2º e 3º pentagramas musicais que se seguem, repete-se a mesma sequência da 1ª pauta musical, só que, ao invés de trabalhar a pulsação musical, trabalha-se o ritmo musical

||: Bochecha (D), Bochecha (E), Estalo (D), Estalo (E), Palma, Palma, Barriga (D), Barriga (E), Coxa (D), Coxa (E), Pé (D) e Pé (E) :||

Fotografia 10 - Bate na bochecha do lado direito (A). Bate na bochecha do lado esquerdo (B). Estalo dos dedos da mão direita (C). Estalo dos dedos da mão esquerda (D). Bate palma (E). Bate palma (F). Bate na barriga do lado direito (G). Bate na barriga do lado esquerdo (H). Bate na coxa direita (I). Bate na coxa esquerda (J). Bate o pé direito (K). Bate o pé esquerdo (L)



A)



B)





Fonte: Autoria própria (2022)

Figura 11 - Escrita musical percussiva convencional para vivência da pulsação musical e ritmo musical em 12 toques



Fonte: Autoria própria (2022)

Ainda, pode-se trabalhar a pulsação musical e/ou o padrão rítmico apresentado anteriormente de trás para frente, do seguinte modo, ||: **Pé (D), Pé (E), Coxa (D), Coxa (E), Barriga (D), Barriga (E), Palma, Palma, Estalo (D), Estalo (E), Bochecha (D) e Buchecha (E)** :||, dentre outras possibilidades.

10º JAZZ⁸⁵**Base rítmica principal**

||: Peito (D), Dedos (D), Dedos (E), Mão, Peito (D), Peito (D), Dedos (D), Dedos (E), Mão, Peito (D) :||

JAZZ (variável 1)

||: Peito (E), Dedos (D), Dedos (E), Mão, Peito (E), Peito (E), Dedos (D), Dedos (E), Mão, Peito (E) :||

JAZZ (variável 2)

||: Peito (E), Dedos (D), Dedos (E), Mão, Peito (E), Peito (E), Dedos (D), Dedos (E), Mão, Peito (E) :||

JAZZ (variável 3)

||: Peito (E), Dedos (D), Dedos (E), Mão, Peito (E), Peito (D), Dedos (D), Dedos (E), Mão, Peito (E) :||

JAZZ (variável 4)

||: Peito (E), Dedos (D), Dedos (E), Mão, Peito (D), Peito (E), Dedos (D), Dedos (E), Mão, Peito (E) :||

⁸⁵ Orienta-se trabalhar com a música gratuita: Título da Faixa: Título da Faixa: *Lukewarm Hazy* - artista Asher Fulero. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kz7-2wRZVho>. Acesso em: 10 de maio 2022.

Fotografia 11 - Bate no peito do lado direito (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Estalo dos dedos da mão esquerda (C). Bate as mãos (D). Bate no peito do lado direito (E). Bate no peito do lado direito (F). Estalo dos dedos da mão direita (G). Estalo dos dedos da mão esquerda (H). Bate as mãos (I). Bate no peito do lado direito (J)



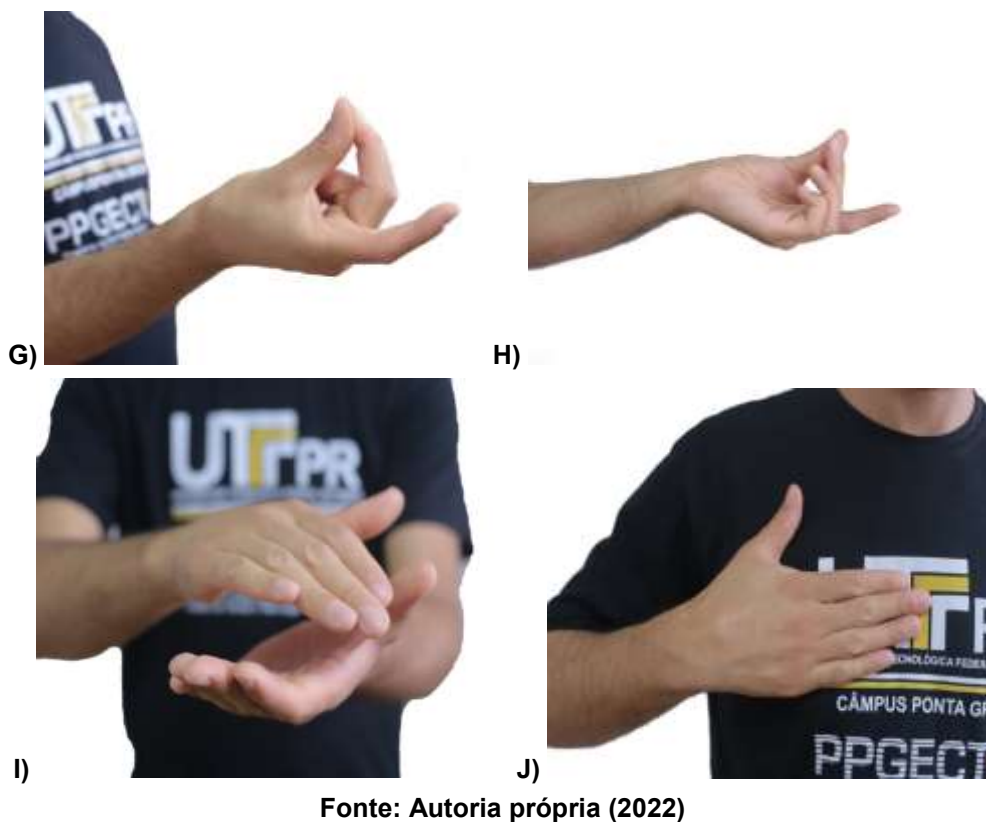


Figura 12 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical Jazz



Fonte: Autoria própria (2022)

11º *Funk*⁸⁶ Brasileiro

Base rítmica principal

II: Peito (D), Palma, Peito (D), Peito (D), Dedos (D), Dedos (E), Palma :II

FUNK Brasileiro (Variável 1)

II: Peito, Palma, Peito (E), Peito (E), Dedos (D), Dedos (E), Palma :II

FUNK Brasileiro (Variável 2)

⁸⁶ Vide história do *Funk* em Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira.

II: Peito, Palma, Peito (D), Peito (E), Dedos (D), Dedos (E), Palma :II

FUNK Brasileiro (Variável 3)

II: Peito, Palma, Peito (E), Peito (D), Dedos (D), Dedos (E), Palma :II

Fotografia 12 - Bate no peito do lado direito (A). Bate as mãos (B). Bate no peito do lado direito (C). Bate no peito do lado direito (D). Estalo dos dedos da mão direita (E). Estalo dos dedos da mão esquerda (F). Bate as mãos (G)



A)



B)



C)



D)



E)



F)



G)

Fonte: Autoria própria (2022)

Figura 13 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical *Funk Brasileiro*

Fonte: Autoria própria (2022)

12º BAIÃO⁸⁷**Base rítmica principal**

||: Peito, Dedos (D), Dedos (E), Peito, Dedos (D), Mão :||

BAIÃO (Variável 1)

||: Peito, Dedos (E), Dedos (D), Peito, Dedos (E), Mão :||

BAIÃO 2

||: Pé (D), Dedos (D), Dedos (E), Pé (D), Dedos (D), Mão :||

⁸⁷ Vide a história do Baião no Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. **Baião**.

BAIÃO 2 (Variável 1)

||: Pé (E), Dedos (E), Dedos (D), Pé (E), Dedos (E), Mão :||

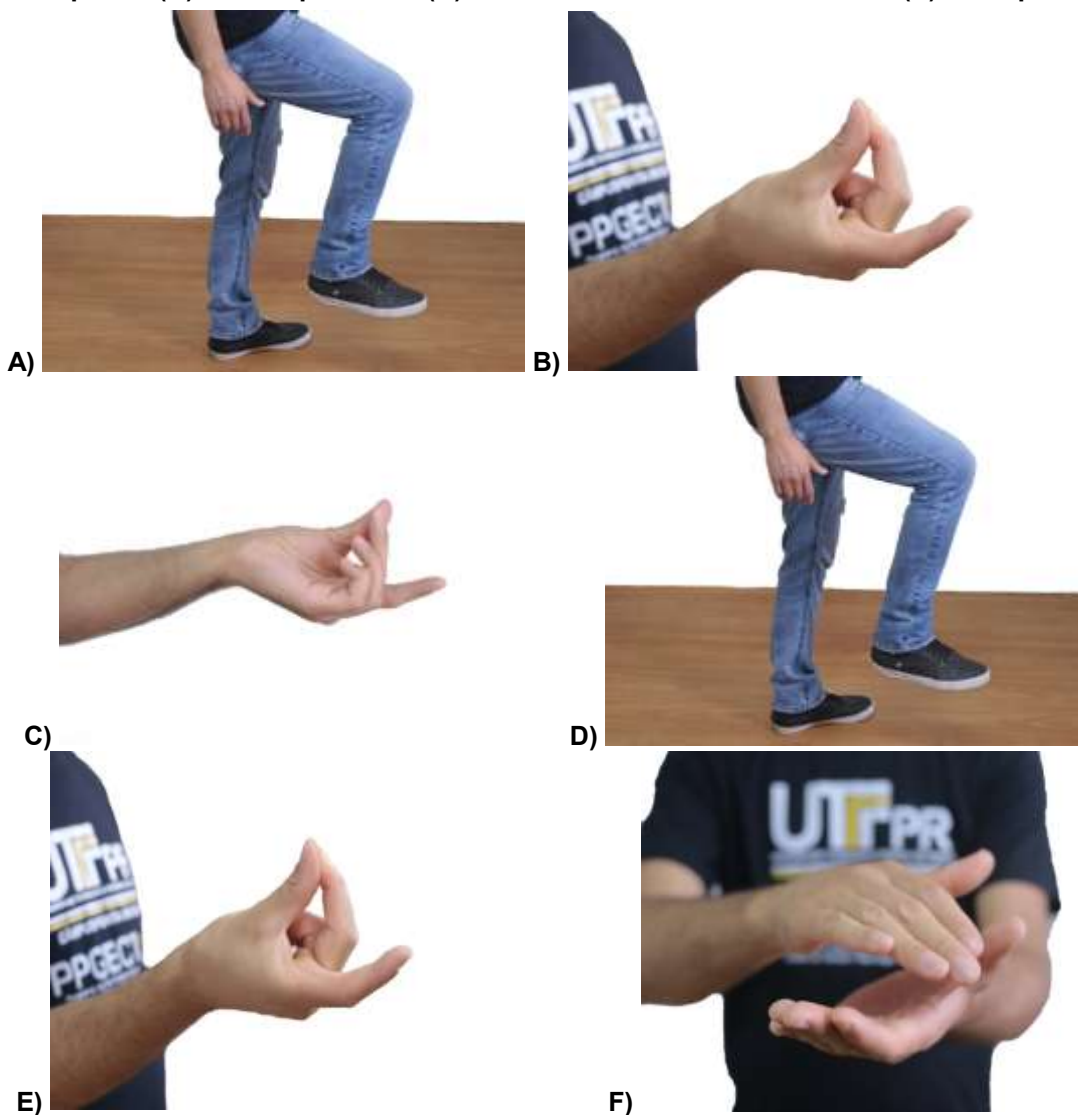
BAIÃO 2 (Variável 2)

||: Pé (E), Dedos (E), Dedos (D), Pé (D), Dedos (E), Mão :||

BAIÃO 2 (Variável 3)

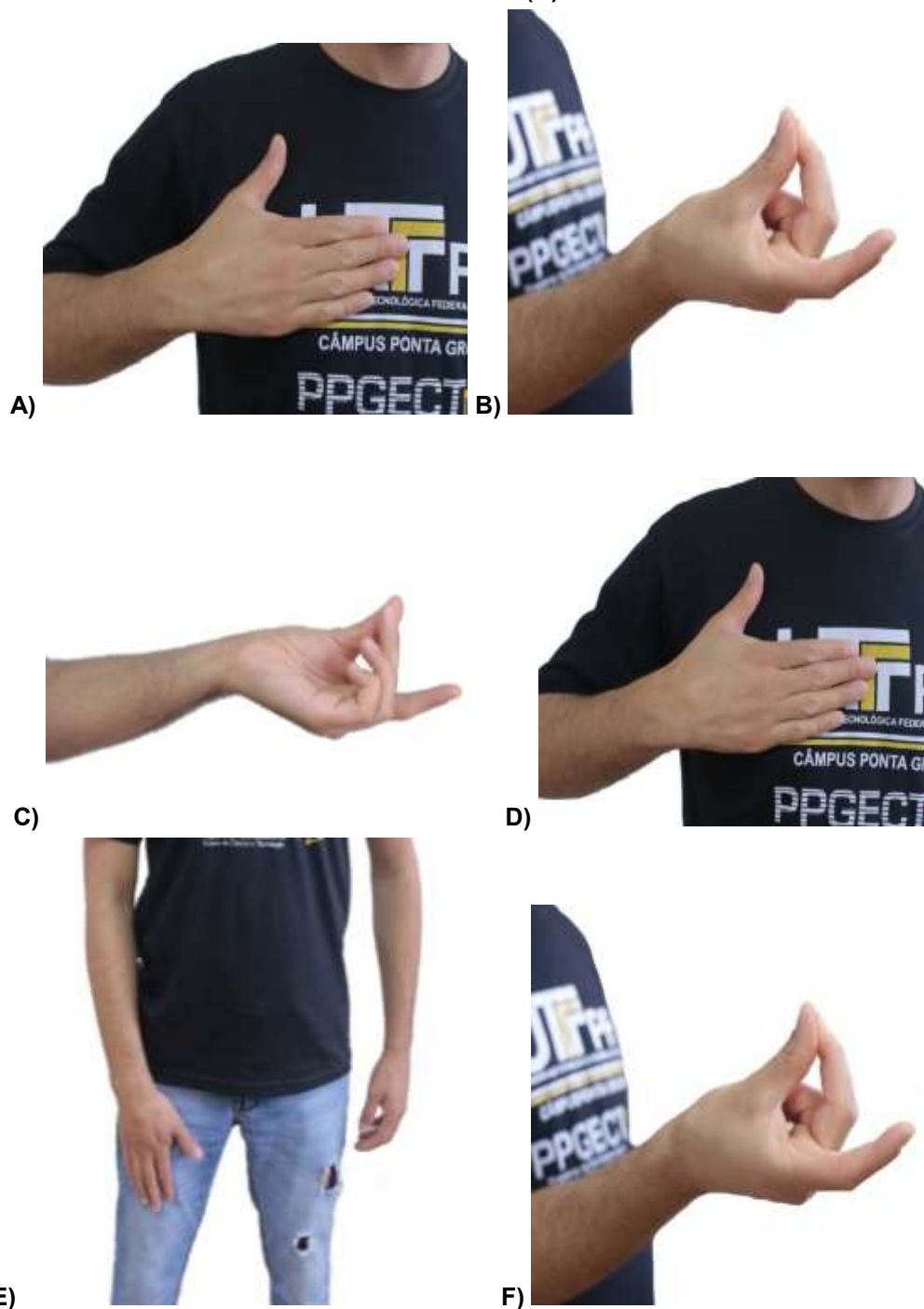
||: Pé (E), Dedos (E), Dedos (D), Pé (D), Dedos (D), Mão :||

Fotografia 14 - Bate o pé direito. (A) Estalo dos dedos da mão direita (B). Estalo dos dedos da mão esquerda (C). Bate o pé direito (D). Estalo dos dedos da mão direita. (E). Bate palma (F).



Fonte: Autoria própria (2022)

Fotografia 15 - Bate no peito do lado direito (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Estalo dos dedos da mão esquerda (C). Bate no peito do lado direito (D). Bate na coxa direita (E) Estalo dos dedos da mão direita (F). Estalo dos dedos da mão esquerda (G). Bate no peito do lado direito (H)





G)



H)

Fonte: Autoria própria (2022)

SAMBA (Modelo 2 - coxa e pé devem ser percutidos juntos como na fotografia 16, letra E. Ver p. 11 do *e-book*).

Base rítmica principal

||: Peito, Dedos (D), Dedos (E), Peito, Coxa (D) Dedos (D), Dedos (E), Peito :||
Pé (D)

SAMBA (Modelo 2 - Variável 1)

||: Peito, Dedos (D), Dedos (E), Peito, Coxa (E) Dedos (D), Dedos (E), Peito :||
Pé (E)

SAMBA (Modelo 2 - Variável 2)

||: Peito, Dedos (E), Dedos (D), Peito, Coxa (D) Dedos (E), Dedos (D), Peito :||
Pé (D)

SAMBA (Modelo 2 - Variável 3)

||: Peito, Dedos (E), Dedos (D), Peito, Coxa (E) Dedos (E), Dedos (D), Peito :||
Pé (E)

Fotografia 16 - Bate no peito direito (A). Estalo dos dedos da mão direita (B). Estalo dos dedos da mão esquerda (C). Bate no peito do lado direito (D). Bate na coxa direita e o pé direito juntos (E). Estalo dos dedos da mão direita (F). Estalo dos dedos da mão esquerda (G). Bate no peito do lado direito (H)



A)



B)



C)



D)



E)



F)



G)



H)

Fonte: Autoria própria (2022)

Figura 16 - Estrutura rítmica de uma das variáveis do gênero musical Samba



Fonte: Autoria própria (2022)

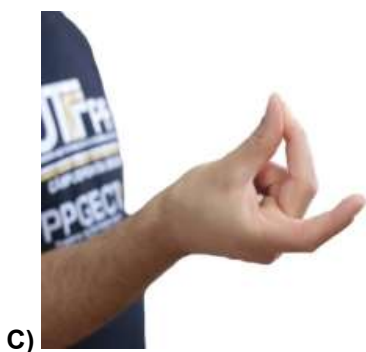
14º Pulsação Musical e Ritmo Musical em 14 toques

Objetivos musicais básicos: fazer aquecimento corporal; realizar uma avaliação diagnóstica do nível de coordenação psicomotora dos alunos; e, identificar o andamento (velocidade) e a complexidade adequados para iniciar o trabalho com os gêneros musicais propostos.

Após a realização desses, ainda é possível avaliar se houve ou não avanços rítmicos corporais, mediante a execução fluente tanto da pulsação musical quanto dos gêneros musicais, por meio da percussão corporal. Além disso, no 2º e 3º pentagramas musicais que se seguem, repete-se a mesma sequência da 1ª pauta musical, só que, ao invés de trabalhar a pulsação musical, trabalha-se o ritmo musical (ver p. 12 do *e-book*).

||: Bochecha (D), Bochecha (E), Estalo (D), Estalo (E), Palma, Palma, Peito (D), Peito (E), Barriga (D), Barriga (E), Coxa (D), Coxa (E), Pé (D) e Pé (E) :||

Fotografia 17 - Bate na bochecha do lado direito (A). Bate na bochecha do lado esquerdo (B). Estalo dos dedos da mão direita (C). Estalo dos dedos da mão esquerda (D). Bate palma (E). Bate palma (F). Bate no peito do lado direito (G). Bate no peito do lado esquerdo (H). Bate na barriga do lado direito (I). Bate na barriga do lado esquerdo (J). Bate na coxa direita (K). Bate na coxa esquerda (L). Bate o pé direito (M). Bate o pé esquerdo (N)





G)



H)



I)



J)



K)



L)



Fonte: Autoria própria (2022)

Figura 17 - Escrita musical percussiva convencional para vivência da pulsação musical e ritmo musical em 14 toques



Fonte: Autoria própria (2022)

Pode-se ainda trabalhar a pulsação musical e/ou o padrão rítmico apresentado anteriormente de trás para frente: ||: **Pé (D), Pé (E), Coxa (D), Coxa (E), Barriga (D), Barriga (E), Peito (D), Peito (E), Palma, Palma, Estalo (D), Estalo (E), Bochecha (D) e Bochecha (E)** :||, dentre outras possibilidades.

Após vivenciar todos os gêneros musicais e exercícios musicais previstos no *e-book* com videoaulas e nesta dissertação, para finalizar as práticas propostas no produto educacional, é essencial os interessados realizarem uma pesquisa sobre outras possibilidades percussivas corporais para criar, recriar, inovar, inventar, improvisar, musicalmente, com o corpo - percussão corporal. Para isso, sugere-se que os professores de Arte estimulem os alunos a criarem (comporem) seu próprio ritmo (rítmica) e/ou improvisarem novas estruturas musicais, tendo como referência os gêneros musicais que foram apresentados.

Para tanto, recomenda-se valer-se das partes do corpo que seguem: boca, língua, lábio, bochecha, mãos, carpo, dedos, ombro, escápula, peito, barriga, quadril e pés. Seguem, ainda, mais algumas indicações de partes do corpo que podem ser usadas nas criações musicais corporais. Essas partes adicionais do corpo apresentam novas possibilidades de altura do som (grave, médio e/ou agudo, se comparado com múltiplos sons além dos apresentados) e/ou timbragem. Essas formas citadas podem ampliar as possibilidades para expressão musical corporal, destacando-se, ainda, que existem muitas outras maneiras de execução (ver p. 13-14 do e-book).

Fotografia 18 - Boca, Língua, Lábio, Bochecha e Mãos





Fonte: Autoria própria (2022)

Fotografia 19 - Ombro, Escápula, Peito e Barriga









Fonte: Autoria própria (2022)

Fotografia 20 - Coxa, Mãos (dianteira e/ou traseira) e Quadril





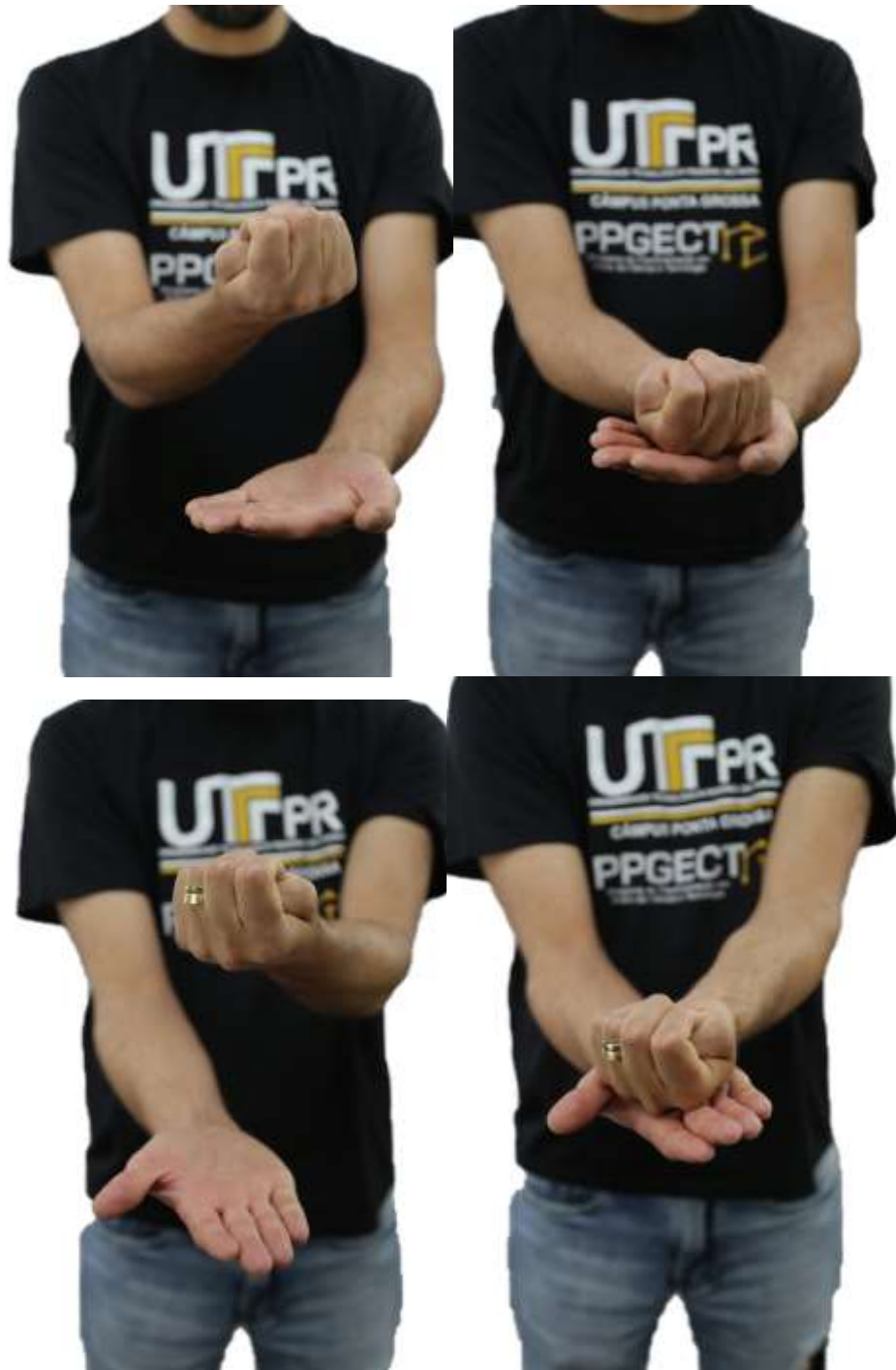




Fonte: Autoria própria (2022)

Fotografia 21 - Mãos (Dianteira e/ou Traseira - Abertas e/ou Fechadas – Esfregadas/Friccionadas)













Fonte: Autoria própria (2022)

Fotografia 22 - Dedos das Mãos





Fonte: Autoria própria (2022)

Fotografia 23 - Pés e Mãos





Fonte: Autoria própria (2022)

Além de o professor de Arte se valer da proposta de Educação Musical por meio da percussão corporal prevista nesta dissertação e no produto educacional - e-

book com videoaulas, ele tem a possibilidade de convidar os socioeducandos para vivenciarem, performaticamente, de forma ativa, todas as sequências de percussão no corpo propostas, em andamento adequado ao coletivo e/ou individual, além de movimentos corporais amplos por parte do professor, para que fique bem evidente para os socioeducandos todo o processo de movimentos corporais necessários para execução do gênero musical abordados. Ainda, deve-se repetir por diversas vezes as sequências de movimentos do gênero musical em estudo, e, dependendo do tempo de aprendizado dos alunos, recomenda-se (sub)dividir a estrutura do gênero musical abordado, a fim de vivenciá-lo em partes, de forma organizada, lenta e gradativa, com vistas a aumentar a progressão da velocidade rítmica e, assim, internalizar o gênero musical visando a um bom rendimento escolar, ao êxito na ensinagem e à aprendizagem.

Cumprida a etapa anterior, aconselha-se que o Professor, ao conduzir a prática musical de percussão corporal em grupo, use uma música⁸⁹ do gênero musical experienciado. Além disso, tendo em vista que o socioeducando precisa somente do seu corpo enquanto instrumento musical, o grupo poderá vivenciar essa prática não somente em sala de aula, mas também nos mais variados espaços e tempos de um CENSE. Com isso, o socioeducando poderá criar novas células rítmicas, com dinâmica, acentos musicais e outros elementos da composição musical e, ao retornar à sala de aula, poderá socializá-la para o coletivo, como apreciação e fruição a sua criação (composição) musical. Ainda nessa seara, o professor pode fazer um desafio entre todos os envolvidos no processo educativo, valendo-se da estratégia de eco rítmico corporal, com as palmas das mãos, entre outras possibilidades de partes do corpo. Isto é, um aluno de cada vez cria e executa uma sequência rítmica, feito isso, os demais, de forma organizada em grupo e/ou individual, imitam o que escutaram, e assim por diante.

Acredita-se que esta proposta atenda ao previsto nos documentos norteadores do currículo escolar brasileiro e, de modo geral, do contexto social, histórico, cultural dos socioeducandos que estão em privação de liberdade. Dessa forma, essa proposição pode ter significado, sentido e significação musical para os alunos, pois estabelece relação com suas vivências por intermédio de gêneros

⁸⁹ Utilize a música “*playback*” do *e-book* e/ou Previamente escolhida de modo dialógico em grupo.

musicais comuns aos adolescentes e, ainda, atende às peculiaridades dos espaços e tempos de Centros de Socioeducação.

Visto isso, é possível ampliar a complexidade do uso de cada gênero musical aprendido por meio da percussão corporal, alterando, omitindo e complementando sons, batidas, além de, paralelamente, a execução da percussão corporal, cantar, fazer rimas similares às usadas nos gêneros musicais *RAP*, embolada, repente ou uma fusão de gêneros musicais. Ademais, pode-se utilizar a percussão vocal⁹⁰ (*beatbox*), a improvisação pelo cantar vocalizando *scat* rítmico, movimentando-se, andando, dançando, ainda abordar novos gêneros musicais na percussão corporal, tudo isso com sensibilidade aos movimentos corporais naturais como brincante de um jogo de brincar musical.

Tendo em vista todo percurso de investigação, compreende-se que o subsídio fornecido pelos autores e os elementos extraídos das expressões dos participantes voluntários forneceram subsídios para algumas considerações, visando-se mobilizar a motivação de outros pesquisadores em pensar problemas de pesquisa que gerem frutos que possam em alguma medida colaborar com o transformar, ressignificar e humanizar dos socioeducandos que estão em privação de liberdade e de todos os envolvidos no processo da socioeducação.

Por fim, enfatiza-se que o produto educacional – *e-book* com videoaulas de Educação Musical por meio da percussão corporal pela Rítmica por abordagem por imitação e em uma linguagem intuitiva para alunos que estão em privação de liberdade - foi validado como material e recurso didático pedagógico de Educação Musical por uma expertise, uma professora doutora na área de Música - Educação Musical, Avaliadora do MEC, com dois Pós-Doutorados em Educação, Maestrina e Diretora de um Instituto de Música e Arte. Além do mais, ela atua como Professora de Educação Musical na socioeducação em privação de liberdade. Para esse processo, valeu-se de uma Ficha de Validação do Produto Educacional com critérios (Anexo E), mediante a qual considerou o produto educacional validado – aprovado para os objetivos propostos.

⁹⁰ O som e a música são executados pela voz humana que se utiliza de boa parte do aparelho fonador humano para sua prática percussiva vocal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em se considerando qual o (re)direcionamento da ação pedagógica de professores de Arte que se torna necessário para atender as competências do ensino de música em consonância com o protocolo de segurança de CENSEs, teve-se como hipótese que a elaboração de um material didático pedagógico sobre a percussão corporal como instrumento musical pode ser usado para ensinagem dos saberes do estatuto epistêmico da música a serem trabalhados por professores de Arte em suas mediações com alunos da escola em CENSEs.

Para isso, ao perquirir os limites e as possibilidades de aportes teóricos metodológicos em Educação Musical voltados para professores de Arte, tendo em vista o protocolo de segurança de CENSE. Para esse objetivo, aplicou-se um questionário com os professores de Arte atuantes no Sistema Socioeducativo do Paraná e, de forma paralela, realizou-se uma sondagem nos sites e páginas das políticas públicas educacionais para alunos que estão em privação de liberdade. Assim, evidenciou-se que são ínfimos os materiais e recursos didáticos enquanto apoio pedagógico aos professores de Arte atuantes na socioeducação em privação de liberdade.

Visto esse fato, elaborou-se uma proposta de material de Educação Musical para as ações dos professores de Arte atuantes em CENSEs, a qual foi apresentada aos participantes e identificou-se pontos de congruência de aportes teóricos metodológicos em Educação Musical a partir da percepção de professores pesquisados na proposta preliminar de Educação Musical para CENSEs. Considerando-se algumas impressões dos voluntários, realizaram-se alguns redimensionamentos no material apresentado. Após isso, foi apresentado o material didático de Educação Musical por meio da percussão corporal preliminar aos professores pesquisados, os quais avaliaram sua aplicabilidade e, a partir das expressões dos participantes, entendeu-se que é uma proposição válida para socioeducação em privação de liberdade.

De posse dos elementos das respostas dos pesquisados, foi elaborado um produto educacional final - *e-book* com videoaulas enquanto recurso didático pedagógico de Educação Musical com sugestões para professores de Arte atuantes

com alunos socioeducandos, sendo esse validado por expertise da área de Educação Musical.

Tendo em vista todo o percurso dessa investigação e o subsídio e os dados obtidos durante a investigação, aliado ao embasamento teórico-metodológico, constatou-se que a proposição do produto educacional – *e-book* com videoaulas de Educação Musical por meio da percussão corporal com abordagem por imitação pela Rítmica em uma linguagem intuitiva para alunos que estão em privação de liberdade, pode ser usado por professores de Arte em suas mediações para ensinagem dos saberes do estatuto epistêmico da música com esses alunos.

Conclui-se que a percussão corporal pode contribuir, musicalmente, para o ensino de música na socioeducação, pois, a partir da expressão dos participantes, interpreta-se que o conteúdo apresentado no produto educacional dialoga com a realidade do socioeducando. A esse respeito, o material alcançou o defendido por Freire (1980, p. 33-34), com relação ao respeitar e atender a realidade do aluno além de, possivelmente, colaborar musicalmente com sua formação.

Verificou-se a necessidade de avanços de pesquisa na área de Educação Musical em espaços de privação de liberdade. Nesse sentido, tem-se algumas hipóteses a serem pensadas e, talvez, investigadas: o produto educacional elaborado nessa pesquisa pode colaborar de alguma forma com outras modalidades da Educação Básica?; Pode contribuir para área de conhecimento da dança na perspectiva da Arte e/ou da Educação Física?; Pode ajudar na área da saúde em algum processo terapêutico relacionado à psicomotricidade dentre outras?; e, E para pessoas com necessidades especiais, esse produto possui alguma relevância?

Ainda, nesse sentido, se se fizer a análise comparada do ensino e/ou aprendizagem tradicional de música e as metodologias ativas em música, quanto tempo seria necessário para alfabetizar, musicalmente, um socioeducando mediante os símbolos, códigos tradicionais de escrita musical tradicional, para que ele, iniciante na música, consiga ler e executar na percussão corporal com fluência as estruturas rítmicas dos gêneros musicais de Samba, *Reggae*, *Funk*, *Jazz*, dentre outras apresentadas nesta dissertação e no produto educacional?

Ao prestar contas dessa pesquisa de modo geral, considera-se que ela respondeu ao problema desta pesquisa e à hipótese, além de que atendeu os objetivos propostos. Dessa forma, conclui-se que pode colaborar com a Educação

Musical, para o ensino de Arte, em geral, e para a formação e desenvolvimento dos socioeducandos.

Por fim, entende-se que a educação escolar é um direito garantido à socioeducação em privação de liberdade, todavia, é urgente haver mais investigações científicas que visem colaborar com essa lacuna de materiais e recursos didáticos pedagógicos em Educação Musical, além da produção desses por parte das políticas públicas do Governo Federal e Estadual.

REFERÊNCIAS

BARBA, Fernando; Núcleo Educacional Barbatuques. **O corpo do som: experiências do Barbatuques. Música na Educação Básica**. Brasília, 2013.

Disponível em:

http://www.abemeducacaomusical.com.br/revista_musica/ed5/artigo3.pdf. Acesso em: 4 mar. 2021.

BIBLIOTECA de áudio/efeitos sonoros e músicas do *YouTube Studio*. Disponível em: <https://studio.youtube.com/channel/UCqFxFxHxvJhvvr5o-KTpmBvcA/music>.

Acesso em: 9 abr. 2021.

BIBLIOTECA de áudio da plataforma *YouTube*. Música Gratuita: Título da Faixa: *Bubble Bath* - artista *The Green Orbs*. *YouTube Studio* - Biblioteca de áudio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tKd6-lLcsRo>. Acesso em: 10 de maio 2021.

BIBLIOTECA de áudio da plataforma *YouTube*. Música Gratuita: Título da Faixa: *Cash Machine* – artista *Anno Domini Beats*. *YouTube Studio* - Biblioteca de áudio. <https://www.youtube.com/watch?v=naIPw6fMmK4>. Acesso em: 10 de maio 2021.

BIBLIOTECA de áudio da plataforma *YouTube*. Música Gratuita: Título da Faixa: *Cattle* - artista *Delicate Steve*. *YouTube Studio* - Biblioteca de áudio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-ln-96CSjjo>. Acesso em: 10 de maio 2021.

BIBLIOTECA de áudio da plataforma *YouTube*. Música Gratuita: Título da Faixa: *Lukewarm Hazy* - artista *Asher Fulero*. *YouTube Studio* - Biblioteca de áudio. <https://www.youtube.com/watch?v=kz7-2wRZVho>. Acesso em: 10 de maio 2021.

BIBLIOTECA de áudio da plataforma *YouTube*. Música Gratuita: Título da Faixa: *Phrase Prant* - artista *Josh Pan*. *YouTube Studio* - Biblioteca de áudio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yX0h51b2cl8>. Acesso em: 10 de maio 2021.

BAIÃO. Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. **Baião**. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/termo/baiao/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BIBLIOTECA de áudio da plataforma *YouTube*. Música Gratuita: Título da Faixa: *Seasons* - artista *Delicate Steve*. *YouTube Studio* - Biblioteca de áudio. <https://www.youtube.com/watch?v=8c-McuPq90o>. Acesso em: 10 de maio 2021.

BIBLIOTECA de áudio da plataforma *YouTube*. Música Gratuita: Título da Faixa: *The Truth* - artista *Anno Domini Beats*. *YouTube Studio* - Biblioteca de áudio. <https://www.youtube.com/watch?v=kz7-2wRZVho>. Acesso em: 10 de maio 2021.

BIBLIOTECA Nacional do Brasil - **Acervo Digital**. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BIBLIOTECA Nacional do Brasil. Disponível em: <https://www.bn.gov.br>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BRASIL. **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal:** recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>. Acesso em: 4 nov. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 out. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 4.547, de 22 de maio de 1922.** Mantém a autorização conferida ao Governo pelo art. 3º, n. 1, da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, alterando-se, porém, as letras a e e. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4547-22-maio-1922-568269-publicacaooriginal-91652-pl.html#:~:text=estabelecer%20recurso%20de%20appella%C3%A7%C3%A3o%2C%20s%C3%B3mente,se%20as%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20em%20contrari>o. Acesso em 12 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.** Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em 12 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 4.242, de 05 de janeiro de 1921.** Fixa a despesa geral da Republica Dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1921. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4242&ano=1921&ato=1b50zYU9UNJpWTa3b>. Acesso em 12 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964.** Criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 5 jan. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 5 jan. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 4 out. 2018.

BRASIL. **Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 9 ago. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 abr. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 10 jun 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Socioeducação**. Brasília: MEC; 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília: MEC; SEB, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 1/2021, aprovado em 18 de março de 2021**. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 6 [...]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=180911-pceb001-21&category_slug=abril-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 13 de maio de 2016a**. Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Brasília: CNE; CEB, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **O Senado na história do Brasil**. v. 2. Brasília: Senado Federal, 2016b. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/514443/001078037_Arquivo_S_v2.pdf?sequence=8&isAllowed=y. Acesso em: 6 nov. 2020.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

CHAPMAN, Gary. **As 5 linguagens do amor**. 3. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2013.

CIDADE de Deus. Direção: Fernando Ferreira Meirelles. Produtora: Globo Filmes. Entertainment. 2002. 130 min. Som. Cor.

CONTADOR de histórias, O. Direção: Luiz Villaça. Produtora: Warner Bros. Entertainment. 2009. 110 min. Som. Cor.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Pedagogia da presença: da solidão ao encontro**. 2. ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

DAMON, Anne. **'Aqwaqyam ou la danse des cieux**. Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 2006.

FIALHO, Vania Malagutti; ARALDI, Juciane. Maurice Martenot: educando com e para a música. *In*: MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz (Orgs.). **Pedagogias em Educação Musical**. Curitiba: Intersaberes, 2011. p. 157-184.

FILHOS de Bach - Bach in Brazil. Direção: Ansgar Ahlers. 2014. 90 min. Som. Cor.

FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 8ª. Ed., **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 51ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRUNGILLO, Mário D. **Dicionário de percussão**. - São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

FUNK Norte-Americano. Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. **Funk Norte Americano**. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/termo/funk/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FURLAN, Lenita Portilho; FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. O processo inicial do desenvolvimento da habilidade de leitura e escrita musical: um paralelo com a psicogênese da língua escrita. *In* SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 15., 2005, **Anais [...]**, 2005.

GALIAZZI, Maria do Carmo; SOUSA, Robson Simplicio de. O fenômeno da descrição na análise textual discursiva: a descrição fenomenológica como desencadeadora do metatexto. **VIDYA**, v. 41, n. 1, p. 77-91, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GORDON, Edwin. **Teoria de aprendizagem musical**: competências, conteúdos e padrões. Lisboa: Serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

GRUPO brasileiro Barbatuque (orquestra corporal). Disponível em: <http://www.barbatuques.com.br>. Acesso em: 7 dez. 2021.

GRUPO brasileiro Tiquequê. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/grupotiqueque>. Acesso em: 7 dez. 2021.

GRUPO colombiano *Tekeyé*. Disponível em: <https://tekeye.net/US/Crew.php>. Acesso em: 7 dez. 2021.

GRUPO turco *kekeça*. Disponível em: <https://www.kekeca.net>. Acesso em: 7 dez. 2021.

GRUPO israelense *Mayumana*. Disponível em: <https://www.mayumana.com/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GRUPO sérvio *Alice in WonderBand*. Disponível em: <https://aliceinwonderband.com/?lang=en>. Acesso em: 12 dez. 2021.

GRUPO norte-americano *STEP Afrika*. Disponível em: <https://www.stepafrika.org>. Acesso em: 7 dez. 2021.

GRUPO inglês *STOMP*. Disponível em: <https://stomponline.com/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ILARI, Beatriz. Shinichi Suzuki: a educação do talento. *In*: MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz (Orgs.). **Pedagogias em Educação Musical**. Curitiba: Intersaberes, 2011. p. 185-218.

JORNAL Correio da Manhã. **Brutalizado dentro de um xadrez, na Central de Polícia**. Ano XXV, edição 9581, página 02, datado de 18 de abril de 1926, na coluna textual esquerda. Republicado pela Biblioteca Nacional do Brasil - Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=25196. Acesso em: 4 dez 2021.

JORNAL Correio da Manhã. **Juízo de menores**. Correio da Manha, ano XXV, edição 9559, página 04, datado de 24 de março de 1926, na quinta coluna textual central superior. Republicado pela Biblioteca Nacional do Brasil - Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=24846. Acesso em: 4 dez 2021.

JORNAL Correio da Manhã. **O caso do menor recolhido a um xadrez da Central de Polícia**. Ano XXV, edição 9562, página 03, datado de 27 de março de 1926, na sétima coluna textual esquerda inferior. Republicado pela Biblioteca Nacional do Brasil - Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=25196. Acesso em: 4 dez 2021.

JORNAL do Brasil. **Caso Bernardino**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.jb.com.br/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

JORNAL O Globo. **Matéria “Dentro de um xadrez - Um menino de 12 anos brutalizado por 20 bandidos. A vítima foi para a Santa Casa”**. Caderno da Edição de 20 de Março de 1926, Matutina, Geral, página 6, coluna textual esquerda do acervo digital. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=192019260320>. Acesso em: 4 dez 2021.

JORNAL O Globo. **Matéria “Dentro de um xadrez - Um menino de 12 anos brutalizado por 20 bandidos. A vítima foi para a Santa Casa”**. Caderno da Edição de 20 de Março de 1926, Matutina, Geral, página 6, matéria na coluna textual

esquerda do acervo digital. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=&ordenacaoData=relevancia&allwords=brutalizado&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1920&anoSelecionado=1926&mesSelecionado=3&diaSelecionado=>. Acesso em: 4 dez 2021.

JORNAL O Imparcial. **Brutalizado num xadrez da polícia? Serão verdadeiras as declarações do menor? É' o que apura o inquerito, ontem, quasi coñcluído.** Ano XV, edição 4550, página 16, datado de 18 de abril de 1926. Republicado pela Biblioteca Nacional do Brasil - Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=107670_02&pagfis=26637. Acesso em: 4 dez 2021.

JORNAL O Jornal. **Um menor de 11 anos mettido no xadrez da Central!** Ano VIII, edição 2253, página 05, datado de 18 de abril de 1926, na coluna textual central superior. Republicado pela Biblioteca Nacional do Brasil - Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pagfis=25370. Acesso em: 4 dez 2021.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação em espaços de restrição e privação de liberdade no brasil: perspectivas e concepções. **Pedagógica: Revista do programa de Pós-graduação em Educação - PPGE**, v. 16, n. 32, p. 191-206, 2014.

LUEDEMANN, Cecília da Silveira. **Anton Makarenko: vida e obra: a pedagogia na revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2002.

LUZ de fogo (Firelight). Direção: Darnell Martin. 2012. 96 min. Som. Cor.

MAKARENKO, Anton Semionovich. **Poema pedagógico.** São Paulo: 34, 2005.

MANDELA, Nelson. **Longa caminhada até a liberdade.** Curitiba: Nossa Cultura, 2012.

MARIANI, Silvana. Émile Jaques-Dalcroze: a música e o movimento. *In*: MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz (Orgs.). **Pedagogias em Educação Musical.** Curitiba: Intersaberes, 2011. p. 25-54.

MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. Método Delphi: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. **Pro-Posições**, v. 29, p. 389-415, 2018.

MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz. (Orgs.). **Pedagogias brasileiras em Educação Musical.** Curitiba: Intersaberes, 2016. (Série Educação Musical).

MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz. (Orgs.). **Pedagogias em Educação Musical.** Curitiba: Ibpex, 2011. (Série Educação Musical).

MED, Bohumil, **Teoria da música** / Bohumil Med. - 4. ed. rer. e ampl. -- Brasília, DF:

Musimed, 1996.

MERRIAM, Alan Parkhurst. **The anthropology of music**. Evanston: Northwestern University Press, 1964.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí (RS): Ed. Unijuí, 2020. (Coleção educação em ciências). *E-book*.

MUHAMMAD, Kenny. **Orquestra humana do beatboxers**. Disponível em: <https://www.humanbeatbox.com/beatboxers/kenny-muhammad>. Acesso em: 7 dez. 2021.

NOVAK; Patrícia; DEA, Tellma Suckow Leal. **Fandango Paranaense da Ilha dos Valadares: uma manifestação caiçara**. Curitiba: Imprensa oficial, 2005.

OLIVER Twist. Direção: Roman Polanski; Robert Benmussa e Alain Sarde. 2005. 130 min. Som. Cor.

PALHEIROS, Graça Boal. Metodologias e investigação sobre o ensino do ritmo. **Revista de Educação Musical**, Lisboa, n. 103, p. 4-9, 1999.

PALHEIROS, Graça Boal; BOURSCHEIDT, Luis. Jos Wuytack: a pedagogia musical ativa. *In*: T. MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz (Orgs.). **Pedagogias em Educação Musical**. Curitiba: IBPE, 2012. p. 305-349.

PANSICA, Rafael Rocha et al. **Laboratório Intuitivo: da força transformadora da música de Hermeto Pascoal**. 2022.

PARANÁ. **Cadernos de Socioeducação: rotinas de segurança**. 2. ed. Curitiba: Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, 2018.

PARANÁ. Instituto de Ação Social do Paraná. **Compreendendo o adolescente**. Cadernos do IASP. Curitiba, 2006b.

PARANÁ. Instituto de Ação Social do Paraná. **Rotinas de segurança**. Cadernos do IASP. Curitiba, 2006a.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. **Departamento de Atendimento Socioeducativo - DEASE**. Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/Socioeducacao>. Acesso em: 22 fev. 2021.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. **RESOLUÇÃO Nº 265/2021 – SEJUF** de 24 de novembro de 2021. Anexo I - Código de Normas e Procedimentos do Atendimento nas Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Criança e da Juventude. **Rotinas de segurança**. 2. ed. Curitiba: Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 2010. (Cadernos de Socioeducação; v. 4).

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Departamento de Educação de Jovens e Adultos, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. **Diretrizes Curriculares Orientadoras de Arte para a Educação Básica**. Curitiba: Departamento de Educação Básica, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. **Livro Didático Público do Paraná**. Vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006c. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>. Acesso em: 18 março. 2021.

PARANÁ. Secretaria De Estado da Educação do. **Programa de Educação na Socioeducação - PROEDUSE**. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1671.in>. Acesso em: 22 fev. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. **Programa de Educação nas Unidades Socioeducativas**. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1671>. Acesso em: 22 fev. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. **Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações**. Curitiba: Departamento de Educação Básica, 2018.

PAREJO, Enny. Edgar Willems: um pioneiro da Educação Musical. *In*: MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz (Orgs.). **Pedagogias em Educação Musical**. Curitiba: Ibpex, 2011. p. 89-123.

PAZ, Ermelinda A. **Pedagogia Musical Brasileira no Século XX**. Metodologias e tendências. 2ª Edição. Revista aumentada. Brasília: editora Musimed, 2013.

PENNA, Maura. **Construindo o primeiro projeto de pesquisa em educação e música**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

Pixote: A Lei do Mais Fraco. Direção: Héctor Babenco. Produtora: Unifilm. 1980. 128 min. Som. Cor.

POLLAK, Max. Disponível em: <http://www.rumbatap.com>. Acesso em: 7 dez. 2021.

RAMOS, Roberto Carlos. **A arte de construir cidadãos: as 15 lições da pedagogia do amor**. São Paulo: Celebris, 2004.

RAZSL, Charles. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/biqueco70>. Acesso em: 7 dez. 2021.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROMANELLI, Guilherme. Antes de falar as crianças cantam! Considerações sobre o ensino de música na educação infantil. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 17, nº 3. p. 61-71, set./ dez. 2014.

ROSA e Momo (La Vita Davanti a Sé). Direção: Edoardo Ponti. 2020. 94 min. Som. Cor.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. Editora Agora, 2006.

SAMBA. Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. **Samba**. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/termo/samba/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SALLES FILHO, Nei Alberto. **Cultura de Paz e Educação para a Paz: Olhares a partir da complexidade**. Papyrus Editora, 2019.

SANTOS, M. L.; GOMIDE, PIC. Justiça restaurativa na escola. **Aplicação e avaliação do programa**. Curitiba: Juruá Ed, 2014.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente e responsabilidade penal: da indiferença à proteção integral**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

SCHAFER, R. Murray. **Educação sonora 100 exercícios de escuta e criação de sons**. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

SCHAUER, M.; NEUNER, F.; ELBERT, T. Terapia de Exposição Narrativa: um tratamento breve para transtornos de estresse traumático. Tradução de Cecilia Bartalotti; Revisão técnica: Fernanda Serpeloni. 1ª edição. São Paulo: Hogrefe, 2021. Tradução de: Narrative exposure therapy: A short-term treatment for traumatic stress disorders. Boston: Hogrefe Publishing, 2011.

Sementes Podres (Mauvaises Herbes). Direção: Kheiron. Produtora: Unifilm. 2018. 105 min. Som. Cor

SEJUF (Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Governo do Paraná). **Mapa da Rede de Atendimento Socioeducativo do Paraná - CENSEs**. Curitiba: SEJUF, 2022. (Material recebido via mensagem eletrônica).

SILVA JUNIOR, Severino Domingos da; COSTA, Francisco José. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion. **PMKT - Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, v. 15, n. 1-16, p. 61, 2014.

SILVA, Roberto da. **Didática no cárcere II: entender a natureza para entender o ser humano e seu mundo.** São Paulo: Giostri, 2018.

SILVA, Roberto da. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

SILVA, Sandy. Disponível em: <https://www.sandysilvadance.com>. Acesso em: 7 dez. 2021.

SILVA, Walênia Marília. Zoltán Kodaly: alfabetização e habilidades musicais. *In:* MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz (Orgs.). **Pedagogias em Educação Musical.** 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2011.

SLAMMIM Body Band. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/BodyMusicFestival2>. Acesso em: 7 dez. 2021.

SWANWICK, Keith. **A Basis for music education.** London: Routledge, 1979.

SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente.** São Paulo: Moderna, 2003.

SWANWICK, Keith. **Música, mente e educação.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TOZETTO, Henriqueta Kubiak. **A educação musical: a atuação do professor na educação infantil e séries iniciais.** Curitiba: UTP, 2005. 144 p. (Série dissertações; 1).

UNICEF Brasil. **História dos direitos da criança.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 4 jan. 2020.

WARNER Bros. **Happy Feet - o Pinguim.** Direção: George Miller, Warren Coleman e Judy Morris. Produtora: Warner Bros. 2006. 108 min. Som. Cor. Disponível em: <https://www.warnerbros.com.br/filmes/happy-feet-o-pinguim#sobre>. Acesso em: 14 fev. 2021.

WHIPLASH: em busca da perfeição. Direção: Damien Chazelle. Produtoras: Sierra Affinity, Bold Films, BH Productions, Right of Way Films. 2014. 106 min. Som. Cor.

APÊNDICE A - Levantamento dos Professores de Arte dos CENSEs do Paraná

Levantamento dos Professores de Arte dos CENSES do Paraná

Este levantamento é exclusivo para os professores de Arte atuantes nos CENSEs do Paraná.

Dúvidas contatar,
Professor Paulo Eduardo Ribeiro
Celular/WhatsApp: (XX) XXXXX - XXXX
E-mail alternativo: paulofusion@yahoo.com.br

01 - Nome completo do(a) professor(a)

02 - E-mail institucional

P. ex. @escola.pr.gov.br OU @seed.pr.gov.br OU @seju.dease.pr.gov.br

03 - E-mail alternativo

P. ex. paulofusion@yahoo.com.br

04 - Telefones e/ou WhatsApp

05 - Qual é seu NRE de atuação?

06 - Qual CENSE você trabalha?

APÊNDICE B - Questionário 1

Questionário 1

Seção 1 de 8

Já pensou em ter um material de apoio pedagógico de Educação Musical específico para socioeducação em privação de liberdade?

ÉTICA NA PESQUISA (critérios)

Para conhecer os benefícios, riscos, proteção aos participantes com relação as informações prestadas no processo de pesquisa, **acesse o link abaixo com o TCLE**. Adianta-se, que nenhuma informação pessoal do participante (nome, cidade, NRE, CENSE entre outros) será apresentada na dissertação e no material didático.

Clique no *link* que segue para acessar (baixar e/ou imprimir) o TCLE:

Aqui tinha-se o *link*.

Sendo assim, convido você que faz parte do seletor grupo de professores experientes no ensino de Arte na socioeducação privação de liberdade, a participar dessa pesquisa, a qual tem profunda responsabilidade, respeito a sua autonomia e dignidade humana em todas as suas dimensões e aspectos.

DATA LIMITE PARA RESPONDER: 22/11/2021 (segunda-feira).

Fico à sua disposição para sanar dúvidas pelo:

- Celular/WhatsApp do pesquisador: (DDD) XXXXX - XXXX;
- E-mail: paulofusion@yahoo.com.br

Cordialmente,
Prof. Paulo Eduardo Ribeiro
Pesquisador

CONCORDÂNCIA

01 - Declaro que li o *e-mail* convite, o TCLE e que concordo em participar voluntariamente dessa pesquisa.

02 - Não quero participar desta pesquisa.

Seção 2 de 8

DADOS PESSOAIS DO(A) PARTICIPANTE

Qual é sua formação acadêmica específica em Arte?

- Artes Cênicas;
- Artes Visuais;
- Dança;
- Educação Artística;
- Música (Artes Musicais);
- Teatro;
- Outros (especifique).

Seção 3 de 8

Outros (especifique).

Formação Acadêmica. Especifique sua formação.

Qual é sua formação acadêmica específica em Arte?

Seção 4 de 8**PERGUNTAS SOBRE MATERIAIS PEDAGÓGICOS DE EDUCAÇÃO MUSICAL PARA SOCIOEDUCAÇÃO EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

1 - Você conhece algum material de apoio didático-pedagógico (físico e/ou *on-line*) para Educação Musical, ofertado pelas políticas públicas do MEC - BR, SEED e/ou SEJUF PR, que possa ser aplicado em sala de aula na EJA em privação de liberdade de forma que atenda as especificidades do protocolo de segurança?

Sim, conheço.

Não.

Seção 5 de 8

2 - De modo geral, você acredita que os Professores de Arte atuantes na socioeducação, em privação de liberdade, elaboram e/ou adaptam seus materiais e recursos didáticos pedagógicos para aplicarem no ensino, ao invés de usarem os materiais ofertados para o ensino regular e EJA convencional?

- Sim, eu elaboro e/ou adapto os materiais e recursos didáticos para o ensino de Arte.

- Não, eu utilizo somente os materiais ofertados pelas políticas públicas para socioeducação em privação de liberdade.

Seção 6 de 8

Obrigado por sua preciosa participação nessa fase!

Seção 7 de 8

Descreva a seguir o título do material didático de Educação Musical para socioeducação que você conhece. Se possível, adicione o *link* do material pedagógico didático mencionado

1.1 – Cite um material de apoio didático pedagógico (físico e/ou *on-line*) para Educação Musical, disponível pelas políticas públicas do MEC-BR, SEED - PR e/ou SEJUF - PR para EJA em privação de liberdade, que atenda as especificidades dos protocolos de segurança?

Seção 8 de 8

Enviar

APÊNDICE C - Questionário 2

Questionário 2

01 - Você acha válida essa abordagem musical teórico-prática (conforme está no protótipo do material didático) para vivência dos saberes musicais na socioeducação?
- Alternativas, “Sim” ou “Não”.

02 - Você considera essa forma de abordar o conhecimento musical por imitação, no protótipo de material didático, como uma alternativa viável na socioeducação?
- Alternativas: “Sim” e a outra “Não”.

03 - Tendo em vista que leva-se um tempo de médio a longo prazo para o aprendizado teórico e fluente da leitura e escrita musical tradicional. Na sua opinião, essa forma mais intuitiva (ou seja, de maneira direta e imediata) de vivenciar o aprendizado estético musical, conforme está proposta no *e-book* com videoaulas, pode ser uma possibilidade para colaborar com os aprendizados pretendidos dos socioeducandos?
- Alternativas: “Sim” ou “Não”.

04 - Você acredita que é necessário fazer algum ajuste, ou seja, redimensionar algum exercício proposto no protótipo do material didático?

Faz-se necessário compreender que haviam 02 possibilidades para se posicionar nessa questão, sendo a primeira “Sim” e a segunda “Não”. Caso os participantes se posicionassem na primeira possibilidade, era de imediato direcionado para uma outra seção com a 5ª pergunta, a qual dialogava exclusivamente com a alternativa “Sim” e caso manifestasse a opção “Não”, finalizava-se a participação do voluntário.

05 - Quais exercícios você acredita serem necessários adaptar, complementar, suprimir, substituir, aglutinar, modificar e/ou fazer ajustes?

APÊNDICE D - Protocolo de Avaliação pela Escala *Likert*

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO PELA ESCALA *LIKERT*

1º BLOCO

01 - Um produto educacional (*e-book* com videoaulas) de Educação Musical poderá colaborar na prática profissional na área de conhecimento Arte na socioeducação em privação de liberdade?

03 - Você acredita que o uso de linguagem mais intuitiva (de maneira direta e imediata) em Educação Musical proposta em um *e-book* com videoaulas poderá ser mais compreensiva na socioeducação?

03) - Você acredita que a elaboração de um *e-book* com videoaulas de Educação Musical poderá colaborar em alguma medida em suas aulas na socioeducação?

04) - Você acredita que a elaboração de um *e-book* com videoaulas de Educação Musical pela abordagem pela Rítmica por imitação pode ser entendido como uma inovação e ruptura com os paradigmas tradicionais disponibilizados pelas políticas públicas educacionais para socioeducação?

2º BLOCO

05) - Você acredita que a Educação Musical por meio da percussão corporal, expressa em um *e-book* com videoaulas, pode atender à diversidade da socioeducação e de socioeducandos que estão em privação de liberdade?

06) - Você faria adesão parcial ou total de um *e-book* com videoaulas em Educação Musical por meio da percussão corporal com abordagem pela Rítmica por imitação para socioeducação em privação de liberdade?

07) - Você acha válido um material didático em Educação Musical por meio da percussão corporal para socioeducação em privação de liberdade?

08) - Você acredita que, em alguma medida, um produto educacional (*e-book* com videoaulas) em Educação Musical por meio da percussão corporal com abordagem pela Rítmica por imitação poderá ter algum impacto (colaboração) social educacional na socioeducação em privação de liberdade?

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da pesquisa: Educação Musical por meio da Percussão Corporal para Adolescentes em Privação de Liberdade

Pesquisadora ou outra profissional responsável pela pesquisa, com Endereços e Telefones: Profa. Dra. Eloiza Aparecida Silva Ávila de Matos (orientadora). Rua Doutor Washington Subtil Chueire, 330 - Jardim Carvalho, Ponta Grossa - PR, 84017-220. Telefone (42) 9 9835 – 5777.

Pesquisador ou outro profissional responsável pela pesquisa, com Endereços e Telefones: Prof. Dr. Moacir Ávila de Matos Junior (coorientador). Rua Doutor Washington Subtil Chueire, 330 - Jardim Carvalho, Ponta Grossa - PR, 84017-220. Telefone (42) 9 9938 - 5578.

Pesquisador ou outro profissional responsável pela pesquisa, com Endereços e Telefones: Paulo Eduardo Ribeiro (pesquisador orientando). Rua Doutor Washington Subtil Chueire, 330 - Jardim Carvalho, Ponta Grossa - PR, 84017-220. Telefone (42) 99994 - 2326.

Local de realização da pesquisa: envolve todos os professores de Arte dos dezenove Centros de Socioeducação - CENSEs do Paraná. Por razão do fenômeno da pandemia COVID-19, toda pesquisa será realizada em ambiente virtual *on-line*.

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

Esta pesquisa é na área de conhecimento Arte/Música na socioeducação em privação de liberdade. Assim, este estudo tem como objetivo analisar materiais e recurso didático pedagógico para disciplina de Arte/Educação Musical para centro de socioeducação em privação de liberdade. Diante desse objetivo, este convite é exclusivo para o seletivo grupo de Professoras e Professores experientes no ensino de Arte e Educação na socioeducação em privação de liberdade, atuantes nos dezenove Centros de Socioeducação do Paraná – CENSEs. Por essa razão, você que é membro desse grupo de professores, está sendo convidada a participar desta investigação, tendo em vista, que sua experiência na socioeducação é fundamental para contribuir nesta pesquisa. Nesse sentido, deixa-se evidente, que sua participação é de consentimento livre, autônoma, consciente e esclarecida, conforme segue os detalhes das etapas/fases da investigação.

Somente após o ato de aceite do participante voluntário, manifestado pelo assinalar no campo de consentimento que teve vistas e ciência do conteúdo, tanto do *e-mail* convite quanto do conteúdo do TCLE, o voluntário poderá iniciar sua participação na pesquisa através do primeiro questionário semiestruturado (*google* formulário) que registrará os dados. Após a fase supracitada, será enviado aos participantes, para nova coleta de dados em um momento posterior, o segundo questionário semiestruturado aplicado exclusivamente *on-line* através de um *hiperlink* do *google forms* (formulário) juntamente com o protótipo do produto educacional (*e-book* com vídeos aulas na área de música). Em outro momento, será encaminhado aos participantes um protocolo de avaliação *on-line* na perspectiva da Escala de *Likert* em conjunto com o produto educacional (com redimensionamentos se necessário) para avaliação por parte dos participantes. Ao final de todo esse processo, o produto final ficará público, à disposição para todos os envolvidos na pesquisa e demais interessados usarem pedagogicamente em suas práticas pedagógicas, com alunos sempre que desejarem.

Para isso, a versão final pública desse material didático (produto educacional) proposto de educação musical para socioeducação em privação de liberdade, ficará no Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT UTFPR). Para mais detalhes do processo, vide o item que segue.

1. Apresentação da pesquisa.

Durante o percurso de escolarização básica, muitos alunos adolescentes acabam por praticar crimes que caracterizam-se como Ato Infracional. Nesse sentido, o judiciário determina sentença de internação em alguns casos, a ser cumprida em Centro de Socioeducação – CENSEs para um trabalho

multidisciplinar socioeducativo. Posto isso, acredita-se que a maioria dos professores de Arte atuantes com alunos em internação nos CENSEs, ao buscarem materiais didáticos pedagógicos como apoio por parte das políticas públicas educacionais, se deparam com escassez de materiais.

Além do mais, de modo geral o uso e conteúdos dos materiais/recursos pedagógicos nos CENSEs, devem ter muito cuidado com menção/alusão a diversos assuntos notícias externas e inadequados⁹¹ aos socioeducandos, devendo esse, atender a um protocolo de segurança. Assim, frente ao exposto, exige-se reflexões que visem elaborar materiais/recursos didáticos que sejam exequíveis na ação pedagógica da disciplina de Arte/Educação Musical alinhado ao protocolo de segurança de um CENSE. Em face do apresentado, fica evidente que há muitos desafios e questões pedagógicas na socioeducação a serem pensadas e pesquisadas. Diante dos motivos supracitados, esta pesquisa propõe investigar e buscar apresentar contribuições para as demandas pedagógicas de materiais pedagógicos para disciplina de Arte/Educação Musical, para serem trabalhados por professores de Arte com alunos internos em CENSE.

2. Objetivos da pesquisa.

Perquirir os limites e as possibilidades de aportes teóricos metodológicos em Educação Musical voltados para professores de Arte, tendo em vista o protocolo de segurança de CENSE; Investigar a respeito das ações pedagógicas implementadas pelas políticas públicas educacionais voltadas à Educação Musical na socioeducação, em consonância com o protocolo de segurança de CENSEs; Verificar na BNCC e nos Referenciais Curriculares do Paraná quais saberes podem ser trabalhados na Educação Musical, por meio da Percussão Corporal na socioeducação; Identificar os pontos de congruência de aportes teóricos metodológicos em Educação Musical, a partir da percepção de professores pesquisados na proposta de Educação Musical para os CENSEs; Elaborar o produto educacional - *e-book* - composto por videoaulas enquanto recurso didático pedagógico de Educação Musical, com conteúdo musical contendo sugestões para professores de Arte atuantes com alunos socioeducandos que estão em privação de liberdade; Avaliar a aplicabilidade do material didático pedagógico de Educação Musical por meio da percussão corporal pelos professores pesquisados; e, Validar o produto educacional final - *e-book* com videoaulas, por expertise da área de Educação Musical.

3. Participação na pesquisa.

Os professores serão convidados a participar da pesquisa, através de um *e-mail* convite, com o TCLE (a ser impresso e/ou baixado). Após aceite e assinalado *on-line* o campo de consentimento, a(o) voluntária(o), pela ordem, clicará no *link* do 1º questionário apresentado no *e-mail* convite, para iniciar sua participação na pesquisa.

Paralelo a essa primeira fase, serão levantados e analisados, *on-line*, se há oferta de materiais e recursos didáticos pedagógicos de Arte/Educação Musical por parte das políticas públicas educacionais, e sua disponibilidade aos professores de Arte atuantes com alunos em internação. Partindo desse estudo e das respostas dos questionários, será elaborada uma proposta de Educação Musical coerente com o protocolo de segurança de CENSEs.

Na segunda fase, serão sistematizados e considerados os dados do 1º questionário, os quais serão usados na terceira fase, para elaboração de um protótipo de *e-book* com vídeos aulas enquanto material e recurso didático pedagógico de Educação Musical, voltado aos professores de Arte atuantes nos CENSEs. Feito isso, será enviado aos participantes um *link* com o 2º questionário, com a *feedback* síntese do 1º questionário em conjunto com a proposição de um protótipo de um *e-book* com videoaulas. Destaca-se a importância do sigilo sobre o *e-book* com vídeos aulas, pois contém informações confidenciais e privilegiadas exclusivamente aos participantes.

⁹¹ Há possibilidade em abordar esses assuntos mais peculiares e “delicados” com os alunos em internação, para tanto, é importante por questão de organização, apresentar um projeto e/ou com justificativa plausível para que tais assuntos sejam trabalhados pela equipe de assistência social, saúde (médico, enfermeiro, odontólogo, psicólogos e/ou terapeuta ocupacional), educação (professores, pedagogos e/ou secretário) judiciário (juizes, promotores de justiça, defensores públicos entre outros) e/ou aos profissionais responsáveis pela segurança entre outros.

Por conseguinte, serão analisadas as novas expressões dos participantes no 2º questionário, que serão compiladas e verificadas se atingiram solução de consenso ou caso haja alguma consideração, serão avaliadas e acolhidas. Presumindo, que se chegou a solução de consenso final, será enviado o produto educacional versão final para avaliação dos participantes por meio de um protocolo de avaliação *on-line* pela escala de *likert* para medir a concordância. Para esse processo, se valerá do Método *Delphi* e da escala de *Likert*. Esse método, considera um grupo de especialistas na área em estudo, envolvidos ativamente com o fenômeno investigado e participarão na pesquisa de forma anônima, independente e com autonomia (MARQUES e FREITAS, 2018). Sobre a escala de *Likert*, Junior e Costa (2014) apresenta que “Essa escala é usada para medir concordância de pessoas a determinadas afirmações relacionadas a construtos de interesse.” Por fim, o produto final ficará público no RIUT UTFPR.

4. Confidencialidade.

Salienta-se, que para a garantia do sigilo e privacidade aos participantes, à coleta de dados da pesquisa, será através de dois questionários e um protocolo de avaliação via *google* formulário *on-line* totalmente em ambiente virtual. Nesse sentido, asseguramos aos participantes que esta pesquisa tem o compromisso de respeitar e garantir a privacidade pessoal dos dados e a segurança das informações expressas. Por essa razão, será mantido em caráter anônimo os dados pessoais coletados, visando a proteção de dados pessoais. Para isso, manter-se-á sigilosa as identidades, nomes, telefones, cidades, NREs a fim de serem protegidas tais informações, sempre respeitando os princípios, valores, finalidade, adequação, necessidade, transparência, segurança, prevenção e não discriminação. Tudo isso, alinhado as obrigações legais previstas no estado democrático de direito e com a dignidade humana em todas as suas dimensões e aspectos.

Ainda nesse contexto, enfatiza-se que os dados pessoais, serão coletados *on-line* em ambiente virtual e armazenados em nuvem no *google drive*. Cumprida essa etapa, será tomado o cuidado baixar e retirar os dados o mais rápido possível do drive conforme orienta o Ofício Circular nº 2/2021 (CONEP/SECNS/MS). Salvo, na situação em que os participantes manifestem a intenção de sanar dúvidas com relação ao produto educacional, mesmo após a conclusão da pesquisa. Nesse caso, os dados armazenados ficarão salvos por mais um período até que finalize a interação relacionada a pesquisa e/ou assegurar de forma bilateral os direitos em processos judiciais ou administrativos.

Nós pesquisadores (orientadora, coorientador e pesquisador orientando), manteremos um registro de inclusão dos participantes de maneira sigilosa, contendo códigos, nomes, endereços, nome do centro socioeducativo, nome da cidade/município e telefone serão para conhecimento exclusivo do pesquisador, portanto, serão mantidos pelos pesquisadores em confidência estrita. Por segurança, o nome de cada participante será substituído por participante 01, participante 02 e assim consecutivamente. Portanto, reiteramos que serão confidenciais, não serão usados e/ou divulgados na pesquisa e nenhum outro meio. Somente serão usadas na dissertação as informações de respostas expressas nos questionários, referentes se os participantes conhecem ou não algum material e recurso didático pedagógico em Arte/Educação Musical ofertado pelas políticas públicas responsáveis pela escolarização dos socioeducandos que estão em privação de liberdade, enquanto apoio pedagógico para trabalhar com alunos que estão em privação de liberdade e sua avaliação do produto educacional, sempre preservando a fonte.

Tendo em vista que essa pesquisa é totalmente realizada em ambiente virtual *online*, vale evidenciar que no *e-mail* convite aos participantes, o TCLE está assinado pelo pesquisador, disponibilizado através de um *link* e orientado aos mesmos baixá-lo e/ou imprimir-lo. Somente após cumprido o mencionado, ou seja, de ciência do conteúdo do *e-mail* convite e do TCLE por parte da participante, o mesmo estará orientado a responder pela ordem, através de um *link*, o primeiro questionário o qual está organizado em seções. Sendo que na primeira seção, está expresso a frase “Declaro, que li o *e-mail* convite, o TCLE e que concordo em participar voluntariamente desta pesquisa”. Somente após o ato de assinalar o campo de consentimento que teve vistas e ciência do conteúdo, tanto do *e-mail* convite quanto do conteúdo do TCLE, o voluntário terá permissão para continuar e iniciar sua participação na pesquisa através do primeiro questionário que registrará os dados.

Por fim, ressalta-se, que todos os dados dos protocolos de investigação estarão sob sigilo e confidencialidade visando o respeito, aos bem-estar, integridade, individualidade, o estado democrático de direito e a dignidade humana em todas as suas dimensões.

5. Riscos e Benefícios.

5a) Riscos:

Durante o processo de aplicação *on-line* em ambiente virtual dos dois questionários e/ou do protocolo de avaliação do produto educacional em construção (*e-book* com videoaulas), pode ocorrerem alguns desconfortos, constrangimentos aos participantes com relação ao processo e aos materiais apresentados. Assim, os participantes ficarão à vontade em não responder alguma pergunta e/ou em não registrar alguma informação que cause-lhe desconforto. Ademais, destaca-se que serão respeitadas todas as opiniões, posicionamentos, a autonomia crítica e a pluralidade de ideias dos participantes dentro do estado democrático de direito e da dignidade humana em todas as suas dimensões. Nesse contexto, caso haja alguma situação delicada que a priori apresenta um risco aos participantes durante o processo de investigação, poderão ser minimizadas ou solucionadas por meio do diálogo e interação com o pesquisador.

Por fim, para responder aos questionários e/ou ao protocolo de avaliação do produto educacional, os participantes serão orientados dentro de suas possibilidades, a estar em um local adequado (arejado, iluminado e confortável), a manter um tempo salutar para o preenchimento dos questionários *on-line* e/ou o protocolo de avaliação *on-line* dos produtos, com tempo para descanso, respeitando todos os protocolos bioéticos. Ainda nesse sentido, recomenda-se que a cada 1 hora de dedicação no preenchimento dos questionários *on-line* e/ou do protocolo de avaliação *on-line* do produto, o participante descanse 20 minutos ou o tempo que sentir salutar ao seu bem-estar.

5b) Benefícios:

A participação do seletivo grupo de professores enquanto participantes nesta pesquisa, visa escutar as considerações desses profissionais, sobre os materiais e recursos didáticos pedagógicos para disciplina de Arte/Educação Musical para Centro de Socioeducação em privação de liberdade. Assim, analisar, refletir, fazer uma síntese das contribuições apresentadas em conjunto com um produto pedagógico final (*e-book* com videoaulas) que contemple os pontos de congruência identificados entre os participantes. E ainda nesse contexto, considerar a avaliação pelos mesmos e de forma que possa contribuir enquanto material e recurso didático pedagógico de Educação Musical para os Professores de Arte. Ou seja, após a conclusão da investigação, os professores da pesquisa e interessados poderão usar o produto com os alunos socioeducandos que estão em privação de liberdade para colaborar no processo de alfabetização musical destes.

6. Critérios de inclusão e exclusão.

6a) Inclusão: A pesquisa será realizada exclusivamente com todos os professores de Arte atuantes nos dezenove CENSEs do Estado do Paraná.

6b) Exclusão: Estarão excluídos desse grupo de professores, os que estejam em licença de todas as ordens que não lhes permitam ter contato com alunos, seja de forma presencial, remoto/EaD, híbrido dentre outra variável ou que estejam afastados de suas atribuições profissionais enquanto professor.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

O participante tem o direito de: a) deixar o estudo a qualquer momento, b) de receber esclarecimentos em qualquer etapa da pesquisa e c) de não responder alguma questão/pergunta ou ainda de não registrar alguma informação que cause-lhe desconforto. Ainda, é direito do participante a liberdade de recusar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento sem penalização. Além do exposto, deixa-se evidenciado, que o acesso aos resultados desta pesquisa, dissertação, o produto educacional *e-book* com vídeos aulas, ficarão disponibilizados de forma pública no Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT UTFPR). Assim, o participante que desejar, poderá receber os materiais e/ou tomar conhecimento via *hiperlink* dos materiais postados no RIUT. Para tanto, assinalar o campo a seguir:

quero receber os resultados da pesquisa. Para isso, meu *e-mail* para envio:

não quero receber os resultados da pesquisa.

8. Ressarcimento e indenização.

Enfatiza-se que esta pesquisa não terá custo algum aos seus participantes. Todavia, se eventualmente acontecer alguma situação que gere custo, a exemplo de alimentação entre outros, estes serão integralmente ressarcidos pelo pesquisador. Nesse sentido, evidencia-se que esta pesquisa foi elaborada e planejada para não ocasionar qualquer dano aos seus participantes. No entanto, se eventualmente acontecer alguma situação adversa, é direito do participante solicitar indenização por eventuais danos e/ou prejuízos comprovados pela participação na pesquisa, conforme garante a legislação nacional vigente.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). **Endereço:** Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Bairro Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, **Telefone:** (41) 3310-4494, **e-mail:** coep@utfpr.edu.br.

B) CONSENTIMENTO

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas nítidas às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome Completo do(a) participante: _____
 RG: _____ Data de Nascimento: ____/____/____ Telefone: _____
 Endereço: _____
 CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____
 Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas. Nome completo do pesquisador: Paulo Eduardo Ribeiro.

Assinatura pesquisador: _____ Data: 18/11/2021.
 (ou seu representante)

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Paulo Eduardo Ribeiro, via e-mail: paulofusion@yahoo.com.br ou telefone/*WhatsApp*: (42) 9 9994 -2326.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos para denúncia, recurso ou reclamações do participante pesquisado:

Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR)

Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, **Telefone:** 3310-4494, **E-mail:** coep@utfpr.edu.br

**ANEXO B - Parecer favorável e deferidos da Pesquisa pelo Núcleo Regional
de Educação de Ponta Grossa**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED



ANEXO VI da RESOLUÇÃO N.º 406/2018 – GS/SEED
TERMO DE CONCORDÂNCIA DO NRE PONTA GROSSA PARA A UTFPR

Ponta Grossa, 06 de agosto de 2021.

Senhor (a) Coordenador (a),

Declaramos que este Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa – NRE está de acordo com a condução do projeto de pesquisa Educação Musical através da Percussão Corporal para Adolescentes em Privação de Liberdade, a ser realizado pelo pesquisador Paulo Eduardo Ribeiro na Unidade, Centros de Socioeducação - CENSEs, tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com Seres Humanos, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR Câmpus Ponta Grossa.


Estamos cientes que os participantes da pesquisa serão professores de Arte, pertencentes à Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, bem como de que o presente trabalho deverá seguir a Resolução 468/2012 (CNS) e o Decreto nº 7037, de 2009.

Da mesma forma, temos ciência que o pesquisador somente poderá iniciar a pesquisa pretendida e que receberá a lista de e-mails de todos os professores de Arte que atuam nos dezoito Centros de Socioeducação, após encaminhar, a esta Instituição, uma via do parecer de aprovação do estudo emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR Câmpus Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 06 de agosto de 2021.



Profa. Ms. Sandra Mara Dias Pedrosa
Setor de Articulação Acadêmica (SAA)
NRE/Ponta Grossa



Profa. Luciana Aquiles Skutjes
Chefia do NRE

**ANEXO C - PARECER FAVORÁVEL E DEFERIDOS DA PESQUISA PELO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP UTFPR**

Continuação do Parecer: 5.038.461

INADEQUAÇÕES deste parecer.

RECOMENDAÇÕES DA 1ª VERSÃO

- Quanto ao projeto de pesquisa apresentado ao CEP para apreciação e parecer solicita-se:

[ATENDIDO] 1. Na PLATAFORMA, indicar PAULO EDUARDO RIBEIRO como Equipe de Pesquisa.

[ATENDIDO] 2. Substituir o documento “FOLHA DE ROSTO” por outro contendo o número de 25 participantes indicado na PLATAFORMA, pois o mesmo não apresenta nenhuma quantidade.

[ATENDIDO] 3. Ajustar algumas informações no documento “TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)” enviado, a saber: reduzir os textos dos itens “Apresentação da pesquisa” e “Participação na pesquisa”; informar corretamente os itens RESSARCIMENTO e INDENIZAÇÃO, além de afirmar que a pesquisa não terá custos aos participantes; e apagar a lista de referências indicadas ao final.

[ATENDIDO] 4. No instrumento QUESTIONÁRIO 1, rever os itens que permaneceram como obrigatórios (com asteriscos), conforme a recomendação da Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto atende a todas as RECOMENDAÇÕES da 1ª VERSÃO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-UTFPR, de acordo com as atribuições definidas no cumprimento da Resolução CNS nº 466 de 2012, Resolução CNS nº 510 de 2016 e da Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se por APROVAR este projeto.



Endereço: SETE DE SETEMBRO 3165

Bairro: CENTRO

UF: PR

Município: CURITIBA

CEP: 80.230-901

Telefone: (41)3310-4494

E-mail: coep@utfpr.edu.br

Continuação do Parecer: 5.038.461

Lembramos aos (as) senhores(as) pesquisadores(as) que o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) deverá receber relatórios anuais sobre o andamento do estudo, bem como a qualquer tempo e a critério do pesquisador nos casos de relevância, além do envio dos relatos de eventos adversos, para conhecimento deste Comitê. Salientamos ainda, a necessidade de relatório completo ao final do estudo. Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP-UTFPR de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificado e as suas justificativas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1822992.pdf	06/10/2021 21:57:18	PAULO EDUARDO RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Paulo_E_Ribeiro_Retificado.pdf	06/10/2021 21:50:14	PAULO EDUARDO RIBEIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Mestrado_PPGET_Autor_PAU LO_EDUARDO_RIBEIRO.pdf	06/10/2021 21:47:07	PAULO EDUARDO RIBEIRO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Atualizada_Paulo_Eduardo_Ribeiro.pdf	06/10/2021 21:45:38	PAULO EDUARDO RIBEIRO	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_1_Retificado.pdf	03/10/2021 16:12:57	PAULO EDUARDO RIBEIRO	Aceito
Outros	Protocolo_de_Avaliacao_e_Validacao.p df	10/09/2021 01:10:57	PAULO EDUARDO RIBEIRO	Aceito
Outros	Questionario_2.pdf	10/09/2021 01:10:24	PAULO EDUARDO RIBEIRO	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_de_confid encialidade_de_dados_e_envio_de_Relatorio_Final.pdf	10/09/2021 00:03:52	PAULO EDUARDO RIBEIRO	Aceito
Outros	Termo_de_Concordancia_Resolucao_4_06_2018.pdf	10/09/2021 00:01:58	PAULO EDUARDO RIBEIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: SETE DE SETEMBRO 3165

Bairro: CENTRO

UF: PR

Município: CURITIBA

CEP: 80.230-901

Telefone: (41)3310-4494


E-mail: coep@utfpr.edu.br

Continuação do Parecer: 5.038.461

Não

CURITIBA, 14 de Outubro de 2021

Assinado por:
Frieda Saicla Barros
(Coordenador(a))



Frieda Saicla Barros
Coordenadora do Comitê
de Ética em Pesquisa
PROPPG

Endereço: SETE DE SETEMBRO 3165

Bairro: CENTRO

UF: PR

Município: CURITIBA

CEP: 80.230-901

Telefone: (41)3310-4494

E-mail: coep@utfpr.edu.br

**ANEXO D - PARECER INTERINSTITUCIONAL FAVORÁVEL E DEFERIDOS DA
PESQUISA PELA DIVISÃO PSICOSSOCIAL EM CONJUNTO COM A DIVISÃO
EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DO DEASE DA SEJUF-PR E PELA CEJA DA
SEED-PR**



ESTADO DO PARANÁ



Órgão Cadastro:	CIDADAO	Protocolo:	
Em:	01/10/2021 15:19	18.160.963-0	
CPF Interessado 1:	042.285.359-33		
Interessado 1:	PAULO EDUARDO RIBEIRO		
Interessado 2:	-		
Assunto:	JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO	Cidade:	PONTA GROSSA / PR
Palavras-chave:	CIDADAO		
Nº/Ano	-		
Detalhamento:	SOLICITAÇÃO		
Código TTD:	-		

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>



Assunto: JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO

Protocolo: 18.160.963-0

Interessado: PAULO EDUARDO RIBEIRO

Solicitação

Encaminha ao DEASE - SEJUF solicitação para realizar pesquisa com todos (a)os professores(as) de Arte atuantes em todos os CENSEs do Paraná.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO
DIVISAO PSICOSSOCIAL

Protocolo: 18.160.963-0
Assunto: Solicitação
Interessado: PAULO EDUARDO RIBEIRO
Data: 26/10/2021 13:40

DESPACHO

Trata-se do protocolo n.o 18.160.963-0 referente à solicitação para realização de pesquisa do mestrando Paulo Eduardo Ribeiro, intitulada "Educação Musical através da Percussão Corporal para Adolescentes em Privação de Liberdade", que tem por objetivo analisar materiais e recursos didáticos pedagógicos para a disciplina de Arte/Educação Musical para Centro de Socioeducação.

O projeto apresenta uma boa proposta de pesquisa, bem fundamentada e aprovada pelo parecer do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), portanto, há indicativo de aprovação pela Divisão Psicossocial para execução de pesquisa.

Contudo, considerando as especificidades tangidas pela área educacional, encaminhe-se o protocolado em epígrafe para conhecimento e considerações da Divisão de Formação Educacional e Profissional.

Após, solicitamos retorno à Divisão Psicossocial para o parecer final.

Atenciosamente,

Luciana Mara Finger
Psicóloga - CRP no 10.956/08
Divisão Psicossocial - DEASE/SEJUF



ePROCOLO



7

Documento: **DESPACHO_1.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Luciana Mara Finger** em 26/10/2021 13:48.

Inserido ao protocolo **18.160.963-0** por: **Maria de Fátima Miranda Gurgel** em: 26/10/2021 13:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
65174e72ac7457dceb4c40304ccc988.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DIVISÃO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL

Protocolo: 18.160.963-0
Assunto: Solicitação
Interessado: PAULO EDUARDO RIBEIRO
Data: 28/10/2021 12:03

DESPACHO

À Sra. Maria do Socorro
SEED/DEDUC/DEP/CEJA

Encaminha-se protocolado referente ao Projeto de Pesquisa de mestrado intitulado "Educação Musical através da Percussão Corporal para Adolescentes em Privação de Liberdade" que tem por objetivo analisar materiais e recursos didáticos pedagógicos para disciplina de Arte/Educação Musical para Centros de Socioeducação, por meio de aplicação de pesquisa/questionário a 25 professores/as de Artes das Unidades Socioeducativa, além da produção de um ebook como sugestão de material didático pedagógico a ser utilizado pelos/as professores/as.

Sendo assim, considerando o objeto da Pesquisa em questão, solicita-se análise e manifestação da SEED/CEJA e após, retorno à Divisão de Formação Educacional e Profissional do DEASE para elaboração de Parecer nos moldes das legislações e normativas vigentes consoantes à aplicação de pesquisas nas Unidades Socioeducativas.

Att,
Helena Navarro Gimenez Geiger
Divisão de Formação Educacional e Profissional
Departamento de Atendimento Socioeducativo - DEASE/SEJUF



ePROCOLO



8

13

Documento: **DESPACHO_2.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Helena Navarro Gimenez Geiger** em 28/10/2021 12:04.

Inserido ao protocolo **18.160.963-0** por: **Helena Navarro Gimenez Geiger** em: 28/10/2021 12:03.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
b08117de03f4a54cbd6d4d7e49652da6.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE



DESPACHO

DE: SEED/DEDUC/DEP/CEJA

PARA: SEJUF/DEASE

O presente protocolado trata do projeto intitulado "Educação Musical através da Percussão Corporal para Adolescentes em Privação de Liberdade", que tem por objetivo analisar materiais e recursos didáticos pedagógicos para a disciplina de Arte/Educação Musical para Centro de Socioeducação.

Consta no protocolado:

- Pré-projeto da pesquisa (fls. 3 a 26).
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (fls. 27 a 36).
- Termo de Requerimento para Realização de Pesquisa (fl. 37).
- Termo de Compromisso de Pesquisa entre a Instituição de Pesquisa e o Departamento de Atendimento Socioeducativo – DEASE (fls. 38 a 44).
- Justificativa de solicitação para análise do Projeto antes do Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa - CEP (fl. 46).
- Comprovante do envio do Projeto ao CEP da Universidade Tecnologia Federal de Ponta Grossa (fls. 47 a 49).
- Modelos dos questionários a serem aplicados para coleta de dados da pesquisa: questionário 01 (fls. 50 a 56) e questionário 02 (fls. 57 a 63).

Considerando:

- tratar-se de tema relevante, que tem a contribuir com os encaminhamentos pedagógicos da escolarização no ensino de Arte numa perspectiva mais contextualizada com a realidade dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa;
- que os documentos solicitando autorização para realização da pesquisa foram encaminhados ao Departamento de Atendimento Socioeducativo – DEASE da

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE**

Secretaria da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, órgão responsável pelo atendimento às Unidades Socioeducativas,

Esta Coordenação de Educação de Jovens e Adultos - CEJA é de parecer favorável à realização da referida pesquisa, e solicita que o resultado final do trabalho acadêmico do pesquisador seja compartilhado com a SEJUF, bem como a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte - SEED.

Retornamos ao DEASE para prosseguimento.

Curitiba, 29 de outubro de 2021.

Maria do Socorro Ferreira de Moraes
Técnica Pedagógica/Coordenação da EJA

De acordo,

Anderson Muniz Canizella
Coordenador da Educação de Jovens e Adultos

Protocolo 18.160.963-0



ePROTOCOLO



9

16

Documento: 18.160.963_0_PESQUISA_UTFPR_SOCIOEDUCACAO_PAULO_EDUARDO.pdf.

Assinatura Avançada realizada por: Maria do Socorro Ferreira de Moraes em 29/10/2021 12:12, Anderson Muniz Canizella em 29/10/2021 13:18.

Inserido ao protocolo 18.160.963-0 por: Maria do Socorro Ferreira de Moraes em: 29/10/2021 12:10.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
9b4dd2f310025836fd640c15957b0055.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DIVISÃO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL

Protocolo: 18.160.963-0
Assunto: Solicitação
Interessado: PAULO EDUARDO RIBEIRO
Data: 29/10/2021 15:48

DESPACHO

À Divisão Psicossocial,

Considerando o Despacho às fls. 66-67 da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria de Estado da Educação, manifestando-se favoravelmente à realização da pesquisa, a Divisão de Formação Educacional e Profissional do DEASE acompanha este parecer e reforça a necessidade de que o produto final da pesquisa (ebook) seja disponibilizado para a SEJUF e SEED.

Assim, retorna-se o presente protocolado à Divisão Psicossocial para elaboração de parecer final e demais encaminhamentos que julgarem necessários.

Att,
Helena Navarro Gimenez Geiger
Divisão de Formação Educacional e Profissional
DEASE/SEJUF



ePROTOCOLO



10

18

Documento: **DESPACHO_3.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Helena Navarro Gimenez Geiger** em 29/10/2021 15:49.

Inserido ao protocolo **18.160.963-0** por: **Helena Navarro Gimenez Geiger** em: 29/10/2021 15:48.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
1b515d75eb7a4f47fe3dd217e1ca116a.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DIVISÃO PSICOSSOCIAL

Protocolo: 18.160.963-0
Assunto: Solicitação
Interessado: PAULO EDUARDO RIBEIRO
Data: 03/11/2021 16:57

DESPACHO

Trata-se do protocolo n.o 18.160.963-0 referente à solicitação para realização de pesquisa do mestrando Paulo Eduardo Ribeiro, intitulada "Educação Musical através da Percussão Corporal para Adolescentes em Privação de Liberdade", que tem por objetivo "analisar materiais e recursos didáticos pedagógicos para a disciplina de Arte/Educação Musical para Centro de Socioeducação".

O projeto apresenta uma boa proposta de pesquisa, bem fundamentada e aprovada pelo parecer do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Destaca-se também os pareceres favoráveis da Divisão Educacional e da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos da SEED, a realização da pesquisa está DEFERIDA.

Mediante esta aprovação, encaminha-se o protocolo ao pesquisador e solicita-se que seja enviado uma cópia do resultado da pesquisa (dissertação e/ou artigo) quando esta estiver finalizada, conforme Art. 13 da Resolução n.0 300/2020 - SEJUF e item 2.2 da cláusula 4a do Termo de Compromisso de Pesquisa.

Atenciosamente,

Luciana Mara Finger
Psicóloga - CRP no 10.956/08
Divisão Psicossocial - DEASE/SEJUF

Coronel Amaro do Nascimento Carvalho
Chefe Adjunto do Departamento de Atendimento Socioeducativo

Atenciosamente,

Luciana Mara Finger
Psicóloga - CRP no 10.956/08
Divisão Psicossocial - DEASE/SEJUF





Documento: **DESPACHO_4.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Luciana Mara Finger** em 03/11/2021 16:57.

Assinatura Simples realizada por: **Amaro do Nascimento Carvalho** em 04/11/2021 12:13.

Inserido ao protocolo **18.160.963-0** por: **Luciana Mara Finger** em: 03/11/2021 16:57.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
4b725f70047ce554ec8e2a8a3e67e03c.

ANEXO E - Ficha de Validação do Produto Educacional



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus de Ponta Grossa
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



FICHA DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Título: Aprenda Percussão Corporal

Mestrando: Paulo Eduardo Ribeiro

Data da apresentação: 26/08/2022.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO:

a) *Público destinado:*

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> professores educação básica - Regular | <input type="checkbox"/> estudantes ensino médio |
| <input type="checkbox"/> professores educação básica – EJA | <input type="checkbox"/> estudantes ensino fundamental |
| <input checked="" type="checkbox"/> professores educação básica – EJA
Socioeducação | <input type="checkbox"/> estudantes ensino médio |
| <input type="checkbox"/> professores ensino superior | <input type="checkbox"/> estudantes ensino superior |
| <input type="checkbox"/> estudantes ensino fundamental | |

Comentários: O produto foi utilizado por mim, professora de arte da rede estadual de educação, mais especificamente com jovens infratores privados de liberdade em processos de socioeducação e também em uma IES no curso de Pedagogia.

INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO

a) *Tipo de produto educacional:*

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> e-book | <input checked="" type="checkbox"/> hipertextos didático |
| <input checked="" type="checkbox"/> videoaulas | <input type="checkbox"/> páginas na internet |
| <input type="checkbox"/> sequência didática em linguagem intuitiva | <input type="checkbox"/> outro: _____ |

b) *Possui URL:* Sim Não Não se aplica

Se sim, qual: _____

c) *É coerente com a questão-foco da pesquisa?* Sim Não

Comentários: Como a pesquisa tem o intuito de compreender a utilização da percussão corporal nos espaços de socioeducação, sim, é coerente com o objetivo geral da pesquisa. E extrapola a sua utilização para os demais espaços.

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

- a) Possui orientações ao professor: Sim Não Não se aplica
- b) Possui sugestões de áudios – playback ao professor: : Sim Não Não se aplica
- d) Possui finalidades: Sim Não Não se aplica
- e) Possui referências: Sim Não Não se aplica
- f) Tamanho da letra acessível: Sim Não Não se aplica
- g) Ilustrações são adequadas: Sim Não Não se aplica

Comentários: O produto apresenta-se de maneira coerente e didática, para a aplicação até mesmo por professores que não são da área de música.

SOBRE A APLICAÇÃO DO PRODUTO

- a) Foi aplicado? Sim Não Não se aplica

Se sim, com: Professores de Arte atuantes na EJA em privação de liberdade - Socioeducação dos Centros Socioeducativos do Paraná e em curso de Ensino Superior.

- b) Pode ser aplicado em outros contextos de Ensino? Sim Não Não se aplica
- c) O produto foi avaliado antes de sua aplicação? Sim Não Não se aplica
- d) O produto foi aplicado em que condição:

- na escola, como atividade regular de sala de aula
- na escola, como um curso extra
- na IES, como atividade regular de sala de aula
- na IES, como um curso extra
- à distância com professores da educação básica – regular
- à distância com professores da educação básica – EJA
- à distância com professores da educação básica – EJA Socioeducação
- à distância com professores ensino superior
- outro: _____

Comentários: O produto fora aplicado em dois espaços distintos. Primeiramente com os alunos da socioeducação no espaço privativo de liberdade e posteriormente em uma IES no curso de Pedagogia. Os resultados foram os esperados e a facilidade dos materiais, proporcionaram resultado positivo na compreensão musical através do corpo.

- e) A aplicação do produto envolveu (marque as alternativas possíveis):

- alunos da educação básica
- alunos do ensino superior
- professores da educação básica – regular
- à distância com professores da educação básica – EJA
- à distância com professores da educação básica – EJA Socioeducação
- outros membros da comunidade escolar _____
- outros membros da comunidade

Comentários: Para a aplicação na socioeducação o material apresenta-se dentro de uma coerência importante e oportuna, principalmente pela dificuldade em utilizar quaisquer tipos de materiais com os alunos privados de liberdade. (questões de segurança)

MEMBRO DA BANCA

Examinadora: Prof. Dr^a Márcia Regina Mocelin

Instituição: CENSE Curitiba; FAEC, FAEL.

O produto educacional foi considerado:

- APROVADO
- APROVADO COM MODIFICAÇÕES
- REPROVADO